

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

**ENCAPSULAMENTO ANAFÓRICO E SUA FUNCIONALIDADE EM TEXTOS DE
POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA**

THAYANE DE OLIVEIRA VIEIRA

Niterói
2020.1

THAYANE DE OLIVEIRA VIEIRA

**ENCAPSULAMENTO ANAFÓRICO E SUA FUNCIONALIDADE EM TEXTOS DE
POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense.

Linha de pesquisa: Teoria do texto, do discurso e da tradução.

Orientador: Prof. Dr. Fábio André Cardoso Coelho

Niterói

2020.1

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

V657e Vieira, Thayane de Oliveira
Encapsulamento anafórico e sua funcionalidade em textos de popularização da ciência / Thayane de Oliveira Vieira ; Fabio André Cardoso Coelho, orientador. Niterói, 2020. 129 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/POSLING.2020.m.14336638721>

1. Linguística Textual. 2. Popularização da ciência. 3. Encapsulamentos anafóricos. 4. Correferencialidade e (re)categorização. 5. Produção intelectual. I. Coelho, Fabio André Cardoso, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Letras. III. Título.

CDD -

THAYANE DE OLIVEIRA VIEIRA

**ENCAPSULAMENTO ANAFÓRICO E SUA FUNCIONALIDADE EM TEXTOS DE
POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense.

Niterói, ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio André Cardoso Coelho – Universidade Federal Fluminense (orientador)

Prof.^a Dr.^a Beatriz dos Santos Feres – Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Patrícia Ribeiro Corado Fernandez – Instituto Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Patrícia Ferreira Neves Ribeiro – Universidade Federal Fluminense (suplente)

Prof.^a Dr.^a Luciana Paiva de Vilhena Leite – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (suplente)

Niterói

2020.1

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as demonstrações de Sua presença em minha jornada; por ter posto anjos nela em forma de família e amigos; por me carregar em Seus braços em momentos de desânimo; e por todas as bênçãos as quais tenho recebido durante toda a minha vida.

À minha querida e saudosa avó Suely, por todo o seu amor e por sua preocupação com a segurança e o bem-estar de nossa família; por seu coração áureo e afetuoso; e por eu ter tido a honra de vivenciar sua companhia durante longo tempo. Envio a você todo o meu amor, e que Deus te encha de amor, paz e luz!

Aos meus pais, Luís Cláudio e Andréa, por terem sido sempre tão amorosos e compreensivos; por toda a doçura, o esforço e o auxílio que despenderam para que eu alcançasse grandes realizações pessoais e profissionais; e por terem sempre preservado, em seus corações, a jovialidade, a sabedoria e a ternura diante da vida.

Aos meus irmãos, Diego e Matheus, por serem os melhores que Deus poderia ter posto em minha vida e por todo o apoio, a amizade e o companheirismo, sempre se mostrando solícitos nos mais diversos momentos.

Às minhas cunhadas, Gabrielle e Laura, por sua amizade e carinho e por enriquecerem nossas vidas com a sua presença e o seu amor, contribuindo para uma família maior, mais alegre e ainda mais feliz.

Ao meu amigo Silmar, por todo o carinho, o amor, o apoio e o incentivo direcionados a mim, principalmente nos momentos em que pensei em desistir; e por ter me ensinado tanto com sua incrível e rara personalidade, resiliente, determinada, leve e iluminada, daqueles que sempre sorriem, mesmo diante das dificuldades, iluminando quem quer que esteja ao redor. Sinto-me muito grata e honrada pelo encontro de nossos caminhos na jornada da vida.

Às minhas amigas Débora e Thaís, por todos os momentos de alegria, risadas, conselhos, apoio e incentivo durante a graduação e o mestrado. Todo o sucesso do mundo a vocês!

À professora Vanda Maria Cardozo de Menezes, por ter sido sempre tão amável, demonstrando excelência, elegância e brandura como pessoa e como profissional. Agradeço a você por sua preocupação em manter a qualidade das orientações, ainda que passando por um período difícil, e desejo-lhe prosperidade e vitória nesse momento de sua vida.

Ao meu orientador, professor Fábio André Cardoso Coelho, por seu empenho, sua compreensão, sua determinação e sua generosidade em aceitar dar continuidade às orientações e por sua afabilidade, seu respeito e sua dedicação durante a realização de seu trabalho, cooperando para o alcance desta conquista em minha vida. Serei eternamente grata.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Muito obrigada!

A Deus,
Por tudo e sempre.

*“A palavra é uma espécie de ponte lançada
entre mim e os outros.”*

Mikhail Bakhtin

RESUMO

Este estudo objetiva apresentar e analisar a ocorrência de encapsulamentos anafóricos em textos de popularização da ciência da revista *Superinteressante* e observar como estes contribuem para tornar a leitura mais acessível para o público leitor. Como critérios de análise, buscou-se observar os graus de (re)categorização e correferencialidade do objeto de estudo, além de discutir sobre os empregos de pronomes demonstrativos e artigos definidos e, também, as posições no texto dos encapsuladores. Do ponto de vista sociocognitivo, os textos de popularização são importante elo entre o leitor e a ciência, visto que auxiliarão para o despertar do interesse deste acerca do tema, provocando, também, o aumento de conhecimento armazenado na memória, além de poderem contribuir para o crescimento do número de indivíduos interessados em se formarem profissionais nos diversos campos científicos. Para a análise, é fundamental o estudo de conceitos como referência, categorização, correferencialidade, inferência, texto, gênero textual, coesão, coerência, informatividade, situacionalidade, intencionalidade, aceitabilidade, intertextualidade, anáfora, encapsulamento anafórico e outros. O *corpus* é formado por oito textos de popularização da ciência, e os parâmetros de análise foram baseados em autores reconhecidos no campo da Linguística Textual, como Koch (2012; 2013), Marcuschi (2008; 2010), Apothéloz (2003), Cavalcante (2014), Conte (2003), Antunes (2010), Werneck (2015), entre outros.

Palavras-chave: Linguística Textual; popularização da ciência; encapsulamentos anafóricos; correferencialidade; (re)categorização.

ABSTRACT

This study aims to present and analyze the occurrence of anaphoric encapsulations in texts popularizing science in the magazine *Superinteressante* and observe how they contribute to make reading more accessible to the reading public. As criteria for analysis, we sought to observe the degrees of (re)categorization and correlation of the object of analysis, in addition to discussing the uses of demonstrative pronouns and defined articles and also the positions in the text of the encapsulation occurrences. From a sociocognitive point of view, popularization texts are an important link between the reader and science, since they will help to awaken their interest in the topic, also provoking the increase of knowledge stored in memory, besides being able to contribute for the growth in the number of individuals interested in graduating professionals in the various scientific fields. For the analysis, it is essential to study concepts such as referentiation, categorization, correlation, inferencing, text, textual genre, cohesion, coherence, informativeness, situationality, intentionality, acceptability, intertextuality, anaphor, anaphoric encapsulation and others. The corpus consists of eight texts popularizing science, and the parameters of analysis were based on authors recognized in the field of Textual Linguistics, such as Koch (2012; 2013), Marcuschi (2008; 2010), Apothéloz (2003), Cavalcante (2014), Conte (2003), Antunes (2010), Werneck (2015), among others.

Keywords: Textual Linguistics; popularization of science; anaphoric encapsulations; correlation; (re)categorization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 LINGUÍSTICA TEXTUAL E ASPECTOS TEXTUAIS.....	15
1.1 Historiografia da Linguística Textual.....	26
1.1.1 Perspectiva de Marcuschi considerando a semelhança entre as teorias do texto	29
1.1.2 Como a Linguística Textual chegou ao Brasil.....	29
1.1.3 Evolução da Linguística Textual no Brasil e no mundo.....	30
2 GÊNEROS TEXTUAIS: TEXTOS DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA.....	35
2.1 Acerca da escolha do termo <i>popularização da ciência</i>	41
2.2 O gênero reportagem jornalística de popularização da ciência	44
3 A REFERENCIAÇÃO E A PROGRESSÃO REFERENCIAL.....	53
4 ANÁFORAS: TIPOLOGIA E FUNCIONALIDADE	61
4.1 Anáforas correferenciais (ou diretas).....	63
4.1.1 Anáforas correferenciais não recategorizadoras	63
4.1.2 Anáforas correferenciais recategorizadoras.....	65
4.2 Anáforas não correferenciais	70
4.2.1 Anáforas indiretas e anáforas associativas.....	70
4.2.2 Os encapsulamentos anafóricos.....	71
5 O PAPEL DOS ENCAPSULAMENTOS ANAFÓRICOS E DA CORREFERENCIALIDADE NA FACILITAÇÃO DO TEXTO PARA A CAPACIDADE DE INTERPRETAÇÃO DO LEITOR	76
6 ANÁLISE DOS CASOS DE ENCAPSULAMENTOS ANAFÓRICOS EM TEXTOS DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA DA <i>SUPERINTERESSANTE</i>	82
6.1 Procedimentos metodológicos.....	82
6.2 Características gerais dos textos do <i>corpus</i>	88
6.3 Análise dos dados de encapsulamento anafórico	91

6.3.1 Texto 1	91
6.3.2 Texto 2	98
6.3.3 Texto 3	101
6.3.4 Texto 4	103
6.3.5 Texto 5	105
6.3.6 Texto 6	107
6.3.7 Texto 7	110
6.3.8 Texto 8	115
6.4 Conclusões sobre a análise do <i>corpus</i>.....	119
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS	125

INTRODUÇÃO

O trabalho propõe um estudo dos casos de encapsulamentos anafóricos situados em textos de popularização da ciência da revista *Superinteressante*, para uma revisão desse tipo de anáfora sob a ótica sociocognitiva da referencialidade. Como *corpus*, foram utilizadas reportagens digitais do site da revista, visto que interessa observar como esses mecanismos linguísticos colaboram, nesse gênero textual selecionado, para a contextualização da estratégia textual que se focaliza. A análise se concentra em matérias digitais, dado o fato de que jovens e jovens adultos, que são os principais leitores da revista, também são usuários ativos de redes sociais, o que faz com que ela tenha grande alcance em relação a esse público, por possuir página em redes como o Facebook e o Instagram. Nessas redes sociais, por exemplo, os indivíduos são direcionados para as matérias do site, além de poderem marcar amigos e compartilhá-las com estes ou em seus perfis.

A hipótese na qual esta pesquisa se baseou foi a ideia de que os encapsulamentos anafóricos e a correferencialidade podem funcionar, na revista *Superinteressante*, como meios facilitadores na transmissão do conhecimento científico para jovens – indivíduos de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos de idade – e jovens adultos brasileiros. Cabe ressaltar que a revista é direcionada a públicos de todas as idades, porém, de acordo com dados disponíveis no site da própria, os que mais buscam acessar matérias virtuais são pessoas entre 15 (quinze) e 30 (trinta) anos de idade, o que demonstra ser um fator social interessante para estudos, já que se trata de um público comumente leigo, em idade de optar pelo exercício profissional que se pretende seguir.¹

A justificativa desta pesquisa considera que, como no âmbito da Linguística do Texto, na fase atual de seus estudos, trabalha-se com contextos discursivos e sociocognitivos, espera-se contribuir para a análise de como os objetos de estudo funcionam no ato de interação entre o que é escrito pelo redator das matérias e o que é interpretado pelo leitor. O público mais frequente da revista, conforme será visto no capítulo seis, que aborda os procedimentos metodológicos, está na faixa etária em que comumente se busca a carreira profissional que se pretende seguir, o que mostra que a revista pode auxiliar e ter como potencial a capacidade de ajudar na formação de futuros profissionais de áreas científicas. Dessa forma, essa situação se mostra amplamente rica e interessante para os estudos da Linguística do Texto.

¹ Audiência. *Superinteressante*. Disponível em:
<<http://publiabril.abril.com.br/marcas/superinteressante/plataformas/site>>.

Como objetivo geral, pretendemos observar como os mecanismos linguísticos analisados, nesta pesquisa, contribuem sociocognitivamente em textos de popularização da ciência direcionados, em especial, a jovens e jovens adultos brasileiros, visto que esta é uma parcela da sociedade que apresenta a possibilidade de formação de futuros profissionais. Com isso, esperamos: dar continuidade aos estudos preexistentes de referenciação e progressão referencial, em especial aos que possuem como objeto de estudo os encapsulamentos anafóricos; contribuir com estudos acerca do gênero textual popularização da ciência, especialmente os que trabalham com os mecanismos aqui estudados; apresentar os resultados da investigação de como os aspectos linguísticos funcionam como formas facilitadoras de transmitir determinado conhecimento científico para um público, em geral, leigo; e expor as conclusões das análises a respeito da produção de sentido originada pelos mecanismos linguísticos.

Como objetivos específicos, pretendemos, com esta pesquisa, analisar e observar os encapsulamentos anafóricos por sintagmas nominais no gênero popularização da ciência, especificamente no *corpus* da *Superinteressante*, considerando aspectos como seu posicionamento no texto, seu nível de (re)categorização, sua função como organizador textual, entre outros.

No primeiro capítulo deste trabalho, intitulado “Linguística Textual e aspectos textuais”, abordamos alguns conceitos importantes e amplamente debatidos na Linguística Textual, além de tratar da parte histórica desse campo da Linguística, desde seu surgimento na Alemanha até os dias atuais, mencionando renomados autores teóricos da área. Em relação a esses autores, esta pesquisa utiliza como aporte teórico: Koch (2004; 2012; 2013), Marcuschi (2007; 2008; 2010), Bakhtin (2003), Conte (2003), Apothéloz (2003), Mondada e Dubois (2003), Cavalcante (2014), Werneck (2015), Antunes (2010), entre outros.

No segundo capítulo, nomeado de “Gêneros textuais: textos de popularização da ciência”, explicamos a escolha do termo *popularização da ciência* em detrimento de *divulgação científica*, além de adentrarmos em uma breve análise sobre as características do gênero textual reportagem jornalística/de revista, com temática de popularização da ciência.

No terceiro capítulo, denominado “Referenciação e progressão referencial”, exploramos os conceitos que dão nome ao capítulo, visto que as anáforas, incluindo os encapsulamentos anafóricos, se relacionam e estão intrinsecamente ligadas a eles, sendo estas uma das diversas formas de referenciação e progressão referencial. Além disso, abordamos outros conceitos intimamente relacionados à referenciação e à progressão referencial, como categorização e inferenciação. Veremos, também, como algumas estratégias sociocognitivas,

mencionadas por Koch (2004) e Koch e Elias (2008; 2012), funcionam no ato de interação entre a matéria escrita da *Superinteressante* e o público leitor; são elas: *conhecimento enciclopédico* (ou *de mundo*); *conhecimento linguístico*; *conhecimento de textos*; e *conhecimento interacional*.

No quarto capítulo, denominado “Anáforas: tipologia e funcionalidade”, tratamos do conceito mais fundamental de anáfora, comumente associado ao que seria a anáfora direta, e mencionamos a correferencialidade, até chegarmos às anáforas mais complexas: anáforas associativas, anáforas indiretas e encapsulamentos anafóricos. Passar pela teoria a respeito das anáforas é fundamental para o entendimento do que é o encapsulamento anafórico, visto que, além da importância de entender esses conceitos, eles possuem muitas características semelhantes entre si. Justamente por isso fazem parte de um grupo nomeado de *anáforas*. Dessa forma, fez-se importante um capítulo dedicado a todo esse grupo e seus subtipos, que termina com menção aos encapsulamentos anafóricos, aprofundados no capítulo cinco.

No quinto capítulo deste trabalho, intitulado “O papel dos encapsulamentos anafóricos e da correferencialidade na facilitação para a capacidade de interpretação do leitor”, discutimos, de forma mais aprofundada, as características dos encapsulamentos anafóricos e como estes e a correferencialidade contribuem, conforme alude o nome do capítulo, para a facilitação para a capacidade de interpretação do leitor. Veremos o conceito e as particularidades dos encapsulamentos anafóricos, incluindo o fato de estes possuírem um certo nível de correferencialidade e (re)categorização. Em outras palavras, os encapsulamentos anafóricos são um tipo de anáfora, funcionando na remissão de trechos anteriormente expressos no texto, englobando-os em sintagmas nominais de extensão menor para que, a partir destes, possam dar continuidade ao texto. São, portanto, organizadores textuais, que unem um eixo velho do texto a um novo. Justamente por isso são relativamente correferenciais, por sumariarem uma parte nítida e específica do texto, além do fato de (re)categorizarem essas partes, lexicalizando-as a partir de novas escolhas lexicais relacionadas ao sentido do trecho que sofre remissão ou, ainda, acrescentando novas leituras a partir desse vocábulo novo que estão sendo introduzidos.

Já o sexto capítulo engloba o detalhamento dos procedimentos metodológicos, além da apresentação dos resultados das análises. Ao todo foram 8 (oito) textos analisados, escritos por diferentes jornalistas da revista *Superinteressante*. As datas das publicações dos textos correspondem aos anos 2018 a 2020. Como parâmetros de análise estão inclusos, entre outros, a análise de sequências tipológicas (narrativa, injuntiva, argumentativa, expositiva e descritiva), conhecimentos armazenados na memória dos interlocutores, possível presença de

humor, fatores de textualidade (intertextualidade, aceitabilidade, situacionalidade, intencionalidade e informatividade), níveis de categorização e de correferencialidade, entre outros.

Por fim, esperamos que a pesquisa contribua para a continuidade de estudos e análises relacionados aos conceitos de referenciação, categorização, anáforas e, principalmente, encapsulamentos anafóricos, considerando diversos tipos de gêneros, não só os de popularização da ciência.

1 LINGUÍSTICA TEXTUAL E ASPECTOS TEXTUAIS

A Linguística Textual (doravante LT) é uma ciência da linguagem que tem o texto como foco central de seus estudos. Esse campo do saber engloba a interseção e a inter-relação de aspectos textuais linguísticos e sociocognitivos, levando em consideração a sua funcionalidade no ato de interação no âmbito social. Dessa forma, é uma ciência que busca explicar os sentidos do texto, olhando-o de forma global, o que faz com que seja uma das áreas mais relevantes da Linguística para, por exemplo, o ensino-aprendizagem de produção textual e atividades de leitura em sala de aula. Além disso, essa área não dissocia a gramática e o texto, fazendo com que os mecanismos gramaticais sejam vistos como ferramentas que podem, de forma consciente, ser escolhidas e utilizadas entre diversas possibilidades contidas na gramática no momento da construção do sentido textual, considerando a intencionalidade e os conhecimentos armazenados na memória dos sujeitos sociais. (KOCH, 2003)

Por tratar de algo inerentemente humano, que é a construção textual, a LT permite a conjugação e a interface de pressupostos teóricos, estabelecendo relações e pontos em comum com variados campos científicos, como a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, a Teoria da Evolução, a Ciência da Computação, a Filosofia, entre outros. Em outras palavras, essa área pode incluir, em seu arcabouço teórico, conceitos e parâmetros estudados nesses outros campos e, também, pode ter conceitos próprios de sua abordagem teórica mencionados por essas outras áreas do saber, o que faz com que seja, então, integrante não só da Ciência da Linguagem, mas também de outras áreas científicas que possuem como foco de estudo o ser humano. (KOCH, 2003)

Um dos conceitos mais abordados pela área é o de gênero textual (aprofundado no capítulo 2). O estudo deste conceito evidencia que existem incontáveis gêneros que se adequam à necessidade comunicacional pretendida pelo produtor do texto e ao contexto social em que a atividade verbal ocorre. Vale ressaltar que, no ato de interação verbal, não só o produtor de um texto tem papel ativo, como também o leitor, visto que este se vale de conhecimentos prévios e inferências, para que se elabore a construção do sentido do texto. Segundo Werneck (2017, p. 16), para a compreensão do texto:

[...] é necessário que o interlocutor reconheça, além dos aspectos linguísticos presentes nele, as intenções comunicativas dos seus enunciadores, associando o seu conhecimento de mundo armazenado em sua memória. Essa visão pressupõe um leitor/ouvinte ativo e o tratamento do texto como um lugar de interação entre os

sujeitos envolvidos no propósito comunicativo. Não há nesse caso uma hierarquia entre autor-leitor, em que este tentaria apenas identificar o pensamento e as ideias prontas e finalizadas daquele, materializadas na superfície textual [...].

A Linguística Textual analisa quais são os fatores de linguagem que contribuem para a construção da *textualidade*. Antes de abordar esses fatores, é importante definir o que é *texto*. Segundo Marcuschi (2008), texto é uma junção de aspectos linguísticos, sociais e cognitivos, podendo possuir frases, orações e períodos de tamanhos diversificados e, até mesmo, conter caráter *multimodal* (união de texto verbal e imagens). Anna Christina Bentes (2012, p. 257) descreve que a Linguística Textual aborda “as relações entre texto e coerência”, acrescentando que “essa discussão começa a ocorrer a partir do momento em que se percebe que o(s) sentido(s) do texto não está/estão no texto em si, mas depende(m) de fatores de diversas ordens: linguísticos, cognitivos, socioculturais, interacionais”, o que acaba constituindo os “critérios de textualidade”.

Segundo Beaugrande e Dressler (1981 apud KOCH, 2013), esses critérios estão divididos em sete: coesão, coerência, informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade. Para efeitos didáticos e de pesquisa, esses conceitos são teoricamente descritos individualmente, contudo, é importante ressaltar que eles não são independentes entre si, pois possuem interseção uns com os outros e, muitas vezes, se sobrepõem (MARCUSCHI, 2008). Marcuschi (2008) divide os aspectos textuais em *configuração linguística* e *situação comunicativa*. A primeira engloba a coesão e a coerência, visto que estes são fatores presentes na *cotextualidade*, ou seja, na própria construção verbal do texto, que é elaborada por meio dos conhecimentos linguísticos do produtor e do receptor do texto. Já a segunda inclui a informatividade, a situacionalidade, a intertextualidade, a intencionalidade e a aceitabilidade, pois está presente na *contextualidade*, sendo estabelecida mediante os *conhecimentos de mundo* dos interlocutores.

Ainda sobre a interdependência desses aspectos textuais, Antunes (2009, p. 63) menciona que o “modo textual de ocorrência das línguas é regulado por um conjunto de propriedades, linguísticas e extralinguísticas, que se inter-relacionam e se interdependem, de modo que a aplicação de cada uma se sujeita aos parâmetros de aplicação das outras. A coesão é uma dessas propriedades textuais”.

Coesão

Conforme mencionado, a textualidade é construída com a união e a sobreposição de diversas propriedades textuais. De acordo com Antunes (2009, p. 62, grifo nosso), “a *coesão* revela-se como uma dessas propriedades, destinada a prover e a assinalar a continuidade sequencial, que, em correlação com a outra, de natureza conceitual, assegura grande parte da coerência do texto”. A coesão pode estar dividida em *sequencial* e *referencial* (KOCH, 2013; MARCUSCHI, 2008). A *coesão sequencial* se constrói com a escolha e a utilização de ferramentas gramaticais, como as conjunções e as preposições, na intenção de amalgamar as informações para a construção da coerência do texto, sendo esta a própria organização e fluidez das informações do texto. Ressalta-se que a coerência não é construída apenas pela presença da coesão, mas também por outros fatores, como a inferenciação de informações não verbalizadas textualmente. Já a *coesão referencial* possui um caráter de viés mais semântico e pode ser encontrada em construções de retomadas e remissões a elementos anterior e posteriormente expressos no texto. Isso ocorre através de elementos como sinônimos, sintagmas nominais, pronomes demonstrativos, entre outros, nos casos em que há relação direta entre os elementos novos introduzidos no texto e os que são retomados, e também acontece em pontos do texto em que não há relação direta, mas pode-se perceber uma *remissão* de um elemento em relação a outro, como no caso das anáforas indiretas. Não se pode deixar de mencionar que a própria elipse constitui um recurso coesivo, tendo em vista que o termo retomado está subentendido, ainda que não esteja grafado no texto (MARCUSCHI, 2008). Veremos mais atentamente sobre as anáforas no capítulo 4.

Para melhor elucidação a respeito da coesão sequencial e da referencial, apresentamos alguns exemplos retirados de um trecho de uma matéria da revista *Superinteressante*². No trecho, alguns elementos que constituem a coesão sequencial estão sublinhados, enquanto outros que auxiliam na coesão referencial se apresentam em negrito.

Se hoje você consegue carregar o seu celular em poucas horas e usá-lo ao longo de todo o dia, é por causa das baterias de íons de lítio. É difícil lembrar de como era a vida sem **elas**. É por isso que o Nobel de Química de 2019 foi dado aos três cientistas que ajudaram a desenvolvê-las: Stanley Whittingham, Akira Yoshino e John Goodenough, sendo **esse** a pessoa mais velha a receber o prêmio Nobel, aos 97 anos de idade.

² “Nobel de Química 2019 vai para criadores das baterias de íons de lítio”. *Superinteressante*, out. 2019. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/nobel-de-quimica-2019-vai-para-criadores-das-baterias-de-ions-de-litio/>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

[...]

Os laureados desenvolveram pesquisas em universidades dos Estados Unidos e do Japão. “As descobertas **dos premiados** foram essenciais para torná-las possíveis. As baterias de íons de lítio possuem um impacto enorme na sociedade”, disse o químico Olof Ramström, participante do comitê do Nobel.

No exemplo apresentado, podemos notar a presença de três elementos que contribuem para amalgamar as informações do texto, de forma a torná-lo mais coeso e organizado, contribuindo, portanto, para a coesão sequencial; são eles: *ao longo de*, *é por causa de* e *é por isso que*. Já os elementos marcados em negrito retomam outros anteriormente expressos, colaborando para a coesão referencial ao fazer com que os objetos de discurso mencionados ganhem foco novamente no texto. Em relação a esses dados, “elas” retoma “as baterias de íons de lítio”, “esse” retoma o último cientista mencionado no primeiro parágrafo (“John Goodenough”) e, por fim, “Os laureados” e “dos premiados” retomam “Stanley Whittingham, Akira Yoshino e John Goodenough”.

Sobre a conceituação de *coesão*, Antunes (2009, p. 63, grifo da autora) elucida que:

[...] um texto dispõe de uma superfície linguística, no interior da qual as palavras comparecem e subordinam-se a determinadas regularidades de organização. Ou seja, toda sequência textual requer padrões de encadeamento dos vários segmentos que a constituem. [...] *A coesão constitui um conjunto de dispositivos que proveem esta organização da superfície linguística do texto*. Recobra importância pela função que assume na criação dos mecanismos instauradores da mencionada organização.

Portanto, a coesão colabora para a articulação, a sequência e a continuidade do texto através de escolhas lexicais e gramaticais na atividade da linguagem. Assim como os outros fatores textuais, a coesão não está isolada de nenhum deles e é utilizada por *todos* os falantes de qualquer língua, já que estes se comunicam por meio de textos, e não por frases e orações isoladas (MARCUSCHI, 2008).

Ainda sobre o conceito de coesão, Halliday & Hasan (1976, p. 4 apud KOCH, 2013, p. 16, grifo da autora) afirmam que esta “ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um *pressupõe* o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro”. Quanto à íntima relação da coesão com a coerência, Antunes (2009, p. 117) elucida que:

[...] a coesão visível funciona como marcas da coerência, como sinais ou como instruções para o cálculo de algum tipo de interpretabilidade possível. Por isso mesmo, a coesão é mais tipicamente linguística do que a coerência; isto é, se

materializa nas ocorrências de vários recursos morfossintáticos e lexicais, ou, noutros termos, se faz pela mediação das relações semânticas entre palavras e categorias gramaticais.

A íntima ligação da coesão com a coerência decorre do fato de ambas estarem a serviço do caráter semântico do texto, de sua relevância comunicativa e interacional [...].

Dessa forma, Antunes (2009) demonstra a relação estreita entre os dois conceitos, que, na prática, não podem ser isolados um do outro, uma vez que os aspectos gráficos e linguísticos e o sentido do texto estão ligados entre si. Em outras palavras, pode-se dizer que a coesão integra, juntamente com outras características textuais, um texto coerente, embora nem sempre um texto coerente necessite da presença de coesão, como nos casos de diversas frases e orações curtas. A coesão, portanto, auxilia na construção linguística presente na superfície do texto, contribuindo para a construção do sentido, ou seja, da coerência. Vejamos:

[...] numa dimensão mais linguística, não se pode separar o léxico e a gramática do conteúdo e da função do texto. Quer dizer, o sentido de um texto resulta das propriedades lexicais e gramaticais das palavras que o constituem (além, é claro, de determinações pragmáticas de seus contextos de produção e circulação).

Não se pode existir um texto coeso e coerente sem léxico e sem gramática. Por sua vez, fora do uso, o léxico é apenas uma possibilidade, é apenas um rol de palavras, disponíveis para atualizarem um sentido quando entram na cena do texto. A gramática, também, fora do uso é um conjunto de categorias e regras abstratas, que, como o léxico, têm caráter apenas de possibilidades. (ANTUNES, 2009, p. 117-118)

Naturalmente, os falantes não percebem a interseção entre os aspectos lexicais e gramaticais e a funcionalidade da língua, já que fazem o seu uso de forma intuitiva. A seguir, abordaremos, mais atentamente, o conceito de coerência. Ainda que, na prática, coesão e coerência não se separem, para estudos teóricos, a Linguística Textual, comumente, opta pela separação dos conceitos, como podemos analisar em Marcuschi (2008) e Antunes (2009), a fim de tornar o estudo científico da língua mais objetivo.

Coerência

Um texto para ser coerente não necessita obrigatoriamente da presença de coesão. Segundo Marcuschi (2008), pode haver justaposição de elementos no texto e, ainda assim, haver relação de sentido entre eles. Koch (2013, p. 17) complementa elucidando que a coerência, “responsável pela continuidade dos sentidos no texto, não se apresenta, pois, como mero traço dos textos, mas como o resultado de uma complexa rede de fatores de ordem linguística, cognitiva e interacional”. De acordo com ela (KOCH, 2012), a coerência é uma

união das intenções do autor do texto, do próprio texto e dos conhecimentos do leitor. Marcuschi (2008, p. 119) cita “Circuito fechado”, de Ricardo Ramos, como sendo um exemplo de texto sem recursos coesivos, mas que apresenta coerência.

CHINELOS, VASO, descarga. Pia, sabonete. Água. Escova, creme dental, água, espuma, creme de barbear, pincel, espuma, gilete, água, cortina, sabonete, água fria, água quente, toalha. Creme para cabelo, pente. Cueca, camisa, abotoaduras, calça, meias, sapatos, gravata, paletó. Carteira, níqueis, documentos, caneta, chaves, lenço, relógio, maço de cigarros, caixa de fósforos. Jornal. Mesa, cadeiras, xícara e pires, prato, bule, talheres, guardanapo. Quadros. Pasta, carro. Cigarro, fósforo. Mesa e poltrona, cadeira, cinzeiro, papéis, telefone, agenda, copo com lápis, canetas, bloco de notas, espátula, pastas, caixas de entrada, de saída, vaso com plantas, quadros, papéis, cigarro, fósforo. Bandeja, xícara pequena. Cigarro e fósforo. Papéis, telefone, relatórios, cartas, notas, vales, cheques, memorandos, bilhetes, telefone, papéis. Relógio. Mesa, cavalete, cinzeiros, cadeiras, esboços de anúncios, fotos, cigarro, fósforo, bloco de papel, caneta, projetor de filmes, xícara, cartaz, lápis, cigarro, fósforo, quadro-negro, giz, papel. Mictório, pia, água. Táxi. Mesa, toalha, cadeiras, copos, pratos, talheres, garrafa, guardanapo, xícara. Maço de cigarros, caixa de fósforos. Escova de dentes, pasta, água. Mesa e poltrona, papéis, telefone, revista, copo de papel, cigarro, fósforo, telefone interno, externo, papéis, prova de anúncio, caneta e papel, relógio, papel, pasta, cigarro, fósforo, papel e caneta, telefone, caneta e papel, telefone, papéis, folheto, xícara, jornal, cigarro, fósforo, papel e caneta. Carro. Maço de cigarros, caixa de fósforos. Paletó, gravata. Poltrona, copo, revista. Quadros. Mesa, cadeiras, pratos, talheres, copos, guardanapos. Xícaras. Cigarro e fósforo. Poltrona, livro. Cigarro e fósforo. Televisor, poltrona. Cigarro e fósforo. Abotoaduras, camisa, sapatos, meias, calça, cueca, pijama, chinelos. Vaso, descarga, pia, água, escova, creme dental, espuma, água. Chinelos. Coberta, cama, travesseiro.³

No exemplo, observamos uma sequência de substantivos separados, em sua maioria, por vírgulas, sem a presença de preposições, conjunções e outros mecanismos linguísticos frequentemente utilizados para estabelecer uma coesão visível em textos. Nele, apenas a ordem em que as palavras aparecem é suficiente para acionar, na mente do leitor, uma memória sociocultural do que seria um dia comum na vida de um ser humano, em que, basicamente, ele acorda, realiza a sua higiene pessoal, vai para o trabalho e, no fim do dia, volta para a casa, assiste à televisão, faz novamente a sua higienização e dorme. A partir das palavras utilizadas pelo produtor textual, o leitor infere informações sobre a pessoa que está

3 RAMOS, Ricardo. *Circuito fechado*: contos. Apresentação: Lygia Fagundes Telles. Prefácio: Alcides Villaça. São Paulo: Globo, 2012.

sendo retratada no texto. Por exemplo, inferimos, por meio dos substantivos, que: essa pessoa é um homem (“creme de barbear”, “cueca”, “gravata”, “paletó” etc.); gosta de fumar (repetições de “cigarro”); trabalha em escritório (“papéis”, “telefone”, “agenda”, “copo com lápis” etc.); provavelmente mora sozinho (não há menção a familiares); entre outras informações. É interessante notar, também, que a ordem das palavras contribui para a interpretação de um determinado vocábulo especificamente. Um exemplo é a palavra “espuma” (linha 2), que surge depois de “creme de barbear” e antes de “gilete”, o que faz com que o leitor perceba que se trata da espuma proveniente do creme de barbear e que ela será útil para preparar a pele que estará em contato com a gilete. Essa interpretação a respeito da palavra “espuma” só é possível por conta da ordem dos substantivos no texto. Com isso, concluímos que diversos aspectos contribuem para um texto ser coerente, como, por exemplo, a ordem das informações, a escolha lexical feita pelo produtor, a inferência realizada pelo leitor de acordo com seu conhecimento de mundo, entre outros.

Um texto coerente permite ao produtor construí-lo de forma a deixar lacunas que ele pressupõe que serão preenchidas pelos conhecimentos do interlocutor. Koch (2012) menciona que, no ato de escrita, o autor do texto possui dois interlocutores: um interno, que é ele mesmo e que está presente dialogando com o autor no momento do ato de escrita do texto, sugerindo o que pode ser modificado e melhorado, visto que o produtor, no ato de escrita, já imagina como o texto será o recebido pelo leitor; e um externo, que é o próprio leitor, que lerá o texto em um futuro próximo ou distante, após este já estar concluído. Segundo a autora, todo esse trabalho sociocognitivo contribui para a construção do que seria a coerência textual.

Marcuschi (2008) aborda as características que contribuem para a coerência de um texto, refletindo que esta não é formada apenas por aspectos gramaticais – incluindo os abordados no tópico sobre coesão – e lexicais – visto que os textos possuem uma sequência temática, fazendo com que haja palavras de mesmo campo lexical –, mas também pelo contexto, conforme já vimos anteriormente. Para o autor:

[...] as relações que possibilitam a continuidade textual e semântico-cognitiva (coesividade e coerência) não se esgotam nas propriedades léxico-gramaticais imanentes à língua enquanto código. Isto exigirá uma noção de língua que ultrapasse esse patamar [...]. Embora tais relações léxico-gramaticais continuem cruciais, requerem-se, ainda, atividades linguísticas, cognitivas e interacionais integradas e convergentes que permitam a construção de sentidos partilhados, ou pelo menos deem pistas para seu acesso. (MARCUSCHI, 2008, p. 120)

Koch (2012) diz que, para a continuidade e para a coerência do texto, é comum que informações novas estejam articuladas com outras socialmente já conhecidas no ato de

construção de um texto. Segundo a autora, o uso apenas de informações conhecidas faria o texto se apresentar de forma circular e redundante, por isso a necessidade de realizar essa articulação. Já a presença apenas de informações novas o tornaria de difícil compreensão, logo, menos coerente. Portanto, a coerência e a informatividade se relacionam entre si. Veremos mais sobre informatividade no tópico a seguir.

Informatividade

Nas palavras de Koch (2012, p. 206, grifos da autora), a *informatividade* ocorre da seguinte forma:

[...] em se tratando dos objetos dos quais o texto fala, a *informação nova* é constituída por aqueles que ainda são desconhecidos do leitor/ouvinte, ou seja, que não apareceram antes no texto, nem estão presentes na situação comunicativa, nem registrados na sua memória discursiva. A *informação dada*, por sua vez, é que vai constituir o suporte sobre o qual vão recair as predicções (aportes) trazidas pelo enunciado em curso ou também pelos que a ele se seguem. A *continuidade de um texto* resulta, portanto, de um equilíbrio variável entre duas exigências fundamentais: *repetição (retroação)* e *progressão*. Remete-se a algo que já está gravado na memória do interlocutor e acrescentam-se informações novas, que, por sua vez, passarão também a constituir suportes para outras informações.

Assim, ocorrem os casos de remissão ao que já foi expresso e a continuidade das informações, incluindo conhecimentos novos que serão acrescentados à memória do leitor, conforme veremos no capítulo 3 sobre referenciação e progressão referencial.

Sobre as lacunas que o locutor de um texto deixa para que sejam preenchidas pelo interlocutor, Koch (2012) explica que estas são aquelas informações que o produtor textual acredita que sejam partilhadas com o leitor e que serão acessadas por este de forma automática, pois pressupõe que o receptor já possua esse conhecimento. Para isso, o autor utiliza estratégias de sinalização textual, fazendo com o que o leitor preencha automaticamente essa lacuna, podendo ser por meio, por exemplo, de elementos dêiticos que façam referência a algo presente no contexto. Por conta disso, Koch (2012) utiliza como alusão a isso a metáfora do *iceberg*, demonstrando que a ponta deste seria o que está textualmente escrito, enquanto que o que está submerso seriam todos os conhecimentos socialmente partilhados, o contexto enunciativo e os conhecimentos prévios que o locutor pressupõe que o leitor possua (conhecimentos situacionais, culturais, textuais e enciclopédicos). Ela diz que:

[...] o produtor do texto pressupõe certos conhecimentos por parte do leitor/ouvinte, de modo que, obedecendo ao *princípio da economia*, não explicita as informações que considera desnecessárias ou redundantes. Esse princípio, contudo, deve ser coordenado com o *princípio da explicitude*, ou seja, é preciso saber decidir quais significados necessitam ser explicitados para que o texto possa ser compreendido. (KOCH, 2012, p. 208, grifos da autora)

Desse modo, para que haja coerência e fluidez no texto, o produtor deve equilibrar as informações novas e as já dadas, de forma a transmitir clareza e legibilidade. A informatividade existe a partir do momento em que o texto existe. Isso ocorre na passagem de conteúdos de forma explícita e até mesmo aqueles que o locutor sabe que serão compreendidos e inferidos pelo interlocutor. As informações não pretendidas pelo locutor que sejam transmitidas também são consideradas no fato de informatividade, isto é, nenhum texto é totalmente parcial, visto que está sendo escrito por um sujeito inserido sociodiscursivamente em um contexto e que possui uma bagagem de conhecimentos armazenados na memória. Portanto, é natural que o leitor, muitas vezes, capte intenções ocultas por parte do locutor textual, como, por exemplo, perspectivas veladas dos redatores em textos jornalísticos. Em casos de matérias jornalísticas, é comum, por exemplo, que as escolhas lexicais para se referir a um determinado indivíduo ou localidade e as construções de frases na voz ativa ou passiva revelem possíveis crenças, posições políticas e valores morais do redator.

Segundo Marcuschi (2008, p. 132), a informatividade “diz respeito ao grau de expectativa ou falta dela, de conhecimento ou desconhecimento e mesmo incerteza do texto oferecido”. Por englobar até mesmo aspectos não pretendidos pelo locutor, a informatividade não se trata do conteúdo ou sentido de um texto, sendo, pois, algo além disso.

Situacionalidade

A situacionalidade, como o próprio nome pressupõe, abrange a própria situação em que um texto é produzido. Nesse critério, o locutor será orientado pelas circunstâncias a construir um texto, enquanto o interlocutor realizará a compreensão e a interpretação deste também levando em conta esse aspecto. A situação da interação comunicativa é social, cultural, histórica etc. e, a partir dela, haverá a constituição de gêneros textuais. Ou seja, o autor de um texto fará a escolha de um gênero, em um ato de escrita, ou simplesmente utilizará um de forma subconsciente para estabelecer a comunicação. Por exemplo, ao telefonar para alguém, ninguém pensa que utilizará o gênero *telefonema*, assim, realiza-se a utilização subconsciente de um gênero, e esta ocorre de acordo com a situação em que os

falantes estão inseridos. É preciso, nesse caso, falar com alguém que está distante e de forma rápida. Desse modo, o falante faz a escolha do aparato tecnológico disponível para isso, que é o telefone, formando assim a constituição do gênero telefonema, juntamente com aspectos linguísticos, como os cumprimentos, as despedidas, as identificações dos interlocutores, as abordagens temáticas, entre outros elementos (MARCUSCHI, 2008). Obviamente, que essa escolha, dada a situação, também pode ocorrer de forma consciente, como no caso do envio de cartas. Marcuschi menciona que “a situacionalidade pode ser vista como um critério de adequação verbal” (MARCUSCHI, 2008, p. 129), já que, a partir dela, os autores farão as suas escolhas comunicativas, conservando na comunicação, segundo o linguista, traços da situação em que estão inseridos. De acordo com Marcuschi (2008, p. 129):

[...] em sentido estrito, o critério de situacionalidade é supérfluo, pois, por natureza, já se admite que todo sentido é sentido situado. Não há produção de sentido a não ser em contextos de uso. E a categoria do uso (o usual), em boa medida, deveria determinar os aspectos definidores da situacionalidade.

Assim, sabe-se que não há construção do sentido de um texto sem que haja situacionalidade, visto que é preciso desta para que aquele seja entendido e até construído. O autor ainda explica que é importante não confundir situação e contexto, tendo em vista que “a situacionalidade é uma forma particular de o texto se adequar tanto a seus contextos como a seus usuários. Se um texto não cumprir os requisitos dela, não poderá se ‘ancorar’ em contextos de interpretação possíveis, o que o torna pouco proveitoso”.

Intertextualidade

Conforme Antunes (2010, p. 36, grifos da autora), “a *intertextualidade* concerne ao recurso de *inserção, de entrada*, em um texto particular, de *outros(s) texto(s)* já em circulação”. Nesse caso, segundo a autora, há uma menção explícita dentro do texto a um outro texto escrito por outro indivíduo. É comum, por exemplo, que, em textos de popularização da ciência, conforme veremos adiante, haja menções a obras científicas, sejam bibliográficas ou audiovisuais.

Essa intertextualidade explícita funciona como estratégia argumentativa, porque, muitas vezes, o locutor utiliza esse mecanismo para refutar ou corroborar o que foi escrito ou dito por outra pessoa. Além disso, possui um caráter dinâmico, pois um texto “conversa” com outro. Levando isso em conta, percebe-se, novamente, que um texto está além de suas

propriedades linguísticas, abrangendo também propriedades cognitivas, pragmáticas e contextuais.

Antunes (2010, p. 36, grifos da autora) considera a existência de dois tipos de intertextualidade, sendo uma explícita e outra não. A explícita é a mencionada anteriormente, que faz referência a outras obras. No entanto, para além disso, a autora considera também, e é importante mencionar neste trabalho, que “todo texto é um intertexto”, já que “se parte sempre de modelos, de conceitos, de crenças, de informações já veiculados em outras interações anteriores. Ou seja, dada a própria natureza do processo comunicativo, todo texto contém *outros textos prévios*, ainda que não se tenha inteira consciência disso”. Em outras palavras, nesse viés, consideramos que todo texto, por possuir informações previamente adquiridas a partir de outros textos, acaba por ser também um intertexto, ainda que implícito.

Intencionalidade

A *intencionalidade* é a própria escolha do autor – de elementos lexicais, gramaticais, semânticos, entre outros – no ato de produção textual e que “orienta o leitor na construção de sentidos do texto” (MARQUESI, 2011, p. 216); isto é, a ação que o locutor pretende efetuar sobre o interlocutor de acordo com o seu desejo de comunicar. Segundo Marquesi (2011, p. 216), “as escolhas feitas pelos produtores dos textos trazem para os leitores informações importantes sobre suas opiniões, crenças e atitudes, auxiliando-os na construção de sentidos”. Para ela, o ato de intencionalidade está ligado ao processo de referenciação, que veremos adiante, visto que as escolhas lexicais e as retomadas e as remissões, incluindo as anáforas indiretas, juntamente com os atos de inferência realizados pelo interlocutor, vão contribuir para a construção do que seria a provável intenção do produtor textual.

Marcuschi (2008, p. 126) explica que “a intencionalidade diz respeito ao que os produtores do texto pretendiam, tinham em mente ou queriam [...]”. Já a aceitabilidade se refere à aceitação, à reação e ao engajamento do interlocutor. Ou seja, uma receita culinária, por exemplo, é redigida para que um interlocutor possa lê-la e compreender como preparar determinado aperitivo, podendo ser direcionada a outra pessoa ou ao próprio produtor do texto futuramente. Pode-se perceber, através da receita, a intenção de transmitir uma informação de forma clara e inteligível, tomando as devidas precauções para que o que está escrito seja entendido. Da mesma forma, a reação do leitor do texto corresponde aos critérios de aceitabilidade, conforme veremos a seguir.

Aceitabilidade

No ato de recebimento do texto, o interlocutor já pressupõe que este estará coerente, coeso e interpretável (MARCUSCHI, 2008). Para Marcuschi (2008), a aceitabilidade pressupõe um certo grau de tolerância do receptor, demandando, muitas vezes, um certo esforço dele para a construção do sentido. Um texto redigido com alguns desvios de norma culta, por exemplo, terá maior aceitabilidade em redes sociais do que em um artigo acadêmico. Portanto, a aceitabilidade se relaciona não só aos aspectos linguísticos e à clareza destes, mas também ao contexto. Ainda que um texto não esteja elaborado de forma gramaticalmente adequada, a sua aceitabilidade estará atrelada ao seu entorno situacional, podendo ser aceito e interpretado naturalmente pelos interlocutores.

Por conta do conceito de aceitabilidade e dos outros critérios de textualidade, entre outros conceitos trabalhados pela Linguística Textual, é que o texto não é visto por essa ciência da linguagem como algo estanque e já objetivamente pronto. O texto, na verdade, é construído socialmente, a partir de processos de elaboração, processamento, interpretação e compreensão deste, pressupondo um trabalho cognitivo e social. Veremos mais sobre a profundidade dos aspectos textuais no capítulo 2, denominado “Gêneros textuais: textos de popularização da ciência”. Antes de prosseguirmos ao capítulo 2, abordaremos a historiografia da Linguística Textual para melhor entendimento de sua importância para os estudos linguísticos.

1.1 Historiografia da Linguística Textual

A Linguística Textual, como o nome já diz, é a área da Linguística que estuda o texto. Por considerar diversas concepções de texto, a LT passou por algumas modificações desde o seu surgimento até chegar aos dias atuais. (KOCH, 2015a)

Em 1960, a LT surgiu na Europa, começando a se destacar a partir da década de 1970. Segundo a linguista Ingedore Koch (2013, p. 07), no início, em meados dos anos de 1960 até meados de 1970, a “preocupação era descrever os fenômenos sintático-semânticos ocorrentes entre enunciados ou sequências de enunciados, alguns deles, inclusive, semelhantes aos que já haviam sido estudados no nível da frase”. A autora menciona que essa fase da LT é chamada de “análise transfrástica” (KOCH, 2013, p. 07), não distinguindo nitidamente entre “fenômenos ligados uns à coesão, outros à coerência do texto” (KOCH, 2015a, p. 19).

A década de 1970 era marcada por estudiosos interessados no Estruturalismo ou, mais ainda, no Gerativismo, o que, segundo Ingedore Koch (2013), justifica o interesse desses intelectuais em “gramáticas de texto”. Estas – levando em conta que as gramáticas de frase não dão conta de explicar todos os fenômenos do texto, visto que este não é uma mera união de frases isoladas – buscam “apresentar os princípios de constituição do texto em dada língua” (KOCH, 2013, p. 07).

Em 1980, as Teorias do Texto vão se distinguir mais nitidamente umas das outras, possuindo, entre elas, diferenças notórias, conforme o enfoque dado ao estudo. Sendo assim, a Linguística Textual atualmente é vista como uma área que possui várias vertentes. Koch (2013) lista alguns representantes dessas teorias, sendo eles: Beaugrande e Dressler; Givón e Dijk; Petöfi; e Schmidt. A seguir, faremos uma breve apresentação desses pioneiros da LT.

- Robert Alain de Beaugrande, reconhecido linguista textual e analista do discurso, foi um dos fundadores da Escola de Viena de Linguística Textual. Juntamente com Wolfgang Dressler, atualmente professor austríaco de Linguística o qual contribuiu em vários campos desta, publicou, em 1981, o manual *Introdução à Linguística do Texto*. Segundo Koch (2013, p. 08), os linguistas:

[vêm se] dedicando ao estudo dos principais critérios ou padrões de textualidade e do processamento cognitivo do texto. Apontam como critérios de textualidade a coesão e a coerência (centrados no texto), e a informatividade, a situacionalidade, a intertextualidade, a intencionalidade e a aceitabilidade (centrados nos usuários). Adotam, entre outros pressupostos, os da semântica procedural, dando realce, no estudo da coerência e do processamento do texto, não só ao conhecimento declarativo (dado pelo conteúdo proposicional dos enunciados), mas também ao conhecimento construído através da vivência, condicionado socioculturalmente, que é armazenado na memória, sob a forma de modelos cognitivos globais (“frames”, esquemas, “scripts”, planos). Neste sentido, estes autores aproximam-se da linha americana da análise do discurso.

- O israelense Talmy Givón, um dos fundadores da *Gramática Funcional*, juntamente com outros intelectuais, se dedica às formas linguísticas do texto, a partir de uma visão que considera as frases e também se concentra nos aspectos de processamento cognitivo do texto no ato de produção e compreensão deste. Assim, esses estudiosos levam em consideração pesquisas das áreas da Psicologia, da Cognição e da Inteligência Artificial. (KOCH, 2013)

- Harald Weinrich, linguista e filólogo alemão, concentra seus estudos tendo em conta uma visão acerca de uma macrossintaxe do discurso, ou seja, trabalha com categorias gramaticais, como verbos, artigos etc. Utiliza um método heurístico intitulado “partitura musical”, no qual consiste em analisar a frase, englobando, em apenas um modelo, os tipos de palavras e a sintaxe (KOCH, 2013). “Para Weinrich, o texto é uma sequência linear de lexemas e morfemas que se condicionam reciprocamente e que, de modo recíproco, constituem o contexto: texto é, pois, ‘um andaime de determinações onde tudo se encontra interligado’, uma ‘estrutura denominativa’” (KOCH, 2013, p. 09). Weinrich considera todas as pesquisas da Linguística como sendo, basicamente, Linguística de Texto.
- Teun Adrianus Van Dijk, linguista neerlandês, é um estudioso das áreas da Linguística do Texto, da Análise do Discurso e da Análise Crítica do Discurso, concentrando seu trabalho no estudo de macroestruturas do texto, para que, então, resumos sejam produzidos, além de analisar os âmbitos do esquema e das superestruturas textuais, a fim de se atentar às noções de tipologia textual. Concentrou-se especialmente nas superestruturas das narrativas e, posteriormente, nas do noticiário jornalístico (KOCH, 1999; KOCH, 2013). Para Koch:

Quanto aos tipos de texto, a influência mais forte foi a de Van Dijk. Seu conceito de superestrutura, aplicado à descrição de diversos tipos de textos, teve grande aceitação no Brasil, tendo inspirado trabalhos bastante instigantes. O mesmo ocorreu com o conceito de macroestrutura e a descrição das estratégias de sumarização, que foram aplicadas não só em uma série de trabalhos sobre compreensão e produção de textos e sobre a produção de resumos, publicados em livros e revistas especializadas, como também em diversas teses e dissertações orientadas pelos pesquisadores que atuam na área da Linguística Textual. (1999, p. 170)

- János Sándor Petöfi foi um semiólogo e linguista húngaro. Atentou-se, inicialmente, em seus estudos, para a “construção de uma teoria semiótica dos textos verbais” (KOCH, 2013, p. 09), intitulada “Teoria da Estrutura do Texto – Estrutura do Mundo”, analisando, conforme o nome da teoria já elucidada, a estrutura do texto e a interpretação do mundo “textualizado”, considerando, nos textos, aspectos contextuais (fora do texto) e cotextuais (dentro do próprio texto). Os maiores interesses do grupo de Petöfi, no fim da vida deste (2013), eram a compreensão e a produção dos textos. (KOCH, 2013)

- Johannes Friedrich Heinrich Schmidt foi um linguista alemão (falecido em 1901). De acordo com Koch (2013, p. 10), para ele:

[...] o texto é “qualquer expressão de um conjunto linguístico num ato de comunicação – no âmbito de um ‘jogo de atuação comunicativa’ – tematicamente orientado e preenchendo uma função comunicativa reconhecível”. Segundo ele, textualidade é o modo de toda e qualquer comunicação transmitida por sinais, inclusive os linguísticos. Daí preferir a denominação Teoria do Texto a Linguística de Texto.

1.1.1 Perspectiva de Marcuschi considerando a semelhança entre as teorias do texto

Além dos estudiosos mencionados, Koch (2013) relembra também os linguistas franceses Charolles, Combettes, Vigner, Adam, entre outros, que, segundo ela (KOCH, 2013, p. 10), “se dedicam aos problemas de ordem textual e à operacionalização dos construtos teóricos para o ensino de línguas”. A partir das diversas Teorias do Texto, Marcuschi (1993, p. 12-13 apud KOCH, 2013, p. 10-11, grifos da autora) definiu, de forma provisória, o que essas linhas possuem em comum:

Proponho que se veja a Linguística do Texto, mesmo que provisória e genericamente, como o *estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais*. Seu tema abrange a *coesão superficial* ao nível dos constituintes linguísticos, a *coerência conceitual* ao nível semântico e cognitivo e o sistema de pressuposições e implicações a nível pragmático da produção do sentido no plano das ações e intenções. Em suma, a Linguística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado, deve preservar a *organização linear*, que é o tratamento estritamente linguístico abordado no aspecto da coesão e, por outro, deve considerar a *organização reticulada* ou tentacular, não linear, portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas.

Levando isso em conta, Koch (2013) relembra que o texto não é uma soma de frases isoladas, mas considera, por exemplo, o contexto. Ele e a frase não diferem apenas em quantidade, mas também em qualidade. Dessa forma, a LT se preocupa em estudar as características de textualidade.

1.1.2 Como a Linguística Textual chegou ao Brasil

No fim dos anos de 1970, os estudos do texto despontaram no Brasil, tendo como base versões em língua portuguesa das obras *Semiótica narrativa e textual*, de Chabrol et al.

(1977), e *Linguística e Teoria do Texto*, de Schmidt (1978), além da versão portuguesa de *Pragmática linguística e ensino do português*, de Fonseca e Fonseca (1977), analisando também os textos de acordo com uma nova perspectiva, conforme já acontecia em pesquisas europeias. (KOCH, 1999)

Na primeira metade da década de oitenta, publicaram-se em nosso país obras introdutórias, que visavam não só a apresentar ao leitor brasileiro esse ramo da ciência linguística, seus objetivos, pressupostos e categorias de análise, como traçar um panorama geral do que se vinha fazendo nesse domínio em outros países (*Linguística de Texto: o que é e como se faz*, de Luiz Antônio Marcuschi, e *Linguística Textual: introdução*, de Ingedore G. Villaça Koch & Leonor L. Fávero, ambos publicados em 1983, além do artigo de Neis, [...]). Em 1984, por ocasião da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizou-se, pela primeira vez, uma mesa-redonda sobre linguística do texto, com o tema “Coerência e Coesão na Teoria do Texto”, da qual fizeram parte Marcuschi, Neis e Koch. Desde então, em todos os congressos e reuniões científicas, a linguística textual passou a ter o seu lugar. (KOCH, 1999, p. 168-169)

É na década de 1980 que os estudos da LT começam a ganhar maior projeção, com publicações de nomes como Ingedore Koch, Luiz Antonio Marcuschi, Ignácio Reis, entre outros. Os congressos começaram a incluir trabalhos sobre esses estudos, além de ocorrerem publicações em revistas totalmente dedicadas a essas pesquisas (KOCH, 1999). Esses grandes nomes da LT implantaram esses estudos nas universidades em que eram docentes, ao mesmo tempo em que vão surgindo, em outros ambientes universitários, pesquisas dedicadas à análise de textos em cursos de pós-graduação e de extensão (KOCH, 1999).

1.1.3 Evolução da Linguística Textual no Brasil e no mundo

A década de 1980 foi particularmente produtiva para a LT, já evidenciando uma visão diferenciada das décadas anteriores, conforme elucida Koch (2001, p. 12-13):

Uma das tônicas da década de 1980 foi justamente a ampliação significativa do conceito de coerência, quando, adotando-se uma perspectiva pragmático-enunciativa, passou-se a postular que não se trata de mera propriedade ou qualidade do texto em si, mas de um fenômeno muito mais amplo: a coerência se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem linguística, sociocognitiva e interacional. Vieram a público diversas coletâneas sobre o tema (Charolles, Petöfi & Sözer, 1983; Neubauer, 1983; Petöfi, 1986; Sözer, 1985; Conte, Petöfi & Sözer, 1989, entre várias outras), além de artigos e obras individuais. Também no Brasil, as pesquisas sobre coesão e coerência textuais tiveram grande desenvolvimento, frutificando em uma série de obras sobre o assunto. Podem-se mencionar, entre muitos outros, os trabalhos de Marcuschi (1983), Koch (1987, 1989, 1992); Koch & Travaglia (1989, 1990); Fávero (1991) e Bastos (1985). Além disso, outros critérios de textualidade passaram a ser objeto das pesquisas sobre o texto, tais como informatividade,

situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade, aceitabilidade (cf. Beaugrande & Dressler, 1981), contextualização, focalização, consistência e relevância.

Também na década de 1980 se dá o interesse por aspectos cognitivos do texto, especialmente estudados por Van Dijk e Kintsch (1983), passando a marcar de maneira ampla o início da década de 1990, imprimindo a esta uma “forte tendência sociocognitivista” (KOCH, 2001, p. 13). A partir disso, com os aspectos do texto se sobressaindo consideravelmente nos estudos, os pesquisadores passaram a se concentrar em questões relacionadas ao processamento do texto (produção e compreensão), como os conhecimentos são armazenados e ativados na memória, entre outros fatores. Nos anos de 1990, alguns mecanismos textuais ganharam destaque nas pesquisas: referenciação, ativação de conhecimento armazenado na memória, relação oralidade/escrita, inferenciação, gêneros textuais (considerando as concepções de Bakhtin) etc. (KOCH, 2001)

A questão da referenciação textual, por exemplo, vem sendo objeto de pesquisa de um grupo de autores franco-suíços (Projeto *Cognisciences*), entre os quais se podem destacar Apothéloz, Kleiber, Charolles, Berrendonner, Reichler-Béguelin, Chanêt, Mondada e D. Dubois. Estes autores têm dedicado especial interesse a questões como a criação dos “objetos de discurso”, a anáfora associativa, sua conceituação e sua abrangência, as operações de nominalização e suas funções, entre várias outras com elas de alguma forma relacionadas. O principal pressuposto destas pesquisas é o da referenciação como atividade discursiva, como é postulado também em Marcuschi & Koch, 1998a; Koch & Marcuschi, 1998b; Marcuschi, 1998; Koch, 1998). Desta forma, de conformidade com Mondada & Dubois (1995) e Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995:228ss), postula-se que a referência é sobretudo um problema que diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; e que o discurso constrói os “objetos” a que faz remissão (“objetos de discurso”), ao mesmo tempo que é tributário dessa construção. (KOCH, 2001, p. 14)

Nessa década, as pesquisas referentes à fala ganham projeção, a partir de uma perspectiva sociocognitiva, diferenciando-se da Análise da Conversação, constituindo, assim, uma linha de estudos textuais de ampla importância no Brasil (KOCH, 2001). Verifica-se isso na obra de Koch & Osterreicher (1990), em diversos projetos “voltados para a descrição da modalidade oral da língua, tanto na Europa como na América” (KOCH, 2001, p. 14). No Brasil, criou-se o Projeto de Gramática do Português Falado, desenvolvido pelo linguista brasileiro Ataliba de Castilho, que “tem como uma de suas vertentes o estudo da organização textual-interativa no português falado no Brasil” (KOCH, 2001, p. 14), outrora coordenado por Koch. A autora (KOCH, 1999, p. 174) explica que:

[...] é no interior do Projeto Temático “Organização Textual-Interativa no Português Falado no Brasil” que se têm desenvolvido, dentro da abordagem textual-interativa que o fundamenta e, em decorrência, com a mobilização de conceitos da Linguística Textual, da Análise da Conversação e da Pragmática Linguística, as principais pesquisas sobre a natureza do texto falado, sua organização tópica, as estratégias de construção (inserção, parafraseamento, repetição, interrupção, segmentação, correção), os marcadores discursivos e/ou articuladores textuais, as formas de marcação de relevo, etc. Além dos textos incluídos nas coletâneas acima citadas, os membros da equipe (Koch, Risso, Jubran, Marcuschi, Fávero, Urbano, Hilgert, Travaglia, Oliveira e Silva, Souza e Silva, Andrade, Aquino, Crescitelli), bem como outros pesquisadores que neles se inspiraram, têm produzido grande número de trabalhos individuais, publicados em revistas especializadas e/ou apresentados em congressos, nacionais e internacionais.

Os estudiosos da LT no Brasil receberam fortes influências de pesquisadores estrangeiros tanto do campo da LT quanto de outros. Sobre isso, Koch (1999) lista alguns influenciadores, separando-os de acordo com seus países, demonstrando, assim, a amplitude das pesquisas no campo:

As pesquisas sobre texto realizadas no Brasil inspiram-se fortemente em estudos realizados na Alemanha (Weinrich, Dressler, Beaugrande & Dressler, Gülich & Kotschi, Heinemann & Viehweger, Motsch & Pasch, entre outros); na Holanda (Van Dijk); na França (Charolles, Combettes, Adam, Vigner, Coste, Moirand etc.), na Inglaterra (particularmente por Halliday & Halliday & Hasan) e nos EUA, tanto por linguistas (Chafe, Givón, Prince, Thompson, Webber, Brown & Yule), como por psicólogos e pesquisadores em Inteligência Artificial (Clark & Clark, Minsky, Johnson-Laird, Sanford & Garrod, Rumelhart, Schank & Abelson, Marslen-Wilson e outros), além, é claro, daqueles realizados no interior do funcionalismo praguense (Daneš, Firbas, etc.); e, na década de 1990, pesquisas sobre anáfora e referência que se vêm efetivando na França, no bojo do projeto *L’Anaphore et son traitement*, financiado pelo Programa *Cognisciences*, Pir-Cnrs (Charolles, Kleiber, Mondada, Dubois) e por Apothéloz, Reichler-Béguelin Berrendonner, entre vários outros), na Suíça (Fribourg, Neuchâtel). (KOCH, 1999, p. 168)

Atualmente, no Brasil, a LT conta com influências de nomes como Ingedore Koch, Luiz Antonio Marcuschi, Leonor Fávero, Luiz Carlos Travaglia, Irandé Antunes, Leonor Werneck dos Santos, Maria Aparecida Pauliukonis, Vanda Elias, Anna Bentes, Mônica Cavalcante, entre outros, que contribuem e/ou contribuíram, com grandes obras, artigos e conferências, para os estudos a respeito de conceitos como referenciação, coesão, coerência, gêneros textuais etc. A seguir, listamos algumas obras conhecidas desses autores:

a. Ingedore Koch:

- *Argumentação e linguagem;*
- *A coesão textual;*

- *O texto e a construção dos sentidos;*
- *Desvendando os segredos do texto;*
- *Introdução à Linguística Textual;*
- *A inter-ação pela linguagem;*
- *As tramas do texto;*
- *Linguística textual: introdução (com Leonor Fávero);*
- *Ler e escrever: estratégias de produção textual (com Vanda Elias);*
- *Ler e compreender: os sentidos do texto (com Vanda Elias);*
- *Intertextualidade: diálogos possíveis (com Anna Christina Bentes e Mônica Cavalcante);*
- *A coerência textual (com Luiz Carlos Travaglia);*
- *Texto e coerência (com Luiz Carlos Travaglia);*
- *Referenciação e discurso (com Maria Morato e Anna Christina Bentes);*
- *Linguística textual: perspectivas alemãs (com Hans Piter Wieser).*

b. Luiz Antonio Marcuschi

- *Produção textual, análise de gêneros e compreensão;*
- *Da fala para a escrita: atividades de retextualização;*
- *Linguística de texto: o que é e como se faz;*
- *Cognição, linguagem e práticas interacionais;*
- *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido (com Antonio Carlos Xavier).*

c. Leonor Fávero

- *Coesão e coerência textuais;*
- *Texto e leitura;*
- *Produção de texto: a dissertação;*
- *Mecanismos de coesão e coerência no texto escrito;*
- *Linguística Textual: texto e leitura;*
- *Linguística Textual: introdução (com Ingedore Koch).*

d. Irandé Antunes

- *Língua, texto e ensino: outra escola possível;*
- *Lutar com palavras: coesão e coerência;*
- *Análise de textos: fundamentos e práticas;*
- *Aspectos da coesão do texto;*
- *Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas;*
- *Gramática contextualizada: limpando o “pó das ideias simples”;*
- *Aula de português: encontro e interação.*

e. Outras obras no campo da Linguística Textual

- *Linguística Textual e ensino* (Vanda Elias, Aparecida Pauliukonis, Sueli Marquesi);
- *Coerência, referenciação e ensino* (Mônica Cavalcante, Valdinar Filho, Mariza Brito);
- *A tessitura da escrita* (Iara Costa e Maria Foltran);
- *Referenciação* (Alena Ciulla, Bernadete Rodrigues e Mônica Cavalcante);
- *Coesão e coerência em narrativas escolares escritas* (Lúcia Bastos);
- *Ensino de produção textual* (Fábio Coelho e Roza Palomanes);
- *Gêneros textuais & ensino* (Angela Dionísio, Anna Machado e Maria Bezerra);
- *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari* (Lígia Negri, Maria Foltran e Roberta Oliveira);
- Entre outras.

Dessa forma, compreendemos a importância dos estudos da e sobre a Linguística Textual e a dedicação dos autores em difundir conceitos, como referenciação e progressão referencial, categorização, correferencialidade, inferenciação, texto, gêneros textuais, conhecimentos armazenados na memória (de mundo/enciclopédico, linguístico, de textos e interacional), critérios de textualidade (coesão, coerência, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, aceitabilidade e intencionalidade), anáfora, entre outros. Dito isso, passamos para o capítulo 2, que trata dos gêneros textuais, em especial dos textos de popularização da ciência.

2 GÊNEROS TEXTUAIS: TEXTOS DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

Os gêneros textuais estão inseridos em um contexto de atividade sociocomunicativa e, por conta das inúmeras possibilidades de comunicação e da maleabilidade dos contextos, também são mutáveis e adaptáveis, sobretudo nos dias atuais com o avanço das tecnologias, que estão tornando as atividades interativas humanas ainda mais complexas (BAKHTIN, 2003; MARCUSCHI, 2010). Levando em conta a evolução dos meios de comunicação atuais, Marcuschi menciona o fato de haver um aumento no número de gêneros textuais, conforme se pode notar no trecho a seguir:

[...] os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita. [...]. Hoje, em plena fase da denominada *cultura eletrônica*, com o telefone, o gravador, o rádio, a TV, e particularmente o computador pessoal e sua aplicação mais notável, a *internet*, presenciamos uma explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na oralidade como na escrita. [...]. Daí surgem formas discursivas novas, tais como editoriais, artigos de fundo, notícias, telefonemas, telegramas, telemensagens, teleconferências, videoconferências, reportagens ao vivo, cartas eletrônicas (*e-mails*), bate-papos virtuais (*chats*), aulas virtuais (aulas *chats*) e assim por diante. (2010, p. 19-21, grifos do autor)

Os gêneros textuais são “tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua” (BAKHTIN, 2003, p. 261). Ou seja, em termos mundiais, pode-se observar a riqueza em características e a quantidade de gêneros como um todo, de acordo com as atividades dos seres humanos, mas, nas sociedades em particular, serão encontrados determinados conjuntos de gêneros mais ou menos utilizados e alguns que sequer são utilizados, demonstrando a individualidade dessas comunidades.

Por conta da própria evolução no contexto tecnológico da comunicação humana, Marcuschi (2010) afirma que um gênero costuma ser uma remodulação de outro gênero preexistente, como, por exemplo, os e-mails, que foram precedidos pelas cartas, e os telefonemas, que passaram a ser uma nova forma de conversação. Segundo o autor (MARCUSCHI, 2010, p. 21), “a tecnologia favorece o surgimento de formas inovadoras, mas não absolutamente novas”.

Esta pesquisa trabalha com textos de popularização da ciência, não sendo eles artigos e trabalhos científicos acadêmicos direcionados a pesquisadores do assunto, mas sim textos publicados por revistas direcionadas a pessoas leigas, contendo uma linguagem *informalizada* – isto é, o produtor textual, conscientemente, torna a linguagem coloquial/popular/informal.

Motta-Roth e Marcuzzo (2010, p. 514) mencionam o que seria o gênero popularização científica: “o acesso generalizado da sociedade à experiência científica é feito por meio de textos de popularização da ciência (PC): textos sobre ciência, publicados por cientistas ou jornalistas científicos em revistas, jornais ou redes de TV, tendo em mente uma audiência formada por não especialistas”. Sobre exemplos de popularização da ciência, as autoras mencionam a revista *Superinteressante*, que inclui textos de nosso *corpus*.

Um documentário televisivo, um artigo ou uma reportagem impressa, publicados em um periódico que veicula informação científica, como as revistas *Superinteressante* no Brasil ou a *New Scientist* no exterior, são várias possibilidades que servem à função de popularizar a ciência, pois disseminam conhecimento científico na sociedade mais ampla. (p. 515)

É importante mencionar a importância dos textos de popularização da ciência, levando-se em conta que disseminar o conhecimento científico para a sociedade é fundamental para a manutenção da ciência, conforme explica Motta-Roth:

Nesses termos, o processo de popularizar a ciência deve ser visto como crucial para a sobrevivência da própria ciência (digamos, “erudita”), esta vista como um bem que deve ser produzido e cujo acesso deve ser democratizado em sociedade. Textos de PC são essenciais para a sobrevivência das áreas de conhecimento, uma vez que a sociedade só apoiará pesquisas em áreas construídas discursivamente pela mídia como relevantes. [...] A mídia, deste modo, atua como um instrumento poderoso para mobilizar o engajamento da sociedade no discurso da ciência ao promover debates que incluam os vários segmentos da sociedade. Cabe ao público o direito de conhecer os fatos e as opiniões (MOTTA-ROTH, 2009a, p. 5-6 apud MOTTA-ROTH; MARCUZZO, 2010, p. 515).

Em outras palavras, o apoio da sociedade em relação às pesquisas e às observações científicas é importante para o desenvolvimento da própria ciência, por isso existe a necessidade de popularizá-la em mídias. Pode-se dizer, inclusive, que a popularização da ciência contribui para a formação de novos profissionais nas áreas então abordadas em textos escritos ou em outros veículos de popularização, como debates, palestras, entre outros.

Quanto à linguagem adotada, pode-se refletir sobre a maleabilidade linguística contida na popularização da ciência e a importância de esclarecer as características do *corpus* deste trabalho. Sobre isso, Marcuschi (2010) menciona que, atualmente, há grande incidência de hibridismos nos gêneros textuais, visto que, comumente, estabelecem fronteiras difusas entre oralidade e escrita. Esse aspecto pode ser notado no *corpus* desta pesquisa, que, longe de ser artigo científico acadêmico redigido com vocabulário rigorosamente técnico e norma culta formal, utiliza expressões cotidianas e norma culta informal para que haja aproximação com

os leitores, leigos no assunto, sendo estes majoritariamente jovens, conforme dados retirados do site da revista *Superinteressante* presentes no capítulo seis, que expõe os procedimentos metodológicos e as análises.

Pode-se observar que o gênero artigo científico comumente é atrelado a contextos universitários, tendo em vista os tempos de outrora em que tais assuntos não diziam respeito a todos os cidadãos, mas somente a intelectuais. Contudo, nos dias atuais, há uma releitura do gênero, fazendo com que este surja em revistas direcionadas ao público em geral através da utilização de linguagem coloquializada.

Sobre as características linguísticas da escrita, Marcuschi (2010) menciona que, muitas vezes, nos gêneros, há sobreposição da forma em relação à função no contexto, ou vice-versa, uma vez que “em muitos casos são as formas que determinam o gênero e, em outros tantos, serão as funções” e, ainda, “haverá casos em que será o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem que determinam o gênero presente” (MARCUSCHI, 2010, p. 22). Acerca dos textos ditos científicos e dos que o autor denomina de “artigo de divulgação científica”, ele diz:

Suponhamos o caso de determinado texto que aparece numa revista científica e constitui um gênero denominado “artigo científico”; imaginemos agora o mesmo texto publicado num jornal diário e então ele seria um “artigo de divulgação científica”, sob o ponto de vista de suas classificações, um trabalho publicado numa revista científica ou num jornal diário não tem a mesma classificação na hierarquia de valores de produção científica, embora seja *o mesmo texto*. Assim, num primeiro momento, podemos dizer que as expressões “mesmo texto” e “mesmo gênero” não são automaticamente equivalentes, desde que não estejam no *mesmo suporte*. Esses aspectos sugerem cautela quanto a considerar o predomínio das formas ou funções para a determinação e identificação de um gênero. (MARCUSCHI, 2010, grifos do autor).

No caso do *corpus* aqui utilizado, há diferenças não só em termos de função, mas também nas formas. Isso porque, enquanto um artigo científico é publicado em uma revista acadêmica em linguagem culta formal, o texto de popularização científica é publicado em outro suporte, sendo, neste caso, uma revista voltada para o público em geral, fazendo uso de linguagem mais cotidiana: a *Superinteressante*. Notam-se, no *corpus*, escolhas linguísticas que, aparentemente, se distanciam mais ainda dos objetos da realidade do que as encontradas na linguagem técnico-científica. Em outras palavras, esta dará nomes específicos para uma determinada entidade no mundo ou se valerá de nomes já referenciados (cientificamente estabelecidos), e a *Superinteressante*, muitas vezes, utilizará de recategorizações para explicar essas entidades e esses nomes científicos. Em uma das matérias do *corpus*, intitulada “Terra está na ‘linha de tiro’ de 16 estrelas”, há menção a “uma enorme e dispersa nuvem de

pequenos pedregulhos gelados” antes da apresentação de seu nome “nuvem de Oort”. Ao atribuírem o nome a um objeto de mundo, pode-se dizer que os cientistas já estão categorizando-o, enquanto a *Superinteressante* está recategorizando algo que já possui um nome, denominando-o de uma forma mais explicativa, conforme visto no exemplo. Isso faz com que a revista propicie uma aproximação entre a ciência e o público leigo, já que ela utiliza trechos explicativos – como o exemplo dado, que é detentor, inclusive, de uma carga humorística, que também contribui para a aproximação do público – e, ao mesmo tempo, não deixa de utilizar a linguagem científica, que demonstra a sua intenção informativa. A mesclagem linguística evidencia a intencionalidade de utilizar linguagem já conhecida para apresentar conceitos e nomenclaturas que o público desconhece, auxiliando-o na construção de imagens mentais relativas ao que se pretende dizer.

Toda essa preocupação com a linguagem contida em textos de popularização da ciência está relacionada a um processo de troca entre as diversas partes que mantêm contato com a informação popularizada. Motta-Roth e Marcuzzo (2010, p. 517) explicam que:

[...] complexificam-se os contextos em que a ciência é apresentada, estabelecendo-se um contínuo que pode variar desde o contexto primário de investigação, durante a prática investigativa do laboratório ou os seminários de pesquisa, até a base, incluindo-se aí o livro didático e a notícia na mídia de massa.

Tendo o nosso *corpus* como exemplo, pode-se refletir sobre todo o processo contínuo, desde a investigação do saber científico pelos cientistas, o qual será interpretado, posteriormente, pelos redatores da revista, que refletirão sobre como essa informação será escrita para a sua publicação na revista, até a matéria chegar, enfim, aos leitores, sendo, então, interpretada por estes. Assim, haverá uma recriação da informação até chegar ao público, estando ela sujeita a um processo de descoberta científica, intencionalidade do produtor textual e aceitabilidade do leitor. Particularmente em relação aos produtores dos textos da revista *Superinteressante*, trata-se de redatores que trabalham para a revista e estão alinhados às intencionalidades desta, além das suas próprias, podendo ser encaixados, em nossa visão, ao que as autoras (MOTTA-ROTH; MARCUZZO, 2010, p. 514) denominam “jornalistas científicos”. Dessa forma, a popularização científica engloba uma “multiplicidade de vozes nesses textos que promovem o debate e possibilitam a explicação de novos conceitos e a avaliação do significado de novas pesquisas para a sociedade” (MOTTA-ROTH; MARCUZZO, 2010, p. 518).

De forma geral, para compreender melhor os gêneros textuais, é importante distingui-los do que são os denominados tipos textuais. De acordo com Marcuschi (2010, p. 23, grifos do autor):

Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela *natureza linguística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*. [...]. Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sociocomunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo* [...].

Embora os gêneros textuais sejam mais definidos de acordo com as funções e os suportes, é importante ressaltar que as escolhas lexicais, no caso do *corpus* deste trabalho, também demonstram ser uma forte característica para o gênero, visto que a revista constrói seus textos com o uso de linguagem coloquializada, expressões cotidianas, entre outros aspectos, para se aproximar do leitor. Já um artigo científico de uma revista acadêmica utilizaria linguagem culta formal, com características mais impessoais e, muito provavelmente, não se valeria de aspectos, como, por exemplo, finalidade de causar humor ao texto, sendo, portanto, de cunho mais sério. Em outras palavras, no caso do *corpus*, as formas linguísticas são de grande importância para a elucidação a respeito do gênero e diferenciação em relação a outros. É comum que, em seus títulos, os textos de popularização científica apresentem uso de referentes metafóricos, que possuem a finalidade de atrair a atenção do leitor, enquanto a progressão referencial, conforme veremos no capítulo 2 sobre “Referenciação e progressão referencial”, realiza a manutenção destes ao longo do texto. Além disso, expressões fixas são comuns, como “linha de tiro”, com a intenção de imprimir clareza ao texto. Essas escolhas lexicais, entre outras, propiciam, em geral, a manutenção temática dos textos. Cabe mencionar, ainda, que mais de um tipo textual é encontrado dentro do gênero aqui estudado.

Segundo Marcuschi (2010, p. 26), “um texto é em geral tipologicamente variado (heterogêneo)”. Ou seja, um gênero textual possui mais de um tipo textual dentro dele. No caso do *corpus* da pesquisa, há presença das “cinco bases temáticas textuais típicas que darão origem aos tipos textuais” propostas por Werlich (1973 apud MARCUSCHI, 2010, p. 29). São elas: descritiva, narrativa, expositiva, argumentativa e injuntiva. É importante observar que,

comumente, um dos tipos textuais se sobressai em relação aos outros; nos textos de nosso *corpus*, o tipo expositivo é predominante, enquanto os outros contribuem para a exposição. Segundo Koch (2015b, p. 66), “todo texto é formado de sequências, esquemas linguísticos básicos que entram na constituição dos diversos gêneros [...]. Cabe ao produtor escolher dentre as sequências disponíveis – descritiva, narrativa, injuntiva, explicativa, argumentativa, dialogal – a que lhe parecer mais adequada [...]”. Sobre as sequências, Marcuschi (2010, p. 30) explica:

[...] um elemento central na organização de textos narrativos é a sequência temporal. Já no caso de textos descritivos, predominam as sequências de localização. Os textos expositivos apresentam o predomínio de sequências analíticas ou então explicitamente explicativas. Os textos argumentativos se dão pelo predomínio de sequências contrastivas explícitas. Por fim, os textos injuntivos apresentam o predomínio de sequências imperativas.

De acordo com Bakhtin (2003, p. 261), os enunciados, que são expressões individuais, “refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional”. No caso do *corpus* da pesquisa, o conteúdo, a respeito de uma ciência, juntamente com os outros aspectos – estilo e construção composicional –, evidencia a necessidade da divulgação dela. A construção composicional, que intercala frases mais conhecidas do leitor e expressões novas para este, demonstra uma característica comum de textos desse gênero. Quanto ao estilo, há uma presença intensa de construções frasais que propiciam uma aproximação com o leitor, podendo isto ser considerado uma estratégia para facilitar a passagem da informação, além de tornar a leitura agradável, fazendo com que o público continue acessando a revista. Algumas dessas construções são: frases que visem a ocasionar humor; elementos dêiticos direcionados ao público; pronomes em primeira pessoa do plural, englobando o leitor e o redator; trechos explicativos que visem a facilitar a informação, muitas vezes utilizando termos e expressões cotidianas; referências a conhecimentos prévios culturais do público, comumente por meio de intertextualidade, como a menção à saga de filmes *Star Wars*⁴ e à série *Black Mirror*.⁵

4 “Nasa quer usar um enxame de abelhas-robô para explorar Marte”. *Superinteressante*, abr. 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/comportamento/nasa-quer-usar-um-enxame-de-abelhas-robo-para-explorar-marte/>>.

5 “Como Black Mirror explica o conceito de dilatação do tempo”. *Superinteressante*, abr. 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/como-black-mirror-explica-o-conceito-de-dilatacao-do-tempo/>>.

Os textos de popularização da ciência e os textos científicos possuem características muito semelhantes entre si e, ao mesmo tempo, divergências, podendo ser publicados em diferentes suportes: jornais, revistas em geral, revistas acadêmicas etc. Bakhtin (2003, p. 262) considera que os gêneros são “relativamente estáveis”, visto que são fenômenos que possuem características em comum, mas que não ocorrem exatamente da mesma forma, já que são produzidos de acordo com o contexto sociodiscursivo. Em outras palavras, um texto de um gênero não necessariamente possui todas as características exatamente iguais em relação a outro texto do mesmo gênero; o fato de pertencerem a uma mesma categoria se dará por conta de semelhanças, e não por uma igualdade exata (MARCUSCHI, 2010).

Além disso, “os gêneros são modelos comunicativos. Servem, muitas vezes, para criar uma expectativa no interlocutor e prepará-lo para determinada reação” (MARCUSCHI, 2010, p. 35). Ou seja, o leitor da *Superinteressante* já espera encontrar informações de divulgação científica levando em conta aspectos como o suporte do texto, a intencionalidade da revista, entre outros fatores. Pode-se dizer, também, que a busca dessa revista, em especial, majoritariamente, pelo público jovem e jovem adulto, deve-se ao fato de ela possuir uma linguagem dinâmica e divertida, além de, comumente, fazer menções a universos cinematográficos muito presentes em livros e filmes.

2.1 Acerca da escolha do termo *popularização da ciência*

Adotaremos, neste trabalho, a concepção de *popularização* em vez de *divulgação científica*. Para explicar essa escolha, partiremos de uma análise conceitual do que seria *popularizar* e *divulgar*. Segundo os físicos e educadores Germano e Kulesza (2007, p. 09), ambos os conceitos se relacionam “à questão do acesso ao conhecimento científico”, contudo, há diferenças de significado que precisam ser observadas. De acordo com os autores, a expressão *divulgação científica* é mais utilizada no Brasil, no entanto, o termo *popularização da ciência*, atualmente crescente na América Latina, carrega, em si, uma noção de “comunicação reflexiva e diálogo”, difundidos nas obras de Paulo Freire, fazendo com que a popularização possa ser caracterizada “como uma forma de intervenção [...] mais próxima de uma ação cultural libertadora” (GERMANO; KULESZA, 2007, p. 09).

Assim, Germano e Kulesza (2007) refletem sobre a necessidade de estabelecer, conceitualmente, as diferenças entre um termo e outro, fugindo da noção de falsa obviedade que os conceitos podem transmitir, sendo, muitas vezes, atribuído a eles um caráter simplista

de tornar a ciência conhecida. No dicionário *Michaelis*, encontramos a definição do verbo transitivo direto *divulgar*⁶ como “tornar conhecido algo ignorado ou secreto; tornar público; apregoar, difundir, propagar, publicar, revelar”, além da do verbo pronominal e reflexivo *divulgar* como “tornar-se conhecido ou público; promover-se, propagar-se”. Já o verbo transitivo direto e pronominal *popularizar*⁷ apresenta, nesse mesmo dicionário, o sentido de “tornar(-se) popular; tornar-se querido por grande número de pessoas; vulgarizar(-se)”. Notamos, aqui, uma diferença no sentido dos verbos.

No primeiro caso, o verbo transitivo direto *divulgar* possui sentido apenas de publicar um saber e tornar uma informação facilitada para o consumo do público, não pressupondo diálogo, mas apenas transmissão de informação. Esse mesmo verbo, em sentido reflexivo, remete a ideia de diálogo; entretanto, é importante observar que, ainda que remeta a uma ideia de dialogicidade, segundo Germano e Kulesza (2007, p. 16), “é importante compreender a comunicação dialógica”, nesse caso, “como um encontro entre diferentes e não como acordo entre iguais”. Em outras palavras, ainda que haja dialogicidade, o verbo *divulgar* pressupõe uma hierarquização entre o indivíduo detentor do conhecimento científico e o público, como se este fosse inferior por conta de uma visão estereotipada e hipervalorizada da ciência acadêmica como algo imprescindível na vida de um ser humano. Sobre isso, Germano e Kulesza (2007, p. 17, grifos dos autores) explicam:

Esta concepção ingênua, ancorada em uma visão utópica da ciência e da tecnologia, resulta, não muito raramente, em intervenções apaixonadas e equivocadas de *divulgação científica*. A falsa crença, quase religiosa, de que a ciência é desenvolvida para o benefício de toda a humanidade e que certamente solucionará todos os nossos problemas, reforça a desarticulação entre ciência, sociedade e poder [...].

Há, na concepção de divulgação científica, portanto, o que os autores denominam de “aspecto transitivo da comunicação”. Isto é, a hierarquização até mesmo quando se trata de uma acepção dialógica do termo. Sobre isso, Germano e Kulesza (2007, p. 18) explicam que:

Esta perspectiva de divulgação referenciada no aspecto transitivo da comunicação acaba influenciando negativamente a organização das políticas e programas que deveriam conduzir a ações mais eficazes de educação popular em ciências. Nesse sentido, a divulgação científica está muito próxima de transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural e manipulação.

6 Definição de *divulgar*. *Dicionário Michaelis*. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=lxna>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

7 Definição de *popularizar*. *Dicionário Michaelis*. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=popularizar>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

O segundo verbo (*popularizar*) contém a noção de algo que se propõe a tornar-se parte do público, ou seja, uma informação que não será apenas consumida, mas que será refletida e incorporada na vida de cada indivíduo consumidor do conteúdo popularizado. Para Germano e Kulesza (2007, p. 20), *popularizar* a ciência é:

É colocá-la no campo da participação popular e sob o crivo do diálogo com os movimentos sociais. É convertê-la ao serviço e às causas das maiorias e minorias oprimidas numa ação cultural que, referenciada na dimensão reflexiva da comunicação e no diálogo entre diferentes, oriente suas ações respeitando a vida cotidiana e o universo simbólico do outro.

Pode-se refletir, então, que a concepção de popularização se aproxima da ideia de interacionismo e diálogo frequentemente debatidos na área da Linguística Textual, visto que não se pode falar de texto sem pensarmos no contexto, no produtor da mensagem e no receptor dela, conforme veremos no capítulo 2 sobre “Referenciação e progressão referencial”.

Sobre a acepção do termo, os autores (GERMANO; KULESZA, 2007, p. 20, grifos dos autores) acreditam que “o termo *popularização da ciência* tenha ganhado força na América Latina, por conta das diversas lutas populares que marcam a história da região. Em um cenário no qual vimos nascer uma Teologia da Libertação, uma Pedagogia do Oprimido e uma Educação Popular, é natural que o termo tenha uma presença marcante”. Aqui, os autores dialogam com a literatura de Paulo Freire, que prega um ensino libertador, crítico e dialógico, sendo este uma perspectiva considerada adequada por Germano e Kulesza (2007), na abordagem e na discussão do saber científico, o que também, de acordo com a nossa visão, dialoga com os pressupostos da Linguística Textual. Germano e Kulesza (2007, p. 21) relacionam essa acepção libertadora de *popularização* à literatura de Paulo Freire da seguinte forma:

[...] como nos lembra Freire (1999), se os grupos populares desconhecem de forma crítica como a nova sociedade tecnológica funciona, certamente devido às condições precárias em que foram sendo proibidos de ser e de saber, a saída não pode se dar através da propaganda ideológica e de uma divulgação massiva de conhecimentos científicos. Mas, encontra-se no diálogo e no intransigente respeito ao conhecimento do outro. Mesmo quando construído a partir de horizontes culturais diferentes, o diálogo pode, a partir do reconhecimento e respeito do universo vocabular do outro, produzir uma situação emancipadora para ambos. Por isso mesmo, continua Freire (1999, p. 118), não nivela, não reduz um ao outro. Nem é tática manhosa, que se usa para envolver o outro. Implica, ao contrário, um respeito fundamental dos sujeitos nele envolvidos, que o autoritarismo não permite que se constitua.

Conclui-se, portanto, que a expressão *popularização científica* se faz mais adequada ao *corpus* deste trabalho por estar mais alinhada aos pressupostos e conceitos refletidos e teorizados pelos profissionais da Linguística Textual, sobretudo no que diz respeito às ideias de contexto, situacionalidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, entre outras.

2.2 O gênero reportagem jornalística de popularização da ciência

Conforme refletido no início deste capítulo sobre gêneros, não existe comunicação sem que haja uso de textos e, portanto, de gêneros textuais. Em outras palavras, se um indivíduo se comunica por texto, automaticamente ele utiliza um gênero. Por conta disso, o estudo dos gêneros é de extrema importância para abordagens sociocognitivas do discurso, incluindo a Linguística Textual. Assim, dadas as inúmeras possibilidades de combinações decorrentes de diferentes aspectos discursivos, interacionais, sociais, cognitivos, entre outros, há, também, uma grande variedade de gêneros, que se adequarão a essas características. Marcuschi (2008) lembra que, embora haja inúmeros gêneros, eles não são infinitos, já que correspondem a atividades humanas, que, por sua vez, também não são infinitas.

Sobre o *corpus* desta pesquisa, em um primeiro olhar, notamos que a revista *Superinteressante* denomina o gênero na qual se enquadra como “matéria”⁸. Contudo, veremos que o *corpus* coletado, nesta pesquisa, se enquadra mais adequadamente no conceito de “reportagem”, sendo “matéria” um conceito mais amplo equivalente a “gêneros jornalísticos” (FELIX, 2017). Antes de darmos continuidade ao estudo do gênero do *corpus*, é importante mencionarmos o domínio discursivo no qual ele está inserido. De acordo com Marcuschi (2008, p. 155, grifos do autor):

[Domínio discursivo] indica *instâncias discursivas* (por exemplo: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.). Não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados. Constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder.

Percebemos, então, que um mesmo domínio discursivo pode abranger diversos gêneros. Dessa forma, dentro do discurso jornalístico, há diversos gêneros, como a nota, a notícia, a reportagem, a entrevista, entre outros, que irão se constituir não só pela detecção do

8 *Superinteressante*. Disponível em: <<http://publiabril.abril.com.br/marcas/superinteressante/plataformas/site>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

discurso, mas pela intencionalidade do produtor (um indivíduo, um grupo de indivíduos, uma instituição etc.), pelo suporte no qual o texto está inserido, entre outros aspectos. Dessa forma, conforme nos lembra Marcuschi (2008, p. 155), “não se pode tratar o gênero de discurso independentemente de sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas”. Sobre isso, o autor explica que:

[...] os domínios discursivos produzem modelos de ação comunicativa que se estabilizam e se transmitem de geração para geração com propósitos e efeitos definidos e claros. Além disso, acarretam formas de ação, reflexão e avaliação social que determinam formatos textuais que em última instância desembocam na estabilização de gêneros textuais. [...]
É justamente pelas distintas práticas sociais desenvolvidas nos diversos domínios discursivos que sabemos que nosso comportamento discursivo num circo não pode ser o mesmo que numa igreja e que nossa produção textual na universidade e numa revista de variedades não será a mesma. Consequentemente, os domínios discursivos operam como enquadres globais de superordenação comunicativa, subordinando práticas sociodiscursivas orais e escritas que resultam nos gêneros. (MARCUSCHI, 2008, p. 194)

Logo, entendemos que, a partir do domínio discursivo, haverá interpretações de mundo, que acarretarão determinados tipos de interpretações e comportamentos humanos, os quais, ao serem materializadas em textos, contribuem para a origem de gêneros textuais. Assim, por exemplo, a linguagem mais técnica e formal empregada em um artigo científico de uma revista universitária se adequará ao entorno no qual este texto circula, enquanto a reportagem da revista *Superinteressante*, que também engloba temáticas científicas, se valerá de linguagem mais dinâmica e informal, pois objetiva atrair o público leigo.

Marcuschi (2008, p. 195-196) nos apresenta um quadro esquematizado de domínios discursivos (instrucional – científico, acadêmico e educacional –; jornalístico; religioso; saúde; comercial; industrial; jurídico; publicitário; lazer; interpessoal; militar; e ficcional). Para cada um desses domínios, o autor lista uma série de “modalidades de uso da língua” (ou seja, gêneros textuais), orais e escritos. É importante observar que o próprio autor não considera essa lista como definitiva, nem que ela se esgota em si mesma. Aqui nos interessa analisar, mais especificamente, o *domínio instrucional*, que engloba os âmbitos *científico*, *acadêmico* e *educacional*, e o *domínio jornalístico*. A seguir, apresentamos o quadro de Marcuschi (2008, p. 194-196, elaboração do autor), na íntegra.

Tabela 1 – Gêneros textuais por domínios discursivos e modalidades.

DOMÍNIOS DISCURSIVOS	MODALIDADES DE USO DA LÍNGUA	
	ESCRITA	ORALIDADE
INSTRUCIONAL (científico, acadêmico e educacional)	artigos científicos; verbetes de enciclopédias; relatórios científicos; notas de aula; nota de rodapé; diários de campo; teses; dissertações; monografias; glossário; artigos de divulgação científica; tabelas; mapas; gráficos; resumos de artigos de livros; resumos de livros; resumos de conferências; resenhas; comentários; biografias; projetos; solicitação de bolsa; cronograma de trabalho; organograma de atividade; monografia de curso; monografia de disciplina; definição; autobiografias; manuais de ensino; bibliografia; ficha catalográfica; memorial; <i>curriculum vitae</i> ; parecer técnico; verbete; parecer sobre tese; parecer sobre artigo; parecer sobre projeto; carta de apresentação; carta de recomendação; ata de reunião; sumário; índice remissivo; diploma; índice onomástico; dicionário; prova de língua; prova de vestibular; prova de múltipla escolha; diploma; certificado de especialização; certificado de proficiência; atestado de participação; epígrafe.	conferências; debates; discussões; exposições; comunicações; aulas participativas; aulas expositivas; entrevistas de campo; exames orais; exames finais; seminários de iniciantes; seminários avançados; seminários temáticos; colóquios; prova oral; arguição de tese; arguição de dissertação; entrevistas de seleção de curso; aula de concurso; aulas em vídeo; aulas pelo rádio; aconselhamentos.
JORNALÍSTICO	Editoriais; notícias; reportagens; nota social; artigos de opinião; comentário; jogos; histórias em quadrinhos; palavras cruzadas; crônica policial; crônica esportiva; entrevistas jornalísticas; anúncios classificados; anúncios fúnebres; cartas do leitor; carta ao leitor; resumo de novelas; reclamações; capa de revista; expediente; boletim do tempo; sinopse de novela; resumo de filme; <i>cartoon</i> ; caricatura; enquete; roteiros; errata; charge; programação semanal; agenda de viagem.	entrevistas jornalísticas; entrevistas televisivas; entrevistas radiofônicas; entrevista coletiva; notícias de rádio; notícia de TV; reportagens ao vivo; comentários; discussões; debates; apresentações; programa radiofônico; boletim do tempo.
RELIGIOSO	orações; rezas; catecismo; homilias; hagiografias; cânticos religiosos; missal; bulas papais; jaculatórias; penitências; encíclicas papais.	sermões; confissão; rezas; cantorias; orações; lamentações; benzeções; cantos medicinais.
SAÚDE	receita médica; bula de remédio; parecer médico; receitas caseiras; receitas culinárias.	consulta; entrevista médica; conselho médico.

COMERCIAL	rótulo; nota de venda; fatura; nota de compra; classificados; publicidade; comprovante de pagamento; nota promissória; nota fiscal; boleto; boletim de preços; logomarca; comprovante de renda; carta comercial; parecer de consultoria; formulário de compra; carta-resposta; comercial; memorando; nota de serviço; controle de estoque; controle de venda; bilhete de avião; bilhete de ônibus; carta de representação; certificado de garantia; atestado de qualidade; lista de espera; balanço comercial.	publicidade de feira; publicidade de TV; publicidade de rádio; refrão de feira; refrão de carro de venda de rua.
INDUSTRIAL	instruções de montagem; descrição de obras; código de obras; avisos; controle de estoque; atestado de validade; manuais de instrução.	ordens.
JURÍDICO	contratos; leis; regimentos; estatutos; certidão de batismo; certidão de casamento; certidão de óbito; certidão de bons antecedentes; certidão negativa; atestados; certificados; diplomas; normas; regras; pareceres; boletim de ocorrência; edital de convocação; edital de concurso; aviso de licitação; auto de penhora; auto de avaliação; documentos pessoais; requerimento; autorização de funcionamento; alvará de licença; alvará de soltura; alvará de prisão; sentença de condenação; citação criminal; mandado de busca; decreto-lei; medida provisória; desmentido; editais; regulamentos; contratos; advertência.	tomada de depoimento; arguição; declarações; exortações; depoimento; inquérito judicial; inquérito policial; ordem de prisão.
PUBLICITÁRIO	propagandas; publicidades; anúncios; cartazes; folhetos; logomarcas; avisos; necrológicos; <i>outdoors</i> ; inscrições em muros; inscrições em banheiros; placas; endereço postal; endereço eletrônico; endereço de internet.	publicidade na TV; publicidade no rádio.
LAZER	piadas; jogos; adivinhas; histórias em quadrinhos; palavras cruzadas; horóscopo.	fofocas; piadas; adivinhas; jogos teatrais.
INTERPESSOAL	cartas pessoais; cartas comerciais; cartas abertas; cartas do leitor, cartas oficiais; carta-convite; cartão de visita; <i>e-mail</i> ; bilhetes; atas; telegramas; memorandos; boletins; relatos; agradecimentos; convites; advertências; informes; diário pessoal; aviso fúnebre; volantes; lista de compras; endereço postal; endereço eletrônico; autobiografia; formulários; placa; mapa; catálogo; papel timbrado.	recados; conversações espontâneas; telefonemas; bate-papo virtual; convites; agradecimentos; advertências; avisos; ameaças; provérbios.

MILITAR	ordem do dia; roteiro de cerimônia oficial; roteiro de formatura; lista de tarefas.	ordem do dia.
FICCIONAL	épica - lírica - dramática; poemas; diários; contos; mito; peça de teatro; lenda; parlendas; fábulas; histórias em quadrinhos; romances; dramas; crônicas; roteiro de filme.	fábulas; contos; lendas; poemas; declamações; encenação.

Fonte: Marcuschi, 2008, p. 194-196.

Conforme podemos notar, o domínio instrucional está inserido em ambientes que envolvem aspectos educacionais, portanto, nele encontraremos gêneros tais como: artigos científicos, relatórios científicos, notas de aula, teses, dissertações, artigos de divulgação científica, entre outros (MARCUSCHI, 2008, p. 194). Vale elucidar a diferença entre o que Marcuschi menciona como *artigos científicos* e *artigos de divulgação científica*. Enquanto o primeiro são os artigos escritos pelos cientistas e que circulam dentro do meio acadêmico entre os profissionais, o segundo visa a atingir um público maior, por isso o emprego do substantivo *divulgação* na nomeação do gênero, substituído pelo substantivo *popularização*, considerado por nós mais adequado, em seu sentido, ao *corpus* da pesquisa, conforme vimos anteriormente. Ao analisarmos o domínio instrucional, notamos, pois, a característica educacional que o texto do *corpus* possui no ato de transmitir informações para o leitor as quais ele, comumente, não domina.

Já o discurso jornalístico, como editoriais, notícias, reportagens, cartas de leitor, resumos de novela, artigos de opinião, entre outros, também se relacionam ao *corpus*, dado o fato de ser publicado em um suporte de uma revista. Além disso, o “artigo” de popularização da ciência pressupõe um texto de extensão maior e mais detalhado, enquanto as reportagens da *Superinteressante* possuem menor extensão para que se adequem a um ato de leitura leve, fluido e dinâmico. Dessa forma, podemos dizer que o gênero *reportagem jornalística de popularização da ciência*, aqui estudado, adequa-se aos dois domínios discursivos mencionados. Sobre isso, Marcuschi (2008, p. 194) diz que “muitos gêneros são comuns a vários domínios”.

Após a menção aos domínios discursivos, voltemos ao gênero do *corpus*. O gênero jornalístico, comumente, abrange informações da atualidade, e a quem ele se destina, o leitor anônimo. Dentro do gênero jornalístico, há uma subdivisão em diversos gêneros, entre eles a reportagem e a notícia, sendo importante, aqui, o esclarecimento das diferenças destes dois últimos.

Segundo o jornalista Emerson Machado⁹, “uma notícia é qualquer acontecimento considerado relevante para o conhecimento do público. A reportagem é o aprofundamento da notícia, trazendo detalhes significativos para os interessados em determinado assunto”. Machado (entre 2017 e 2020) ainda menciona algumas características de cada, em um quadro explicativo:

Tabela 2 – Diferença entre gêneros notícia e reportagem.

	NOTÍCIA	REPORTAGEM
TEXTOS	Informativos, com união de terceira e primeira pessoa	Informativos, com união de terceira e primeira pessoa
PUBLICAÇÃO	Publicado ou veiculado na mídia (falada ou escrita)	Publicado ou veiculado na mídia (falada ou escrita)
TEMAS	Fatos de relevância imediata	Diversos, como políticos, sociais, econômicos, culturais, etc.
LINGUAGEM	Formal, simples, clara e objetiva	Formal, clara e dinâmica
CONTEÚDO	Fatos reais, atuais e cotidianos	Interpretação dos fatos e dados narrados

Fonte: MACHADO, Emerson. Publicação entre 2017 e 2020.

Por meio da Tabela 1, pode-se perceber que o *corpus* desta pesquisa se enquadra mais adequadamente no gênero reportagem, dado o fato de que inclui assuntos mais diversos do que, normalmente, poderia ser considerado de interesse imediato pela população (conforme ocorre com a notícia), também incluindo casos de intertextualidade com outras áreas do saber (como o cinema, a astrologia, entre outras). Além disso, a linguagem adotada pela *Superinteressante* em suas reportagens é formal, clara e *dinâmica*, possuindo o provável

9 MACHADO, Emerson. Publicação entre 2017 e 2020. Qual a diferença entre notícia e reportagem? *Diferença*. Disponível em: <<https://www.diferenca.com/noticia-e-reportagem/>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

objetivo de aproximação do leitor leigo e de tornar a leitura mais leve e fluida. Por fim, na coluna do gênero reportagem, o quadro menciona a característica de aprofundamento do assunto, o que ocorre nas reportagens analisadas nesta pesquisa, que incluem aspectos como menção a falas e discursos de autoridades no assunto, interpretações do redator que podem auxiliar no entendimento do leitor etc.

Machado (entre 2017 e 2020) explica que a notícia deve possuir linguagem mais objetiva possível e precisa ser publicada de forma quase imediata, além de possuir extensão curta. O título deve chamar atenção do leitor e dar imediata ideia do conteúdo em questão. Após o emprego do título, os jornalistas utilizam uma estrutura de escrita na abertura do texto denominada *lide* (do inglês, *lead*). Essa leitura é utilizada para que o leitor da notícia compreenda os acontecimentos de maneira global; dessa forma, no lide, haverá respostas às seguintes perguntas: *o quê?*; *quem?*; *quando?*; *onde?*; *como?*; *por quê?* (neste último caso, a pergunta apresentará resposta se houver possibilidade disso). Após o lide, o produtor textual inclui informações adicionais, sendo as menos relevantes deixadas por último, seguindo uma estrutura de relevância chamada por profissionais da área do jornalismo de *pirâmide invertida*. (MACHADO, entre 2017 e 2020)

Já a reportagem apresenta maior aprofundamento das informações, incluindo interpretações de dados, discursos de autoridades, desdobramento dos acontecimentos etc., na intenção de transmitir ao leitor o máximo de informações possíveis, além de diversas interpretações de um mesmo acontecimento. Assim, a reportagem exige mais tempo para que seja escrita (MACHADO, entre 2017 e 2020). Para o dicionário *Michaelis*, *reportagem* (do francês, *reportage*) é a “atividade jornalística que procura investigar mais profundamente uma informação ou um assunto e transformá-lo em matéria de noticiário”¹⁰. Machado (entre 2017 e 2020) diz que “há vários tipos de notícia e reportagem, sendo ambas importantes gêneros textuais. No entanto, uma reportagem pode não ser considerada notícia, pois pode ser sobre diversos assuntos, não tendo o caráter imediatista da notícia”. Essa explicação do autor é crucial para que entendamos que a reportagem também pode ser considerada notícia, dado o fato de que ela pode ser um desdobramento de um fato relevante na atualidade. Assim, muitas vezes as reportagens da *Superinteressante* possuirão caráter de notícia e reportagem, simultaneamente, dada a sua relevância social. Além disso, muitas vezes as reportagens da revista apresentarão tamanho reduzido, mas, ainda assim, linguagem dinâmica e interpretação de informações. Por fim, é válido mencionar que o gênero reportagem apresenta, ainda, títulos

10 Definição de *reportagem*. *Dicionário Michaelis*. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/reportagem/>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

e subtítulos e não possui estrutura fixa, como as notícias, permitindo maior fluidez de escrita, o que ocorre no *corpus* coletado da revista.

Nas reportagens do *corpus*, encontram-se misturas de tipologias textuais. Conforme visto anteriormente, é comum que um mesmo gênero englobe mais de uma sequência tipológica dentro de si, sendo as mais comuns, segundo Marcuschi (2008): a descritiva, a injuntiva, a argumentativa, a expositiva e a narrativa. Segundo o autor, os tipos textuais estão relacionados a aspectos da formação verbal do texto, como “aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas e estilo” (MARCUSCHI, 2008, p. 154). Tem a ver, então, com os aspectos puramente linguísticos do texto. Com isso, podemos ver que a possibilidade de escolhas de incluir determinadas sequências tipológicas dentro de um gênero nos mostra que este possui um certo grau de estabilidade, mas também pressupõe escolhas. Por exemplo, em um conto, é comum e quase crucial que haja o tipo textual descrição, além do tipo fundamental que é a narração, mas o autor pode escolher utilizar outras sequências tipológicas, como a injuntiva, por exemplo. O caso mais famoso que temos na literatura brasileira do uso do elemento injuntivo em textos narrativos é o autor Machado de Assis, que utilizou o recurso de se dirigir diretamente ao seu leitor em sua obra.

Cabe ressaltar que os redatores das reportagens, embora se alinhem com o que seja orientado pela revista *Superinteressante*, de acordo com sua intencionalidade, possuem sua subjetividade, o que não pode ser esquecido na análise de textos de popularização da ciência. São esses autores que optarão por descrições nominais, efeitos de humor, interpretações que auxiliem a compreensão leitora, entre outros fatores, que, de acordo com eles, sejam os mais adequados para o texto. Haverá, portanto, alinhamento do produtor textual com as intencionalidades da revista, mas também subjetividade desse produtor, que, por sua vez, possui formação em jornalismo.

Quanto à temática adotada pela revista *Superinteressante*, sabemos tratar-se de uma revista que abrange, como a própria define, “um *mix* completo de ideias, ciência, tecnologia, cultura pop, comportamento e história. Tudo com uma pegada *Super* [sic] de enxergar as coisas”¹¹ (grifo nosso). Portanto, a abrangência da temática é diversificada, englobando reportagens direcionadas a ciências humanas, da natureza, entre outras. Sobre os textos do *corpus* é importante ressaltar, ainda, que são acompanhados por imagens ilustrativas que possuem relação com a temática abordada, contudo, optamos por não incluir as imagens na

¹¹ *Superinteressante*. Disponível em: <<http://publiabril.abril.com.br/marcas/superinteressante/plataformas/site>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

análise, dado o fato de a pesquisa se concentrar especificamente nos encapsulamentos anafóricos.

Por fim, reiteramos sobre a importância dos textos de popularização da ciência, visto que desempenham “uma função pedagógica ao ensinar princípios científicos” e “consolidam e legitimam a prática de pesquisa, impulsionando o crescimento da comunidade científica [...] e subsidiando decisões no âmbito dos organismos que integram o Estado” (MOTTA-ROTH; LOVATO, 2009, p. 234). As autoras Motta-Roth e Lovato (2009, p. 237) acrescentam que:

[...] a inserção do jornalista-autor como mediador da interação entre cientista e público o coloca como o construtor e articulador de um número variado de discursos que ultrapassam os limites do discurso acadêmico [...]. Além de "reformular" o conhecimento científico, o jornalista estabelece nichos de debate político ao informar e questionar as implicações das descobertas científico-tecnológicas para a sociedade. [...]. Seu principal propósito é expandir o conhecimento científico para o público leigo, transformando o conhecimento especializado em conhecimento acessível a leitores não-especialistas, [...] colocando as novas descobertas científicas em debate público [...].

Dessa forma, o jornalista funciona como espécie de tradutor, facilitando informações científicas, muitas vezes retiradas do próprio debate acadêmico entre cientistas, e traduzindo-as para o público leigo. Em outras palavras, a popularização da ciência leva os leitores leigos a um letramento relacionado ao saber científico, além de auxiliá-los a tornar-se possíveis futuros profissionais de diversas áreas das ciências, transformando-os, assim, em agentes pensantes e atuantes na sociedade em geral. Daí compreende-se a importância do gênero aqui estudado.

3 A REFERENCIAÇÃO E A PROGRESSÃO REFERENCIAL

Não se pode falar de referenciação e progressão referencial sem mencionar *contexto*. Para Koch e Elias (2012, p. 81, grifos das autoras), este abrange “o *cotexto*, como a *situação de interação imediata*, a *situação mediata* (o *entorno sociopolítico cultural*) e também o *contexto sociocognitivo dos interlocutores* que, na verdade, subsume os demais, pois engloba todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos sujeitos sociais”. Em outras palavras, contexto seria uma junção do próprio texto oralizado ou escrito (cotexto/situação de interação imediata) juntamente com a situação sociocultural em que o texto está inserido (situação mediata) e a interpretação sociocognitiva que os interlocutores fazem no ato comunicativo. Este último *une* os dois primeiros, pois os interlocutores atuam na observação do entorno extralinguístico para que, então, *interpretem cognitivamente* e verbalizem textualmente o resultado dessa interpretação. Ou seja, para que haja uma verbalização acerca do mundo extralinguístico, há um complexo trabalho mental realizado.

Em relação a essas atividades mentais, as autoras Koch e Elias (2012, p. 37-52) mencionam a existência de conhecimentos armazenados na memória dos indivíduos, que serão ativados no momento da interação verbal:

- a. o *conhecimento linguístico*, “que exige do interlocutor conhecimento da ortografia, da gramática e do léxico de sua língua”;
- b. o *conhecimento enciclopédico* (ou *de mundo*), que são “conhecimentos sobre coisas do mundo que se encontram armazenados em nossa mente, constituída de forma personalizada, com base em conhecimentos de que ouvimos falar ou que lemos, ou adquirimos em vivências e experiências variadas”;
- c. o *conhecimento de textos*, que diz respeito aos modelos de textos, ou seja, gêneros textuais, levando em conta “sua composição (modo de organização), além de aspectos do conteúdo, estilo, função e suporte de veiculação”;
- d. os *conhecimentos interacionais*, que abrangem, entre outros fatores, aspectos como variantes linguísticas, intenção do produtor e quantidade de informação.

Segundo as autoras (KOCH; ELIAS, 2012, p. 37), “esses conhecimentos, resultados de inúmeras atividades em que nos envolvemos ao longo da vida, deixam entrever a intrínseca relação entre linguagem/mundo/práticas sociais”. São, portanto, informações armazenadas na memória, que se atualizam de acordo com a vivência dos indivíduos e que serão

inconscientemente ativadas sempre que necessário no ato comunicativo. Cada pessoa possui uma bagagem correspondente a cada um desses conhecimentos arquivada em sua mente. É por conta de nosso conhecimento linguístico a respeito da grafia e da fonética de palavras, por exemplo, que entendemos piadas que utilizam trocadilhos entre vocábulos com escrita e sonoridade semelhantes.

Ainda sobre a definição de contexto, de acordo com a perspectiva de Teun Van Dijk (2012), este engloba algumas funcionalidades importantes. Para o autor, os contextos são construções subjetivas dos interlocutores no ato de interação verbal, ou seja, Van Dijk (2012, p. 34) entende que:

[...] os contextos são construídos dos participantes, ou definições subjetivas das situações interacionais ou comunicativas. Isso não significa que as estruturas sociais e políticas não possam ter dimensões objetivas (por exemplo, de tempo e espaço), ou que elas não sejam vividas como "reais" pelos membros da sociedade. O que conta fundamentalmente [...] é realçar que essas situações sociais só conseguem influenciar o discurso através das interpretações (inter)subjetivas que delas fazem os participantes.

Além disso, o linguista neerlandês considera que contextos são experiências únicas. São consideradas "experiências" por fazerem parte da vida do falante da língua, enquanto são "únicas" por serem um conjunto de aspectos que farão com que o momento vivenciado seja divergente de qualquer outro momento, ainda que possuam semelhanças, visto que englobarão emoções, conhecimentos, opiniões, entre outros aspectos diferentes entre os contextos. Partindo da ideia de serem experiências únicas, Van Dijk (2012, p. 34-35) também considera que os contextos são "modelos mentais" e "esquemáticos", já que, a partir das situações vivenciadas, o indivíduo terá em mente um modelo de como agir de acordo com o contexto em que está inserido, fazendo com que ele opte por apresentar um determinado comportamento na situação em que se encontra. É notório, assim, que o contexto, ao possuir todas essas características, é também "dinâmico", pois muda a partir das circunstâncias que o envolvem. Por fim, não se pode deixar de considerar que ele possui aspecto "social", além de ser "amplamente planejado", tendo em vista o fato de ser construído entre interlocutores dentro de uma determinada realidade extralinguística partilhada por várias pessoas e a característica de poder ter aspectos previamente planejados pelos falantes, como com quem irão falar, quando, onde etc. (VAN DIJK, 2012, p. 36-37). Desse modo, aproximando-se da reflexão de Koch e Elias (2012), Van Dijk (2012) descreve engrenagens sociocognitivas que colaboram para a interpretação e consequente construção do que seria um contexto.

Diante disso, levando em conta que os falantes estão inseridos em um contexto e não há como se separarem dele, a língua não reflete a realidade exatamente como ela é, mas sim construções e reconstruções dela, denominadas *objetos de discurso* (KOCH; MORATO; BENTES, 2005). De acordo com Fiorin (1998, p. 54):

É preciso considerar, quando se diz que a linguagem reflete a realidade (seja seu nível aparente, seja seu nível de essência), que o espírito humano não é passivo e que sua função não consiste apenas em refletir a realidade. Isso significa que o discurso não reflete uma representação sensível do mundo, mas uma categorização do mundo, ou seja, uma abstração efetuada pela prática social.

Assim, o produtor do texto utiliza a língua para construir *referentes* no texto e termos que os retomam, de forma a representar a realidade extralinguística de forma subjetiva, e não objetiva. Por isso o nome *objetos de discurso*, visto que são interpretações mentalmente construídas a respeito de entidades extralinguísticas, levando em consideração aspectos socioculturais e sociocognitivos, que se materializarão como *referentes textuais*, não podendo ser, portanto, objetos da realidade. Todo esse ato mental de pensar e também verbalizar algo presente no mundo extralinguístico é denominado de *categorização*, visto que não há como separar a atividade verbal de aspectos sociocognitivos (KOCH, 2013; MARCUSCHI, 2007). A categorização é, pois, a própria interpretação do mundo, englobando, inclusive, as interpretações realizadas, partindo de uma noção de *prototipicidade* (ROSCH, 1978 apud MARCUSCHI, 2007). Isto é, os objetos de discurso se agruparão de acordo com características semelhantes que possuam. Por exemplo, quando dizemos “ave”, podemos pensar em um pato, uma galinha ou outro animal que faça parte dessa espécie. Contudo, Marcuschi (2007) recorda que é importante lembrar que essa noção de prototipicidade precisa ser avaliada cuidadosamente, já que considera, no próprio significado da palavra, uma noção do que seria “tipicidade”, dando a entender uma estabilidade que não existe. Como bem sabemos, o mundo extralinguístico muda e as interpretações, as interações e as situacionalidades também, o que contribui para a instabilidade das próprias categorias linguísticas.

Conforme veremos, a noção de categorização está intrinsecamente ligada ao conceito de *referenciação*. No ato de interação no discurso, tanto o produtor do texto quanto o receptor utilizam determinados tipos de conhecimentos para que haja um entendimento mútuo. Essa interação entre os interlocutores propiciará construções de sentido, tais como: o humor, a ironia, os possíveis julgamentos ocultos do produtor etc. Por conta disso, as autoras Mondada e Dubois (2003) propõem a substituição do termo *referência* por *referenciação*, uma vez que

as palavras não funcionam como simples etiquetas do que está presente no mundo, até porque o mundo já existia antes do surgimento da linguagem verbal. A língua, na verdade, interpreta sociocognitivamente o universo extralinguístico, categorizando-o verbalmente. Para as autoras, *referenciação* é “uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20). Por conta disso, optou-se pelo desuso do termo *referência*, já que este pressupunha um sentido equivocado de que a realidade extralinguística poderia ser simplesmente etiquetada por meio de palavras atribuídas aleatoriamente pelos falantes da língua.

As autoras Koch, Morato e Bentes (2005, p. 08, grifos das autoras) também mencionam a importância da:

[...] substituição do termo *referência* por *referenciação*, visto que passam a ser objeto de análise as atividades de linguagem realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem *mundos textuais* cujos objetos não espelham fielmente o “mundo real”, mas são, isto sim, interativamente e discursivamente constituídos em meio a práticas sociais, ou seja, são *objetos-de-discurso*.

Dando continuidade ao raciocínio, Koch e Elias (2008, p. 123, grifos das autoras) definem *referenciação* e *progressão referencial* da seguinte forma:

Denomina-se *referenciação* as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes. Quando tais referentes são retomados mais adiante ou servem de base para a introdução de novos referentes, tem-se o que se denomina *progressão referencial*.

Assim, no ato de referenciação, haverá introdução de referentes textuais em relação ao mundo extralinguístico, a sentimentos etc. Ademais, haverá progressão textual a partir da retomada destes referentes, além de haver uma cadeia referencial nos textos, já que, em muitos momentos, alguns referentes ficarão em reserva enquanto outros são introduzidos no texto e também retomados, formando, assim, a cadeia mencionada. Portanto, se o locutor diz “*Pedro* foi à padaria. *Ele* foi comprar pão”, há uma retomada direta de *Pedro* por meio da palavra *Ele*. Se a frase continua em “Ele foi comprar *pão* e comeu-o com muita gula”, logo teremos um outro referente (*pão*) retomado por um pronome oblíquo (*o*). Assim, ocorre a cadeia ao longo de um texto, com referentes sendo retomados e, por vezes, deixados em *stand-by* para que outros referentes sejam introduzidos e, por sua vez, retomados (KOCH; ELIAS, 2008). Nas palavras de Werneck e Colamarco (2014, p. 48), “a continuidade de

referentes estabelecidos no universo discursivo [...] é essencial para a compreensão da perspectiva argumentativa do texto, das intencionalidades”, ou seja, a escolha do produtor textual de retomar certos referentes ou de deixá-los em *stand-by*, introduzindo novos referentes, está ligada às suas estratégias de argumentação. Vale ressaltar que os referentes inseridos no texto, em diversas ocasiões, se valem também do cotexto para serem introduzidos no texto. Um exemplo deste caso são as anáforas indiretas, conforme veremos no capítulo 3 (“Anáforas: tipologia e funcionalidade”). Há, então, uma relação indireta com informações que estavam presentes anteriormente no cotexto para que seja introduzido um referente, sendo este, segundo Cavalcante (2003, p. 105), “uma representação ‘fabricada’ do que existe na realidade”, não sendo “o objeto mundano em si mesmo”. Em outras palavras, as anáforas indiretas não são uma retomada de um referente anterior, mas sim um referente novo que surge a partir da relação de sentido que possui com outras palavras de mesmo campo semântico do cotexto e da inferência proporcionada por elementos do contexto e por conhecimentos armazenados na memória.

A respeito da introdução dos referentes, de acordo com Koch e Elias (2012), esta ocorrerá de forma ancorada ou não ancorada. O *referente não ancorado* é aquele que é novo no texto, enquanto o *ancorado* se vale de aspectos cotextuais e/ou contextuais para ser introduzido no texto, como é o caso das anáforas indiretas. A seguir, apresentamos, como exemplo, o primeiro parágrafo de um texto da *Superinteressante*, o qual inclui esses dois tipos de referentes, sendo o referente ancorado um caso de anáfora indireta.

Poucos voos, menos carros circulando, **indústrias** produzindo menos. Com **o planeta** focado em combater a pandemia de Covid-19, **a poluição** do ar caiu consideravelmente.¹²

No exemplo, há referentes que estão sendo introduzidos no texto (“Poucos voos”, “menos carros”, “indústrias” e “o planeta”), sem que haja relação com antecedentes, portanto eles são o que chamamos de referentes não ancorados. Já na segunda linha, há introdução do referente “a poluição”, que se ancora – por isso o nome referente ancorado – nessas outras palavras que surgem anteriormente, para que faça ainda mais sentido no texto. Sabemos que aviões, carros e indústrias emitem gases poluentes, de forma que, socioculturalmente, estabelecemos uma relação de sentido desses substantivos com o substantivo “poluição”, englobando-os em um campo temático, dentro de determinado contexto. O vocábulo “a

12 “Quarentena diminui poluição do ar ao redor do mundo”. *Superinteressante*, abr. 2020. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/sociedade/quarentena-diminui-poluicao-do-ar-ao-redor-do-mundo/>>.

poluição” é um caso de anáfora indireta, pois não retoma um termo específico, mas se ancora em outras palavras para ser introduzido como um referente novo no texto.

As anáforas indiretas exigem consideravelmente do leitor a utilização do que Marcuschi denomina como *inferenciação* (2007), que é o uso de aspectos cotextuais e contextuais para que um determinado sentido seja construído ao longo do texto. Nesse caso, pode-se dizer que há um processo mental de dedução da informação que se quer passar através de um texto a partir da utilização de pistas contidas no próprio texto e no entorno situacional. Esse ato de raciocinar a partir dessas pistas é chamado por Leonor Werneck (2015) de *hipóteses* de leitura. A autora descreve o seguinte exemplo:

[...] imaginemos a seguinte situação: uma menina de 5 anos que já conhece algumas letras escreve um bilhete para sua mãe. O que está escrito é "Mame bnec"; o que a mãe lê no bilhete, sabendo que é aniversário da filha, é "Mamãe, quero uma boneca". Vemos, então, que a construção do texto aos olhos de outro interlocutor (nós, por exemplo) pode não estar clara, podem estar faltando não apenas letras, mas também elementos de coesão, deixando o texto incoerente. Mas o bilhete não é para nós e não sabemos quem o escreveu. O destinatário é a mãe, que conhece a filha, sabe que ela adora bonecas e, recebendo um bilhete assim no dia do aniversário da menina, levanta hipóteses de leitura. (WERNECK, 2015, p. 2)

Dessa forma, observa-se que um texto, ao ser lido, e também escrito, exige de um indivíduo que sejam utilizadas diferentes engrenagens linguísticas, como, por exemplo, as hipóteses levantadas no ato de leitura. De acordo com Werneck e Colamarco (2014, p. 45), “esse pressuposto de que o texto deve ser concebido sob um caráter sociointeracional considera uma postura ativa do leitor, na busca por preencher as lacunas textuais, num cálculo mental de levantamento de hipóteses que depende do contexto sociocognitivo”. Esse ato de inferir/criar hipóteses, em geral, está intrinsecamente presente na leitura de todo e qualquer texto. Assim, *inferenciação/hipótese* e *categorização* são processos sociocognitivos intimamente ligados aos processos de *referenciação*. Sobre estes três conceitos, Marcuschi (2007, p. 88) observa: “trata-se dos três processos básicos que permitem toda a reflexão humana e a análise do próprio pensamento no âmago da linguagem”. Em outras palavras, no ato de produção verbal, o falante da língua categorizará o mundo extralinguístico, ou seja, ele não fará uma menção exata relacionada ao mundo, mas uma interpretação deste, pois não há como ser exato tendo em vista que, ao se pensar nos objetos de mundo, a noção destes passa por aspectos cognitivos, socioculturais, contextuais, além de conhecimentos armazenados na memória humana. Esse ato de interpretar o mundo através da língua é denominado *referenciação*, não sendo este conceito relacionado a uma simples rotulação dos objetos extralinguísticos, mas a uma *categorização/recategorização* destes. Por sua vez, a

inferenciação é o ato de utilizar conhecimentos prévios, contextuais, socioculturais e sociognitivos para que se possa interpretar algo falado ou escrito.

A perspectiva de Mário Perini (2008) sobre a *língua* contribui para a elucidação dessa complexidade linguística mencionada por Marcuschi. Perini (2008, p. 42, grifos do autor) afirma que a língua "não se trata simplesmente de 'uma outra maneira de dizer as coisas' (*tablet* em vez de *mesa*, *te quiero* em vez de *eu te amo*), mas de outra maneira de entender, de conceber, talvez mesmo de sentir o mundo". Em outras palavras, a língua é uma forma de enxergar a realidade. O autor exemplifica sua noção de língua com algumas comparações entre idiomas. Em um de seus exemplos, ele menciona que o inglês possui duas palavras diferentes para "dedo" (*finger* para dedo da mão e *toe* para dedo do pé), enquanto os falantes de português denominam ambos os dedos do pé e da mão apenas de "dedo". Para o linguista, essa forma de categorizar o mundo influencia na forma como o vemos e interpretamos.

Perini (2008) reflete, ainda, sobre o processo de categorização natural de uma língua, afirmando que esta não possui tantas palavras para designar uma realidade extralinguística, de forma que é necessário que coisas diferentes sejam agrupadas em *categorias*, decorrentes do processo de categorização, por meio de uma semelhança que possuem entre si. Por exemplo, cadeiras feitas de materiais diferentes são chamadas de "cadeiras". Obviamente nada impediria que cadeiras de madeira, por exemplo, recebessem uma categoria à parte, como no caso de *finger* e *toe*. A língua, portanto, "é a expressão de uma concepção do mundo, e [...] cada língua reflete uma maneira própria de categorizar as entidades que compõem o mundo" (PERINI, 2008, p. 45). O autor conclui seu raciocínio, sabiamente, a partir da seguinte reflexão:

Cada língua é um retrato do mundo, tomado de um ponto de vista diferente, e que revela algo não tanto sobre o próprio mundo, mas sobre a mente do ser humano. Cada língua ilustra uma das infinitas maneiras que o homem pode encontrar de entender a realidade. [...]. Falar uma língua é ver o mundo de certa maneira, e falar três línguas é, até certo ponto, ter a capacidade de ver o mundo de três maneiras diferentes. (PERINI, 2008, p. 52)

Para finalizar, é interessante observar que não só os interlocutores interpretam o mundo através da língua, como também esta interpretação acarretará mudanças em futuras leituras que os indivíduos farão desse mundo. Ou seja, desde o surgimento do homem, há formas de linguagens, que foram evoluindo, e, a partir da comunicação realizada, o homem foi interpretando a situação em que se encontrava, agindo de acordo com essas visões de mundo, fazendo novas interpretações e assim por diante ao longo da história. Sobre isso, Antos & Tietz (1997 apud KOCH, 2015b, p. 192) menciona:

Compreendidos como formas de cognição, os textos estruturam universos de conhecimento social relevante: por isso é que se pode dizer, de uma perspectiva socioconstrutivista, que textos são modelos sobre mundos, isto é, sobre complexos de estados de coisas estruturados e selecionados sob dada perspectiva. Em outras palavras, é por meios de textos que tais mundos são criados (ou a cada nova recepção e reprodução, recriados).

Em resumo, pode-se dizer que não apenas construímos visões a respeito do mundo em que estamos inseridos, como também essas noções implicarão modificações nesse entorno sociocultural por meio de ações dos indivíduos, recriando o mundo indefinidamente.

4 ANÁFORAS: TIPOLOGIA E FUNCIONALIDADE

As anáforas, ou como denomina Koch (2004, p. 244) “formas nominais referenciais anafóricas”, são “os grupos nominais com função de remissão a elementos presentes no contexto ou detectáveis a partir de outros elementos nele presentes”. Ou seja, elas podem retomar algo expresso no próprio texto (anáforas correferenciais), havendo ou não recategorização, ou, a partir da inferência por conta de outros elementos do contexto, remeter a algo da realidade extralinguística (KOCH, 2004). Há, por exemplo, casos de anáforas em que não há um referente claro anteriormente expresso, necessitando haver a inferência a partir de outros elementos do texto para que se construa o sentido. Para isso, os usuários da língua utilizam inconscientemente aspectos sociocognitivos e socioculturais, além do contexto interacional.

Para melhor entendimento das anáforas correferenciais, é necessário relembrar a noção de *categorização*, *recategorização* e *correferencialidade*. Assim, sobre as *categorias* dos processos de *categorização*, Marcuschi (2004, grifos do autor) explica:

[...] as categorias não podem ser tidas como *cartografias cognitivas* (nem como mapeamentos do mundo). Não são uma espécie de repertório de etiquetas para dizer o mundo. *As categorias possuem muito mais uma identidade cognitiva do que uma identidade ontológica*. Daí a dificuldade de entender língua, pois essa sua condição de não-representação lhe dá um caráter intrinsecamente opaco e indeterminado. É por esse motivo que o *contexto sócio-cognitivo* é exigido como essencial na determinação da significação. [...]

As categorias pretendem algo impossível, ou seja, mapear as estruturas do real num conjunto limitado e econômico de índices. Por isso, *as categorias não podem ser tomadas como estruturas invariantes capazes de realisticamente agruparem a realidade extra-mente* de modo culturalmente insensível, sem uma nítida inserção sócio-cultural e histórica. [...]

Em outras palavras, conforme mencionado pelo autor, não há como etiquetar os objetos extramentais, mas fazer uma interpretação/categorização destes. Já o ato de *recategorizar* trata-se de categorizar algo que já foi categorizado anteriormente. Então, em um exemplo fictício¹³ como “Um menino foi à padaria. O jovenzinho foi comprar pão”, a anáfora “jovenzinho” recategoriza “menino”, que já estava promovendo a categorização de uma entidade extralinguística: uma pessoa. O vocábulo “menino” é utilizado pelo produtor da mensagem a partir de conhecimentos prévios armazenados em sua memória do que seria um menino; ou seja, o produtor considera o vocábulo adequado para denominar uma entidade

13 O exemplo utilizado é fictício, adotado para fins didáticos, a fim de simplificar a explicação, porém, é importante ressaltar que a Linguística Textual, conforme mostra esta pesquisa, trabalha com dados retirados de textos reais, que, portanto, estão situados em um contexto verdadeiro.

extralinguística, pressupondo que será entendido, dentro de determinado universo sociocultural, ao denominar de “menino” uma criança de gênero masculino.

Dessa forma, a palavra “menino” recategoriza verbalmente uma entidade extralinguística e é retomada, posteriormente, por outra: “jovenzinho”. Esta segunda palavra, considerando o universo sociocultural, também é utilizada para se referir a indivíduo de gênero masculino de tenra idade.

Por fim, o conceito de *correferencialidade* tem a ver com a relação próxima que uma anáfora possui com seu antecedente e vice-versa. Ou seja, na frase utilizada anteriormente (“Um menino foi à padaria. O jovenzinho foi comprar pão”), as palavras “menino” e “jovenzinho” possuem um alto nível de correferencialidade, pois ambas se referem à mesma entidade extralinguística, além de uma palavra estar ligada diretamente à outra. Já em casos de encapsulamentos, analisados neste trabalho, a correferencialidade se apresenta em menor grau, visto que, neste tipo de anáfora, um sintagma nominal, comumente localizado em início de parágrafo, engloba um segmento textual localizado anteriormente. Esse mecanismo linguístico demanda maior complexidade cognitiva no ato de compreensão e elaboração do texto, além do fato de funcionar como organizador textual. Veremos os encapsulamentos de forma mais aprofundada em outro momento deste trabalho.

Ainda sobre a correferencialidade, Denis Apothéloz (2003, p. 61) diz: “Há correferência entre duas expressões sempre que elas designam no discurso o mesmo referente. [...] a relação de correferência é frequentemente considerada como o protótipo da anáfora”. Em outras palavras, é natural que a noção de correferencialidade seja considerada o protótipo da anáfora, já que há uma retomada nítida de um termo pelo outro. Contudo, veremos que há casos de anáforas, como, por exemplo, os próprios encapsulamentos, que são menos correferenciais do que outros, mas, ainda assim, estão dentro da classificação do que seria uma anáfora, demonstrando que esta trabalha não somente com a retomada direta de uma parte do texto, mas também com a remissão a um termo ou segmento textual.

Dessa forma, podemos dizer que as anáforas diretas, como os casos de substituição por sinônimos, possuem alto grau de correferencialidade, enquanto que se pode dizer que as anáforas indiretas, que não retomam nenhum referente anterior, mas se valem da presença de elementos de mesmo campo semântico para que haja introdução de um novo referente, não possuem correferencialidade. Já os encapsulamentos anafóricos, no que diz respeito ao grau de correferencialidade, estão entre as anáforas diretas e as indiretas, visto que o novo referente introduzido não recupera diretamente um sintagma anterior como as anáforas diretas. Na verdade, o encapsulamento engloba um trecho de complexidade cognitiva maior, que inclui

orações e/ou períodos, demonstrando, assim, em questão de complexidade, semelhança com as anáforas indiretas, que também exigem trabalho mental mais complexo na remissão a termos antecedentes. A semelhança dos encapsulamentos com as anáforas diretas se dá pelo fato de o trecho englobado pelos encapsuladores poder ser localizado no texto, o que não ocorre com as anáforas indiretas, evidenciando, assim, um certo grau de correferencialidade.

Vale ressaltar também que, comumente, o grau de correferencialidade é inversamente proporcional ao nível de recategorização. Portanto, é comum que anáforas com alto grau de correferencialidade, como as substituições por sinônimos, hiperônimos e descrições nominais, possuam menor grau de recategorização, enquanto as anáforas com menor ou nenhum grau de correferencialidade, como os encapsulamentos e as anáforas indiretas, possuem maior nível de recategorização, por exigirem um trabalho cognitivo maior por parte do receptor do texto.

Dito isso, e tendo conhecimento acerca dos conceitos de categorização, recategorização e correferencialidade, discutiremos os itens a seguir, que tratam de alguns tipos de anáforas.

4.1 Anáforas correferenciais (ou diretas)

As anáforas correferenciais, ou diretas, ocorrem quando há relação visível entre o termo antecedente e o termo que o retoma. No exemplo “Um menino foi à padaria. O juvenzinho foi comprar pão”, o vocábulo “juvenzinho” retoma, de forma visível e direta, a palavra “menino”. A partir dessa noção, passaremos para os tópicos 4.1.1 e 4.1.2, que tratam de anáforas correferenciais não recategorizadoras e anáforas correferenciais recategorizadoras, respectivamente.

4.1.1 Anáforas correferenciais não recategorizadoras

Koch (2004, p. 245-246) divide as anáforas em algumas classificações, iniciando pelo que denomina de “anáforas correferenciais sem recategorização”, separadas em: anáforas por repetição total ou parcial; e anáforas por sinonímia ou parassinonímia. A seguir, há um exemplo (1) de retomada total ou parcial de referentes anteriormente expressos, sem que haja recategorização.

(1) [...] Estamos falando da estrela **Gliese 710** [sic], que passará a 0,25 anos-luz de nós daqui a 1,35 milhões de anos. Calma, isso pode até ser perto do ponto de vista cósmico, mas ainda é bem longe na escala humana. **Gliese** definitivamente não se chocará conosco.

O problema é outro. Uma hipótese bem aceita por astrônomos é a de que o Sistema Solar seja rodeado por uma enorme e dispersa nuvem de pequenos pedregulhos gelados: a nuvem de Oort. Caso essa nuvem realmente exista, ela estará justamente no caminho de **Gliese 170** conforme ela se aproximar. [...] ¹⁴

No exemplo (1), nota-se que há um possível erro de digitação do redator da matéria da revista *Superinteressante*, tendo este grafado “Gliese 710” em vez de “Gliese 170”. De forma alguma, isso impede a análise deste exemplo e a percepção de que esse termo é retomado parcialmente posteriormente por “Gliese”. Além disso, logo após, “Gliese 710” é retomado novamente, só que dessa vez de forma integral por “Gliese 170”. O possível erro de digitação não foi considerado para critérios de análise. Com esse exemplo, podemos perceber nitidamente uma retomada total e outra parcial de um termo anteriormente expresso.

Sobre a repetição de termos, Antunes (2009) esclarece que são comuns por conta da intenção de produtores textuais de concentrarem as informações em um núcleo temático. Em suas palavras, “a repetição é uma marca de concentração temática do texto” (ANTUNES, 2009, p. 122). Assim, sabemos que a repetição ocorre tendo em vista a funcionalidade do texto e a intencionalidade do autor, que, muitas vezes, pretende enfatizar a informação. Antunes (2009, p. 122, grifos da autora) explica:

Trata-se de repetir com uma determinada função textual ou discursiva, como, por exemplo, para reiterar uma referência e, assim, marcar a unidade semântica do texto, para produzir um efeito de ênfase, de reforço, de contraste, para indicar o tópico de uma correção ou de uma reformulação etc. Ou seja, *a repetição de palavras é um recurso textual e discursivamente funcional, que não acontece por acaso e aleatoriamente.*

A repetição é comum na própria fala, muitas vezes, no intuito de reforçar o que já foi mencionado. Antunes (2009) também menciona a posição em que os casos de repetição costumam ocorrer nos textos, sendo mais encontrados no primeiro parágrafo para introduzir o núcleo temático, no segundo para dar continuidade ao tema e, no último, para que dê fechamento à temática do texto.

Em relação às anáforas por sinonímia ou parassinonímia, Koch (2004, p. 246) diz:

¹⁴ “Terra está na ‘linha de tiro’ de 16 estrelas”. *Superinteressante*, set. 2017. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/terra-esta-na-linha-de-tiro-de-16-estrelas/>>.

A retomada de um antecedente pode efetuar-se por meio de expressões sinônimas ou “quase-sinônimas” (parassinonímia). A seleção lexical de um sinônimo adequado para operar a remissão é, frequentemente, determinada pelo gênero textual e/ou pela variedade de língua utilizada, podendo ainda constituir uma opção estilística do produtor.

Entende-se, então, que os casos de sinônimos ou quase sinônimos serão escolhidos de acordo com o que se quer dizer. Não são escolhidas palavras quaisquer, visto que, ainda que possuam significados bastante semelhantes, possuem diferenças significativas, de acordo com o contexto. Tendo isso em vista, Koch (2004) menciona, como exemplo, usos de *lar* quando o falante quer mencionar a própria casa, *domicílio* em casos de contextos jurídicos, *imóvel* em contextos de vendas etc.

No gênero divulgação científica, por exemplo, Koch (2004) explica ser comum o que chama de *anáfora definitória*, que ocorre quando um termo ou expressão sinônima retomam um termo técnico, deixando o texto mais acessível para o leitor. Nas palavras da autora (KOCH, 2004, p. 246), “no gênero divulgação científica, é comum encontrar-se um termo técnico retomado anaforicamente por uma palavra ou expressão sinônima de senso comum, que vai funcionar como anáfora definitória”. Nesse caso, haverá uso de parassinônimos para definir um termo desconhecido dito anteriormente. Koch (2004) menciona o caso de *macacos* retomando *bugios*, em um determinado exemplo, de forma a esclarecer o termo *bugios* para aqueles que não o conhecem.

Diante disso, percebemos que o produtor textual opta pela substituição por conta de motivações funcionais e discursivas. A escolha de outro termo para substituir o anterior vai muito além de evitar repetição. Na verdade, a escolha é feita de acordo com o teor da informação que se quer transmitir, como no caso de *macacos*, que substitui *bugios*, a fim de que o termo elucide melhor do que se trata o anterior. Dessa forma, a escolha de um novo léxico contribui para aumentar o grau de informatividade do texto (ANTUNES, 2009). Segundo Antunes (2009, p. 128), “nas substituições de expressões realizadas no decorrer de um texto, pode-se substituir uma palavra por outra que seja: a) sinônima; b) hiperônima; c) ou equivalente conforme um dado contexto”. Discutiremos os hiperônimos no tópico seguinte.

4.1.2 Anáforas correferenciais recategorizadoras

As anáforas correferenciais recategorizadoras são, de acordo com Koch (2004, p. 247), em muitos casos, “uma recategorização (em grau maior ou menor) do referente. É o que se dá nas retomadas por hiperonímia/hiponímia, por termos genéricos e por meio de descrições

nominais definidas ou indefinidas”. De acordo com a autora, os casos de *hiperônimos* são bastante comuns e as escolhas destes serão feitas de acordo com o contexto, implicando distinções significativas, conforme ocorre nos casos de sinônimos. Há traços semelhantes do hiperônimo com seu antecedente que farão com que o leitor compreenda o texto. Esses traços podem ser reconhecidos no exemplo a seguir:

(2) [...] O cigarro foi, em termos absolutos, a coisa mais viciante que a humanidade já inventou. Hoje ele é execrado, com razão, e cenários assim são difíceis até de imaginar. Olhamos para trás e nos surpreendemos ao perceber como as pessoas se deixavam escravizar, aos bilhões, por algo tão nocivo. Enquanto fazemos isso, porém, vamos sendo dominados por um vício ainda mais onipresente: **o smartphone**.

Quatro bilhões de pessoas, ou 51,9% da população global, têm um, de acordo com uma estimativa da empresa sueca Ericsson. E o pegam em média 221 vezes por dia, segundo uma pesquisa feita pela consultoria inglesa Tecmark. O número de toques diários **no aparelho** é ainda mais impressionante: são 2.600, segundo a empresa de pesquisa Dscout Research. O smartphone já vicia mais gente, e de forma mais intensa, do que o cigarro. [...] ¹⁵

Em outras palavras, “smartphone” foi retomado pelo hiperônimo “aparelho” por se tratar, obviamente, de um aparelho eletrônico. Essa retomada ocorre por conta de traços semelhantes entre o referente e o vocábulo que o retoma. Ou seja, “smartphone” pode ser retomado por “aparelho”, mas, considerando traços de sentido determinados pelo contexto, também poderia ser retomado por trechos como *o celular*, *o telefone*, entre outros. Cabe ressaltar que o hiperônimo também pode ter a função de explicar/definir o termo anterior, atualizando os conhecimentos linguísticos do leitor. Se o leitor não soubesse o que é um smartphone, por exemplo, a palavra “aparelho”, ao retomar “smartphone”, funcionaria como uma explicação de que o referente se trata de um objeto eletrônico. Outro exemplo é: no caso de “smartphone” ser retomado pela palavra “telefone”, o leitor iria mais além, sabendo se tratar de um aparelho eletrônico que é utilizado para que as pessoas entrem em contato entre si quando estiverem fisicamente distantes. Isso porque “telefone” tem um sentido mais específico do que aparelho, mas, ainda assim, é um hiperônimo de “smartphone”. No exemplo da *Superinteressante*, “aparelho” funciona como hiperônimo de “smartphone”, fazendo com

15 “Você tira o celular do bolso mais de 200 vezes por dia”. *Superinteressante*, set. 2019. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/comportamento/voce-tira-o-celular-do-bolso-mais-de-200-vezes-por-dia/>>.

que seja um tipo de definição de um termo que poderia ser desconhecido pelo leitor. Sobre isso, Koch (2004, p. 249) menciona:

A vantagem dessa estratégia é permitir ao locutor adaptar-se simultaneamente a necessidades de dois públicos distintos. Permitindo definir um termo ou introduzir um vocábulo técnico da maneira mais concisa possível, esse tipo de anáfora torna-se um auxiliar valioso no discurso de divulgação científica.

Koch (2004) explica que, dependendo do hiperônimo escolhido pelo produtor, pode haver demonstração de intenção avaliativa. Em casos em que o termo que retoma contém diminutivo, é comum essa intenção por parte do autor do texto. Se o produtor textual emprega adjetivos, também há possibilidade de presença desse juízo de valor. É importante observar, ainda, que, além dos casos mencionados, os hiperônimos também podem ser utilizados em situações em que se pretende especificar algo mencionado anteriormente, adotando a seguinte ordem dentro do texto: *hiperônimo* > *hipônimo*. Em outras palavras, o hipônimo irá especificar, visto que é menos genérico que o hiperônimo. Koch (2004, p. 248) denomina este caso de *anáfora especificadora*. Veja o exemplo:

(3) No último dia 4, quarta-feira, **a espécie humana** começou oficialmente a exploração da estrela mais próxima da Terra: o Sol. Devido a informações enviadas pela sonda Parker, da NASA, **cientistas** estão revendo diversas teorias sobre o espaço. As descobertas foram publicadas em quatro artigos na revista científica *Nature*.¹⁶

No exemplo (3), o trecho “a espécie humana” é retomado pelo termo “cientistas”, que especifica o segmento anterior. Isto é, não são quaisquer pessoas que estão realizando a pesquisa sobre o Sol, mas, sim, indivíduos capacitados para realizar essa função, ou seja, os cientistas.

Além dos hiperônimos, Koch (2004, p. 250) aborda a *retomada por termos genéricos*, como: *coisa*, *pessoa*, *negócio* etc. A autora esclarece que “a seleção do termo anafórico pode estar ligada à variedade regional ou social dos interlocutores”. Ela cita como exemplo que “o uso de ‘*trem*’ (= *coisa*) seria, provavelmente, indicativo do dialeto mineiro [...]”. Esse uso é comum na fala, visto que, cognitivamente, é mais trabalhoso acessar termos mais específicos. Ademais, os gestos e as expressões contribuem para o entendimento do que se quer dizer no momento da utilização de termos genéricos. Não se pode excluir a possibilidade de encontrar

16 “Humanidade começa a explorar o Sol”. *Superinteressante*, dez. 2019.
Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/ciencia/humanidade-comeca-a-explorar-o-sol/>>.

termos genéricos em textos escritos, incluindo o *corpus* desta pesquisa, contudo, é notório que a frequência de ocorrência desse tipo de termo anafórico é maior em textos falados tendo em vista os motivos supracitados.

Por fim, dentro das anáforas correferenciais recategorizadoras, há as intituladas por Koch (2004, p. 253) de *retomada por descrições nominais*. Estas costumam conter determinantes e modificadores, fazendo com que haja caracterização do referente para que ocorra o projeto de comunicação pretendido pelo locutor. Dessa forma, a escolha da descrição nominal pode ter função avaliativa, evidenciando as intenções do produtor, ou função auxiliar como forma de apoio para que o interlocutor compreenda o que ele quer dizer. Para isso, é comum que, nesse ato de recategorização, haja recursos metafóricos. Segundo Koch (2004), isso pode funcionar tanto em sentido anafórico quanto catafórico. Veja o exemplo (4), no qual “[...] uma enorme e dispersa nuvem de pequenos pedregulhos gelados” auxilia o leitor na construção de sentido do que será dito posteriormente: “a nuvem de Oort”.

(4) O problema é outro. Uma hipótese bem aceita por astrônomos é a de que o Sistema Solar seja rodeado por **uma enorme e dispersa nuvem de pequenos pedregulhos gelados: a nuvem de Oort**. Caso essa nuvem realmente exista, ela estará justamente no caminho de Gliese 170 conforme ela se aproximar.¹⁷

Já no exemplo (5), há um caso em que o segundo trecho retoma o primeiro, evidenciando a intenção do produtor do texto de ajudar o leitor na construção do sentido. Veja:

(5) Mas é claro que a seleção natural dá um jeitinho para tudo. A Terra está repleta de **microrganismos extremófilos** – isto é, **bactérias adaptadas a ambientes como soda cáustica ou os 11 quilômetros de profundidade da fossa das Marianas, no Pacífico**.¹⁸

No exemplo (6), tem-se dois casos de retomadas por descrições nominais com sentido metafórico:

(6) Uma equipe de astrobiólogos – cientistas especializados em vida fora da Terra – propôs que, se é que **Vênus** tem seus extremófilos, o mais provável é que eles vivam na densa atmosfera do planeta, em meio às nuvens. Eles baseiam a hipótese em duas premissas: uma é

17 Conferir nota nº 11.

18 “Será que há vida escondida nas nuvens de Vênus?”. *Superinteressante*, abr. 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/sera-que-ha-vida-escondida-nas-nuvens-de-venus/>>.

que **o astro esquentadinho**, em um passado distante, teve condições climáticas propícias ao surgimento da vida. Outra é que, embora hoje em dia **a superfície do planeta** seja uma **sucursal do inferno**, seu céu (mais precisamente a faixa entre 40 km e 60 km de altitude) teria condições de pressão e temperatura bem mais tranquilas – e poderia, em tese, abrigar seres vivos em suspensão.¹⁹

No exemplo (6), “o astro esquentadinho” faz uma retomada metafórica de “Vênus”, enquanto “sucursal do inferno” retoma, também por metáfora, o trecho “a superfície do planeta”. Esse recurso metafórico funciona como estratégia de aproximação utilizada pelo locutor do texto para aproximar a informação transmitida e o leitor.

É comum que essas descrições nominais, que também podemos chamar de paráfrases (ANTUNES, 2009), surjam, nos textos, logo após expressões como: *ou seja, isto é, quer dizer* etc., que, segundo Antunes (2009, p. 125), são “expressões que já preparam o ouvinte ou leitor para uma formulação seguinte de equivalência conceitual”. Ainda de acordo com a autora:

[...] a identificação dos segmentos parafrásicos tem sua importância no entendimento dos textos, pois, além dessa sua função esclarecedora, eles implicam que, naquele ponto onde ocorrem, o tema não avança para o “novo”, já que os dados da informação anterior são apenas retomados para explicações ou reformulações mais específicas. (ANTUNES, 2009, p. 125)

Antunes (2009) explica que as paráfrases possuem semelhança com os casos de repetições vistos anteriormente por conta de uma equivalência relativa de sentido. Contudo, nesse caso, há um certo nível de reformulação de sentido. Em outras palavras, existe a intenção do produtor textual de reiterar algo dito anteriormente, dando prosseguimento ao texto sem incluir informações novas, mas, ainda assim, existe uma certa continuidade por conta de uma descrição que dará maior clareza ao texto. De acordo com Antunes (2009, p. 124), “a paráfrase tem a função discursiva de pretender oferecer um esclarecimento mais específico de um ponto, ou, explicá-lo novamente, com outras palavras, a fim de deixá-lo mais claro, mais preciso”.

19 Conferir nota anterior.

4.2 Anáforas não correferenciais

Essa classificação engloba as *anáforas indiretas*, as *anáforas associativas*, as *anáforas rotuladoras* e as *rotulações metadiscursivas*. Ao contrário das anáforas diretas, em que há uma retomada de um elemento específico por outro elemento específico, no caso das anáforas não correferenciais não há uma retomada que estabeleça uma ligação evidente entre um termo e outro, mas sim a introdução de um novo referente que se valerá de outros já presentes no campo textual para que faça sentido no texto. A respeito das anáforas indiretas especificamente, Marcuschi (2005 apud KOCH; ELIAS, 2012, p. 136) explica que:

Diferentemente das anáforas diretas que retomam (reativam) referentes previamente introduzidos no texto, estabelecendo uma relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente, na anáfora indireta, geralmente constituída por expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto, ocorre uma estratégia de ativação de referentes novos, e não de uma reativação de referentes já conhecidos, o que constitui um processo de referenciação implícita.

4.2.1 Anáforas indiretas e anáforas associativas

Para começar, é imprescindível apresentar as definições que Koch (2004, p. 254) dá aos primeiros dois tipos. Segunda a autora:

Têm-se anáforas indiretas toda vez que um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de relação com elementos presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo, passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação. Um subtipo dessas anáforas são as chamadas anáforas associativas.

[...] A anáfora associativa explora relações meronímicas, ou seja, todas aquelas em que entra a noção de ingrediência [...] Incluem-se, pois, aqui não somente as associações metonímicas, mas também todas aquelas relações em que um dos elementos pode ser considerado “ingrediente” do outro [...].

Ou seja, no caso das anáforas indiretas, haverá uma inferência, considerando aspectos cotextuais e contextuais, que farão com que o leitor compreenda o sentido do referente novo por conta de outro presente no texto anteriormente.

(7) [...] em 2015, metade dos astronautas recrutados pela NASA eram **mulheres** — o maior número de toda a história da agência, que já colocou em órbita 50 mulheres em 58 anos de

existência. Com tantas no espaço, uma pergunta flutua: como lidar com **a menstruação** em gravidade zero?²⁰

No exemplo (7), o trecho “a menstruação” é inferido a partir do termo “mulheres”. O referente “menstruação”, que surge pela primeira vez no texto, tem como gatilho a palavra “mulheres”, visto que ciclo menstrual é algo que pertence a indivíduos do sexo feminino, sendo, neste caso, mais especificamente à espécie humana. Poderia causar estranheza nos leitores se o termo “mulheres” fosse substituído por “homens”. Há, aqui, portanto, um caso de anáfora indireta. Sobre as anáforas indiretas, Marcuschi (2005, p. 53, grifos do autor) explica:

[...] geralmente constituída por expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto. Trata-se de uma estratégia endofórica de *ativação* de referentes novos e não de uma *reativação* de referentes já conhecidos, o que constitui um processo de referenciação implícita. [...] Casos assim são frequentes em todos os gêneros textuais, tanto na fala quanto na escrita.

Já no caso das anáforas associativas, há uma relação de ingrediência, na qual algum(uns) referente(s) funciona(m) como parte de outro, considerando aspectos sociocognitivos. Veja o exemplo (8):

(8) Sally Ride, a primeira astronauta mulher dos Estados Unidos, disse que menstruar no espaço é seguro e funciona igualzinho à Terra, só que um pouco mais bagunçado. Ela e outras mulheres provaram que **o ciclo menstrual** não é alterado, e que não há perigo, por exemplo, de **o sangue** ficar retido **no útero** e causar infecções, como era o medo dos médicos até pouco tempo atrás.

Neste caso, os termos “sangue” e “útero” fazem uma associação com o trecho anterior “ciclo menstrual”, já que ambos fazem parte deste fenômeno que ocorre no corpo de uma pessoa do sexo feminino.

4.2.2 Os encapsulamentos anafóricos

Ainda dentro do esquema de anáforas não correferenciais, baseado na proposta de Koch (2004), encontraremos informações a respeito das anáforas rotuladoras e das rotulações

20 “Como as astronautas menstruam no espaço?”. *Superinteressante*, abr. 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/saude/como-as-astronautas-menstruam-no-espaco/>>.

metadiscursivas. Contudo, ao contrário da autora que separa tópicos para cada um desses dois casos, optamos por nomear este último tópico do capítulo com o termo “encapsulamentos anafóricos” por ser este mais abrangente e por englobar, ao nosso ver, os dois casos comentados por Koch (2004). Explicaremos nossa escolha de nomenclatura mais adiante. Além disso, consideramos que incluir os encapsulamentos anafóricos, em geral, em grupo denominado de “anáforas não correferenciais” não é adequado, dado seu grau notório de correferencialidade dentro do texto, ainda que menor do que o das anáforas diretas.

Primeiramente, começaremos abordando os dois conceitos propostos por Koch (2004). As *anáforas rotuladoras*, por meio de aspectos sociocognitivos e socioculturais, remetem a um trecho dito anteriormente no texto. Como o próprio nome diz, além de englobar algo dito anteriormente, elas vão dar sentido avaliativo ao apresentar este novo referente, que carrega consigo seu próprio significado, acrescentando mais informação ao texto. São exemplos de anáforas rotuladoras: *estado, fato, ocorrência* etc. A escolha do léxico, portanto, não funciona de forma aleatória, mas de acordo com escolhas do produtor considerando o sentido que se quer transmitir. Essas anáforas comumente são precedidas por pronomes demonstrativos. Além disso, funcionam como forma de englobar algo dito anteriormente e, ao mesmo tempo, servir como referente para a progressão do que será dito logo após. Funcionam, dessa forma, como mecanismo reativador da memória do interlocutor, uma vez que se trata de um termo que encapsulará um grande trecho precedente. Segundo Koch (2004, p. 255), “[...] ao operarem uma recategorização ou refocalização do referente [...] elas têm, ao mesmo tempo, função predicativa. Trata-se, pois, de formas híbridas, referenciadoras e predicativas, isto é, veiculadoras tanto de informação dada, como de informação nova [...]”. Veja o exemplo a seguir:

(9) Mesmo sendo a decisão mais prática, interromper a menstruação não é nada simples — e, a longo prazo, pode ter impactos na saúde da mulher. Por exemplo: o método mais usado pelas astronautas atualmente é usar pílulas anticoncepcionais sem pausa, mas alguns médicos têm defendido que os comprimidos aumentam o risco de trombose e que a pílula afeta o cérebro. Os médicos que escreveram o artigo sobre a menstruação espacial também destacam a radiação do espaço como um possível risco à saúde de mulheres que tomam anticoncepcionais — mas, dado o pequeno número de astronautas femininas que passaram mais de três meses no espaço, os estudos ainda são inconclusivos.

Então, como driblar **o problema**?²¹

21 Conferir nota nº 17.

O “problema” (exemplo 9) surge encapsulando todo o trecho anterior. Além disso, possui função avaliativa, imprimindo um aspecto negativo ao que foi escrito anteriormente. As anáforas rotuladoras também podem possuir sentido metafórico e persuasivo (KOCH, 2004), ou até mesmo incluírem em si um caso de intertextualidade conforme ocorre no exemplo (10) a seguir:

(10) O auge da carreira do ator William Shatner foi com a série de ficção científica Star Trek, interpretando James T. Kirk, capitão da nave Enterprise. Depois disso, ele experimentou uma longa decadência fazendo pontas em diversos filmes, até o dia em que foi chamado para estreitar a série Boston Legal, onde chegou a ganhar dois Emmys. Para o grande público, de qualquer forma, Shatner sempre será o capitão Kirk.

Por isso, ele foi chamado para ser o garoto propaganda da nova missão da NASA: enviar uma sonda para estudar o Sol como nunca foi feito antes. Mas não só isso. No vídeo divulgado pela agência, William explica que o equipamento levará consigo um microchip com o nome de milhões de terráqueos – e o seu pode ser um deles.

Para participar **desta jornada nas estrelas**, basta acessar o site oficial da missão e fazer o seu cadastro até o dia 27 de abril. Nós fizemos o teste e todo o processo durou menos de 10 minutos para ser concluído.²²

A anáfora rotuladora “desta jornada nas estrelas” engloba todo o trecho anterior e, ao ser empregada, se vale de conhecimento sociocultural de grande parte dos leitores a respeito da série de filmes *Jornada nas Estrelas*. A recordação a respeito dos filmes e a relação mental que o leitor faz destes com a missão da NASA que enviará uma sonda com nomes de indivíduos até o Sol, fazendo com que “jornada nas estrelas” possa ser um nome empregado para se referir a essa missão da agência espacial americana, constitui um caso de intertextualidade. Além disso, o produtor do texto utiliza esse conhecimento de mundo do leitor – e também se vale do fato de que a maioria, provavelmente, possui apreço por essa série de filmes – e realiza uma brincadeira com as palavras, dado o contexto da informação, ao mesmo tempo em que tenta seduzir o leitor para que envie seu nome para a missão espacial.

Já as *rotulações metadiscursivas* são aquelas anáforas em que há sumarização do que foi dito anteriormente e, ao mesmo tempo, faz referência à própria atividade enunciativa, ou seja, como o próprio nome diz, é uma rotulação metadiscursiva. No exemplo a seguir (11),

22 “A Nasa quer enviar o seu nome ao sol”. *Superinteressante*, mar. 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/a-nasa-quer-enviar-o-seu-nome-ao-sol/>>.

além de encapsular o que foi dito anteriormente, o trecho “A piada” é utilizado pelo locutor para mencionar uma informação enunciada por Elon Musk em determinado contexto, havendo, portanto, um metadiscorso. Observe:

(11) Em fevereiro, o foguete Falcon 9 lançado pela SpaceX levou consigo dois protótipos de satélites para demonstração: o Tintin A e Tintin B. Na época, Elon Musk brincou no Twitter dizendo que a senha de conexão será “marciano”. **A piada** rendeu mais de oito mil compartilhamentos, mas sabemos que, dado o gosto do empresário para marketing, nada impede essa de ser a senha verdadeira.

O exemplo (11) também demonstra a percepção do discurso de Elon Musk pelo produtor do texto de uma forma particular, evidenciada por este através do vocábulo escolhido: *piada*. Em outras palavras, o redator do texto entendeu o discurso do empresário como sendo uma brincadeira feita por este. Além disso, o exemplo constitui um caso de polifonia, denominação dada por Koch (2004) para casos em que o produtor textual se refere ao discurso de outra pessoa, e não ao seu. Esta última característica se mostra muito comum nos casos de rotulações metadiscursivas.

Conforme mencionado no início deste tópico, considera-se, neste trabalho, que os casos de anáforas rotuladoras e rotulações metadiscursivas fazem parte do que se denomina de *encapsulamentos anafóricos*. Isso porque os encapsulamentos anafóricos também englobam casos de retomadas por termos com baixa ou nenhuma função recategorizadora, como é o caso do pronome demonstrativo *isso* e o do pronome relativo *o que*. Tendo isso em vista, optamos pela escolha desse termo por acharmos mais abrangente, muito embora não tenhamos realizado análises que englobem esses casos pronominais, mas apenas casos em que há sintagmas nominais por levarmos em conta a alta função recategorizadora destes. Ainda que não tenhamos analisado casos pronominais, é importante salientar que, por considerarmos a relevância da organização de nomenclaturas teórico-científicas, os casos estudados, nesta pesquisa, estão contidos no que denominamos de *encapsulamentos anafóricos*.

Assim, esta pesquisa aborda os casos de encapsulamentos anafóricos ocorridos por conta da retomada e da remissão efetuadas por sintagmas nominais, incluindo, também, os dois mecanismos linguísticos rotuladores abordados por Koch (2004) e mencionados neste item. A seguir, há um capítulo especial relacionado ao tipo de anáfora que mais nos interessa neste trabalho – os encapsulamentos anafóricos –, denominado “O papel dos encapsulamentos anafóricos e da correferencialidade na facilitação do texto para a capacidade de interpretação

do leitor”. Nele, abordaremos, mais aprofundadamente, os encapsulamentos anafóricos, e outros casos contidos dentro desta categoria além dos mencionados por Koch (2004), e discutiremos como eles e o grau de correferencialidade deles auxiliam na compreensão dos textos pelos leitores da *Superinteressante*.

5 O PAPEL DOS ENCAPSULAMENTOS ANAFÓRICOS E DA CORREFERENCIALIDADE NA FACILITAÇÃO DO TEXTO PARA A CAPACIDADE DE INTERPRETAÇÃO DO LEITOR

É de suma importância observar que Maria-Elisabeth Conte (2003) nomeia os casos de sumarização de trechos anteriores como *encapsulamento anafórico*. A autora, assim como Koch (2004), trata de casos em que há sumarização mais sentido avaliativo, mas também menciona casos em que os termos encapsuladores são neutros. Sobre o encapsulamento anafórico, Conte diz (2003, p. 178):

Este termo descreve uma anáfora lexicalmente baseada, construída com um nome geral (ou um nome avaliativo, um nome axiológico) como núcleo lexical e revela uma clara preferência por um determinante demonstrativo. O encapsulamento anafórico pode ser definido no seguinte modo: é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. Esta porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença). [...]. Esta categorização ocorre por meio de nomes neutros, mas também se dá na avaliação dos estados de coisa por meio de nomes avaliativos (ou em sintagmas nominais com um adjetivo avaliativo como modificador). Chamarei esses termos avaliativos de “axiológicos”.

Esta pesquisa, portanto, trabalhará com a perspectiva de a anáfora rotuladora, mencionada por Koch (2004), ser um tipo de encapsulamento, ou seja, ela é o encapsulamento com função avaliativa. A anáfora rotuladora, segundo Koch (2004), nada mais é do que a sumarização de um trecho precedente por meio de uma determinada palavra, ou um trecho, que carrega um valor em si. Por exemplo, o caso de fazer remissão a uma parte antecedente do texto por meio do sintagma nominal “O problema”, conforme já visto anteriormente neste trabalho, demonstra uma avaliação que o produtor do texto tem a respeito de determinado assunto sobre o qual escreveu em momento precedente no texto.

De acordo com Conte (2003), para além dos encapsulamentos com sentido avaliativo, há outros que não possuem essa função, como é o caso de sumarização propiciada por pronomes demonstrativos (*isso, esse, esses, essa, essas*) e por pronomes relativos (*o que*). Cavalcante, Filho e Brito (2014) mencionam os casos de pronomes encapsuladores, como *isso*. No *corpus* desta pesquisa, há muita presença de casos como *isso* sumarizando trechos anteriores. Contudo, não haverá abordagem aprofundada desses casos que envolvem pronomes, visto que o foco da pesquisa são os dados em que há sintagmas nominais encapsuladores.

Conte (2003) considera que os encapsulamentos possuem o que ela chama de *eixo velho-novo*. Em outras palavras, trata-se de um recurso linguístico que engloba o que foi dito anteriormente (uma informação velha) e funciona como referente para as informações que virão depois (informações novas). A autora também menciona que os encapsuladores possuem grande tendência de serem utilizados ao lado de pronomes demonstrativos – mais do que os artigos definidos –, uma vez que estes possuem poder dêitico, funcionando como um auxílio no momento de o leitor localizar a informação precedente.

Além de funcionarem como recursos coesivos, Conte (2003) menciona que os encapsuladores também colaboram no que diz respeito à estrutura textual. Geralmente surgem em inícios de parágrafos, fazendo com que, especialmente, contribuam para a organização do texto, já que englobam o que foi dito em outro(s) parágrafo(s) e introduzem o que será dito no novo. A seguir, vejamos a visão de Mônica Cavalcante (2003, p. 115-116, grifo da autora) a respeito dos encapsulamentos:

Encapsular consiste em resumir proposições do discurso empacotando-os numa expressão referencial, que pode ser um sintagma nominal (o qual tem recebido a denominação de “*rótulo*” – Francis, 1994), ou pode ser um pronome, geralmente demonstrativo. [Os encapsuladores] resumem uma porção textual e rotulam-na, indicando ao co-enunciador como se espera que o conteúdo seja interpretado. Como notamos, não existe, com efeito, um antecedente pontual a que os encapsuladores possam remeter, razão por que poderiam ser classificados como anáforas indiretas. Porém, temos que admitir que, à semelhança de uma anáfora direta, os encapsuladores recuperam (sem retomar) o que há no co(n)texto. Esta natureza ambígua do fenômeno é que nos leva a preferir as anáforas encapsuladoras como um tipo à parte.

Gill Francis (2003) trabalha com o conceito de *rotulação*, especificando-o em *rótulos prospectivos* e *rótulos retrospectivos*. O autor menciona que esse conceito se refere ao tipo de coesão lexical que tem como função conectar e organizar partes de um discurso. Além disso, inclui dentro da noção de rotulação uma categoria de *rotulações metalinguísticas*. É importante ressaltar que, neste trabalho, utilizamos o termo *encapsulamento anafórico* como uma noção geral, que engloba a noção de *rotulação retrospectiva*, que, por sua vez, assim como reflete Francis (2003), abarca a ideia de *rotulação metalinguística*. Estas são aquelas palavras que fazem referência ao próprio discurso, rotulando ao mesmo tempo: *argumento*, *aspecto*, *declaração*, etc. (FRANCIS, 2003)

Francis (2003) menciona o fato de os rótulos contribuírem para a realização de lexicalizações ao longo do texto, ou seja, os trechos englobados pelos rótulos possuem orações que contêm semânticas compatíveis com a palavra ou o sintagma nominal que os sumariza. Em outras palavras, não é uma anáfora direta, demandando, assim, um esforço

cognitivo maior, visto que comumente engloba grandes trechos do discurso. Essa sumarização pode acontecer de forma anafórica ou catafórica, por isso o autor trabalha com a ideia de rótulos prospectivos e retrospectivos. Neste trabalho, falaremos apenas dos rótulos retrospectivos, já que se trata de uma pesquisa sobre encapsulamento anafórico. Mas vale ressaltar que a função do rótulo prospectivo é muito semelhante à do outro, tendo como principal diferença o fato de que este engloba e prediz algo que aparecerá após a sua localização dentro do texto, enquanto o rótulo retrospectivo engloba o que se localiza previamente no texto e não prediz, visto que ele surge após trechos que já estão lexicalizados.

O rótulo retrospectivo vai funcionar, conforme mencionado, como um sumariador de algo já dito e também possui função avaliativa. Assim, o produtor textual já passa ao leitor uma interpretação sua a respeito de determinada informação, contribuindo para a competência leitora, pois a escolha vocabular do produtor textual afetará a leitura que o receptor do texto fará; a função do leitor, nesse caso, portanto, será a de aceitar, ou não, determinada opção lexical. Ou seja, se o locutor utiliza o sintagma nominal “O problema” para rotular algum trecho localizado anteriormente no texto, o leitor automaticamente vai levar em conta que o que está sendo abordado pelo autor do texto se trata de um problema. Dessa forma, o produtor textual direciona o leitor do texto para o que ele quer dizer. No entanto, dados os conhecimentos de mundo do leitor, poderia acontecer de ele rejeitar a lexicalização de determinado trecho do texto como sendo um “problema”.

Francis (2003, p. 196) explica que “os nomes nucleares de rótulos retrospectivos são quase sempre precedidos de um dêitico específico, como *o*, *este*, *aquele*, *esse*, ou *tal*, e podem ter outros modificadores e qualificadores também”. Portanto, é comum que haja elementos dêiticos que contribuem para a localização do trecho que é rotulado. Além disso, o autor diz que, enquanto há rotulação de uma informação dada, o rótulo já introduz uma nova informação que vem a seguir. Daí uma função organizadora do discurso. Por conta disso, geralmente os rótulos introduzem parágrafos, por englobarem uma informação velha e introduzirem uma nova. É interessante observar, aqui, que Conte (2003) e Francis (2003) possuem diversas noções semelhantes a respeito desse mecanismo discursivo, utilizando, algumas vezes, nomenclaturas diferentes.

Gill Francis (2003) menciona que não é possível criar uma listagem de rótulos. Isso porque, para o autor, qualquer palavra pode ser o nome nuclear de um rótulo, desde que ela seja inespecífica e que os trechos do texto que se ligam a ele possuam lexicalizações com semânticas aproximadas da sua semântica. Vale notar que, apesar da impossibilidade de criar uma listagem geral, alguns rótulos podem ser agrupados em determinadas classes, como, por

exemplo, os metalinguísticos, que se referem ao discurso. Francis (2003) divide os metalinguísticos em quatro tipos: nomes ilocucionários, nomes de atividades languageiras, nomes de processo mental e nomes de textos.

O primeiro caso, o dos *nomes ilocucionários*, o autor define como “nominalizações de processos verbais, normalmente atos de comunicação: têm tipicamente verbos ilocucionários cognatos” (FRANCIS, 2003, p. 204). Em outras palavras, são nomes que vão se referir a determinada parte de um ato de comunicação, além do fato de comumente serem cognatos de palavras de outra língua. Alguns exemplos são: acusação (*accusation*), admissão (*admission*), aviso (*advice*), afronta (*affront*), alegação (*allegation*) etc. Quando o produtor textual opta por determinada palavra, ele já está empregando sua interpretação pessoal ao texto. Se ele menciona, por exemplo, uma fala de alguém e a chama de *alegação*, é provável que já esteja atribuindo um sentido negativo à informação, podendo esta ser, na interpretação dele, uma informação falsa. Se o produtor opta por outra palavra, então o texto, aos olhos do leitor, possuirá um outro sentido, diferente do que seria encontrado com a palavra *alegação*.

Os *nomes de atividades languageiras* são aqueles que se referem a determinada atividade de comunicação ou à consequência desta. São semelhantes aos nomes ilocucionários, mas não costumam possuir cognatos. Alguns exemplos são: consideração, ambiguidade, comparação, mensagem, referência, ironia, metáfora etc. Já os *nomes de processo mental*, como o próprio nome diz, referem-se a processos cognitivos. Por exemplo: análise, crença, suposição, pensar, acreditar, conceito, convicção, doutrina, noção, opinião, princípios, pensamento, suspeita, teoria etc. Por último, os *nomes de textos* são aqueles que “se referem à estrutura textual formal do discurso” (FRANCIS, 2003, p. 210). São eles: frase, pergunta, sentença, palavra, excerto, página, parágrafo, seção, termo, terminologia, citação etc.

Um rótulo nunca será totalmente neutro. Segundo Francis (2003), ainda que o autor opte por utilizar um nome neutro para constituir o rótulo, essa é uma opção que visa a manter um certo distanciamento para provocar uma imparcialidade no texto que não prejudique a avaliação do leitor sobre o assunto tratado, contudo, aí já se encontra uma escolha do produtor textual e um significado por trás da escolha lexical efetuada. Francis (2003) menciona que os rótulos podem conter três metafunções, podendo possuir: significado *ideacional*, *interpessoal* e/ou *textual*. O *significado ideacional* é observado quando o nome nuclear do rótulo é acompanhado de modificadores que o caracterizam, muitas vezes até possuindo sentido mais complexo do que o próprio nome nuclear, ressignificando-o mais intensamente. Já o *significado interpessoal* é quando o modificador do nome nuclear evidencia uma intenção do

locutor textual, podendo ser, por exemplo, a opção do locutor de querer ser imparcial no texto, deixando sua intenção evidente por conta da escolha da palavra que acompanha o núcleo. Por último, o *significado textual* ocorre, por exemplo, quando o rótulo engloba uma informação já dada e funciona como introdutor de uma nova informação, sendo, portanto, um organizador do texto.

Quanto ao grau de correferencialidade, os encapsulamentos anafóricos não pressupõem um nível alto, assim como ocorre nos casos de anáforas diretas, visto que eles englobam toda uma ideia de um trecho anterior, demandando um processamento cognitivo mais complexo por parte dos leitores do texto. Contudo, pode-se dizer que possuem um grau de correferencialidade maior do que os casos de anáforas indiretas, que, por sua vez, não remetem a trechos e vocábulos específicos. Em outras palavras, ainda que o encapsulamento anafórico não retome trechos e vocábulos pequenos, como no caso das anáforas diretas, ele faz remissão a um trecho anterior maior, fazendo com que este possa ser especificamente localizado no texto. Assim, seu grau de correferencialidade se encontra em posição mediana entre as anáforas diretas e as indiretas, o que faz com que eles possuam, sim, um certo nível de correferencialidade.

O nível de correferencialidade e o caráter (re)categorizador do encapsulamento anafórico contribuem efetivamente para a compreensão do texto pelo leitor. Não há como falar de encapsulamento anafórico por sintagma nominal sem incluir as noções de correferencialidade e recategorização, visto que estas são intrínsecas a ele. Esse grau de correferencialidade dos encapsuladores se relaciona com o conhecimento linguístico e de texto (gêneros textuais) dos interlocutores. Em geral, o produtor do texto fará uso dos encapsuladores de forma inconsciente, os quais serão facilmente lidos e interpretados pela maioria dos leitores. O produtor, além de fazer uma escolha vocabular, lexicalizando e categorizando um trecho dito anteriormente, o que contribui para a leitura que o receptor fará de determinada informação, sumariza uma informação velha em um sintagma nominal e dá prosseguimento às informações a partir desse novo referente. Essa sumarização da informação funciona não só para uma organização textual, mas também cognitiva (que ocorre na mente do leitor) no ato de leitura.

O encapsulamento anafórico, dado seu caráter organizador, recategorizador etc., é de grande utilidade, portanto, para textos em geral, fazendo parte, sobretudo, conforme estudamos aqui, de textos didáticos, instrucionais e de ensino, incluindo os de popularização da ciência. Isso ocorre justamente porque ele funciona como organizador e facilitador de informações, por meio de sumarização do saber exposto no texto, das escolhas lexicais e

gramaticais do produtor para integrarem os sintagmas nominais encapsuladores, entre outros fatores. Pode-se afirmar, assim, que, dadas suas características de facilitação da informação, é natural e comum que produtores textuais de textos didáticos e de ensino se valham de seu uso na construção do texto, o que demonstra, como consequência, uma quantidade abundante de encapsuladores em textos de popularização da ciência, entre outros.

Para estudos futuros, sugere-se, então, a abordagem quantitativa e tipológica de encapsulamentos em textos de popularização da ciência, além de estudos quantitativos e qualitativos destes em outros gêneros ligados ao ensino. Além disso, uma abordagem tipológica dos encapsulamentos anafóricos em gêneros ligados ao ensino poderia contribuir para uma reflexão de como esse objeto linguístico pode ser trabalhado em sala de aula, constituindo uma outra pesquisa relevante dentro do campo da Linguística Textual.

6 ANÁLISE DOS CASOS DE ENCAPSULAMENTOS ANAFÓRICOS EM TEXTOS DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA DA *SUPERINTERESSANTE*

O capítulo é reservado à apresentação dos procedimentos metodológicos (tópico 6.1) adotados na análise do *corpus*, incluindo critérios/parâmetros a serem analisados e autores teóricos estudados. A seguir, no tópico 6.2, apresentam-se as análises, precedidas dos textos analisados, na íntegra.

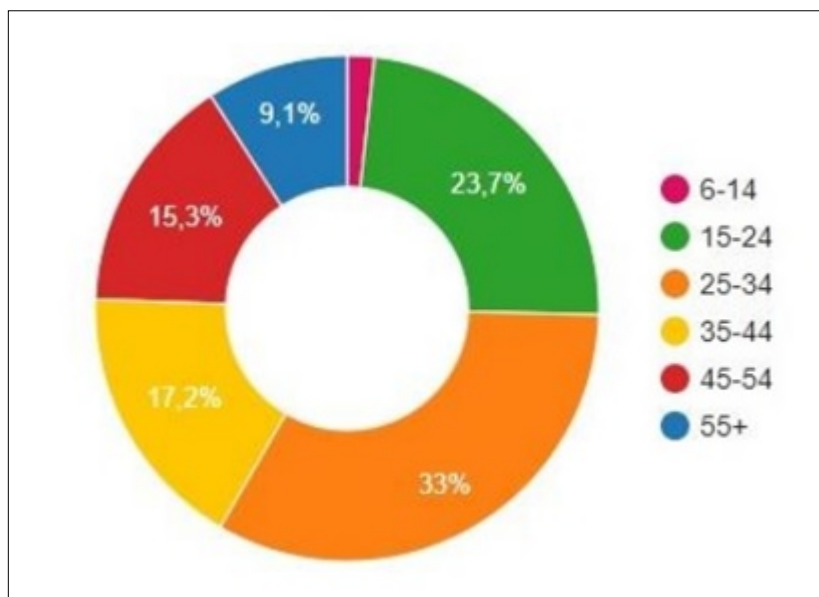
6.1 Procedimentos metodológicos

O *corpus* reunido para esta pesquisa pretende disponibilizar material para a análise de questões relativas à temática de referenciação (mais especificamente os encapsulamentos anafóricos) e de como determinados mecanismos linguísticos funcionam como facilitadores na aproximação entre a ciência e o público, em especial jovens – indivíduos de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos de idade²³ – e jovens adultos. É importante ressaltar que, analisando aspectos do contexto sociocultural, a *Superinteressante* possui um papel muito importante como uma espécie de “ponte”, que liga as ciências e o público leitor, o qual, comumente, é leigo. Assim, a revista, ao atuar na popularização da ciência, contribui para a formação de pessoas pensantes capazes de opinar e de estabelecer diálogos sobre eventos e conhecimentos científicos presentes no mundo, as quais também poderão desenvolver interesses em determinadas áreas científicas, tornando-se profissionais futuramente.

De acordo com o site da revista, a maioria dos leitores da revista são jovens e jovens adultos, que estão na idade de definirem ainda suas escolhas profissionais. A revista se propõe a discutir “assuntos do universo *Super* – ciência, tecnologia, história, sustentabilidade, cultura *pop*, economia etc. – com uma pegada mais pessoal e próxima do leitor”, evidenciando o comprometimento na intenção de facilitar o acesso do leitor à informação. Ainda que o site seja acessado por cidadãos de todas as idades, o gráfico a seguir mostra que os indivíduos que mais buscam essas informações possuem de 25 a 34 anos de idade, constituindo 33% dos leitores, seguidos de pessoas de 15 a 24 anos de idade, sendo estas 23,7% dos leitores.

23 Segundo a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

Gráfico 1 – Perfil dos leitores da *Superinteressante* de acordo com a idade.



Fonte: Comscore Jan/18 – para dados demográficos considera “Multi-plataform”.²⁴

Além de todas as motivações mencionadas, é importante ressaltar que a pesquisa tem como foco as matérias publicadas no site da revista *Superinteressante*, que são, inclusive, compartilhadas em redes sociais como o Facebook e o Instagram, fazendo com que sejam acessadas por jovens e jovens adultos, que, em geral, são consideravelmente ativos nessas plataformas. O Gráfico 1, portanto, refere-se mais especificamente aos acessos às matérias do site da revista.

A *Superinteressante* possui página no Facebook, na qual publica chamadas que direcionam os leitores para as matérias do site. A dinamicidade da rede social permite a jovens e a jovens adultos acompanharem as atualizações da revista, além de convidarem outras pessoas para que também acessem o conteúdo. O perfil etário das pessoas que mais se interessam pelo conteúdo da revista coincide com o dos indivíduos que se inscreveram no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2018, conforme dados do site *Guia do Estudante*: “Participantes com 18 anos representam 17% do total [de inscritos]; os de 19, 15,9%; e os de 20 anos, 10,5%. Aqueles com idade entre 21 e 30 anos representam 33,8% do total”. Já em 2019, de acordo com o site *Portal Correio*, o maior número de inscritos no ENEM (26,7%) tinham de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) anos de idade²⁵.

²⁴ Audiência. *Superinteressante*. Disponível em:

<<http://publiabril.abril.com.br/marcas/superinteressante/plataformas/site>>.

²⁵ “Conheça o perfil de inscritos no ENEM 2019”. *Portal Correio*, jul. 2019. Disponível em:

<<https://portalcorreio.com.br/conheca-o-perfil-de-inscritos-no-enem-2019/>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

Nossos parâmetros de análise baseiam-se em obras e artigos de autores reconhecidos na área da Linguística Textual, na intenção de analisar, de forma aprofundada, os casos que dizem respeito às construções de sentido propiciadas por encapsulamentos anafóricos nos textos do *corpus* coletado. Assim, de forma geral, buscamos observar, nos textos do *corpus*, os seguintes aspectos e como eles contribuem para a compreensão leitora e para a construção dos encapsulamentos anafóricos:

- Correferencialidade (Apothéloz, 2003);
- Mesclagem da linguagem: normal culta formal e linguagem técnico-científica + norma culta informal e linguagem coloquializada (Marcuschi, 2010);
- Conhecimentos armazenados na memória: conhecimento linguístico, conhecimento enciclopédico (ou de mundo), conhecimento de textos e conhecimentos interacionais (Koch; Elias, 2012);
- Influências do suporte (revista), da forma e da função no texto (Marcuschi, 2010);
- Ligações estabelecidas de retomadas e remissões entre o título, o subtítulo e o texto;
- Intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade, informatividade (Marcuschi, 2008);
- Uso de primeira pessoa do plural e diálogo com o leitor;
- Uso de elementos dêiticos;
- Tipos de discursos: jornalístico, publicitário, instrucional (científico, acadêmico e educacional) etc. (Marcuschi, 2008);
- Sequências tipológicas: descritiva, narrativa, expositiva, argumentativa e injuntiva (Werlich, 1973 apud Marcuschi, 2010);
- Descrições nominais explicativas;
- Expressões fixadas pelo uso (como, por exemplo, “linha de tiro”);
- Hipóteses de leitura/inferenciação (Werneck, 2015; Marcuschi, 2007);
- Possíveis efeitos de humor.

Em relação aos próprios encapsulamentos anafóricos, buscamos observar nestes:

- (Re)categorizações (Koch, 2013; Marcuschi, 2007);
- Rotulações e rotulações metadiscursivas (Francis, 2003);
- Escolhas lexicais (Marcuschi, 2010);

- Artigos definidos e pronomes demonstrativos (Cavalcante, Filho e Brito, 2014);
- Eixo velho-novo: união de informação anterior com a posterior (Conte, 2003);
- Função como organizador textual (Conte, 2003).

Cada item dos parâmetros de análise foi observado em cada um dos textos analisados no *corpus* desta pesquisa. Dividimos esses itens em três perguntas orientadoras para a análise:

1. No ato de recategorização, que palavras o produtor textual utiliza para a formação do sintagma nominal? Isto é, quais são os substantivos e os elementos que os acompanham (como pronomes demonstrativos, artigos etc.), além dos sentidos deles?
2. Há presença de pronomes demonstrativos ou artigos definidos no sintagma nominal encapsulador? Em caso de substituição deste por pronome demonstrativo ou artigo definido, a depender de qual foi empregado, há prejuízo de sentido?
3. Qual é a posição do sintagma nominal encapsulador dentro do parágrafo?

Ainda neste tópico, organizamos uma tabela com dados referentes a fontes dos textos analisados. Na Tabela 2, a seguir, estão expostos dados sobre os textos.

Tabela 3 – Dados sobre reportagens do *corpus* (título, endereço eletrônico, nome do redator e data de publicação).

TEXTO	TÍTULO, ENDEREÇO ELETRÔNICO, NOME DO REDATOR E DATA DE PUBLICAÇÃO DA REPORTAGEM
1 (um)	<ul style="list-style-type: none"> • Título: “Se o universo é infinito, por que o céu não é todinho forrado de estrelas?”. • Endereço eletrônico: <https://super.abril.com.br/blog/supernovas/se-o-universo-e-infinito-por-que-o-ceu-nao-e-todinho-forrado-de-estrelas/>. • Redator(a): Bruno Vaiano. • Data de publicação: 16 de maio de 2018.

<p>2 (dois)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Título: “Foguete da SpaceX será lançado hoje – levando um catador de lixo espacial”. • Endereço eletrônico: <https://super.abril.com.br/tecnologia/foguete-da-spacex-sera-lancado-hoje-levando-um-catador-de-lixo-espacial/>. • Redator(a): Bruno Garattoni. • Data de publicação: 29 de março de 2018.
<p>3 (três)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Título: “Inteligência artificial encontra 6.000 novas crateras na Lua”. • Endereço eletrônico: <https://super.abril.com.br/ciencia/inteligencia-artificial-encontra-6-000-novas-crateras-na-lua/>. • Redator(a): Felipe Sali. • Data de publicação: 03 de abril de 2018.
<p>4 (quatro)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Título: “Telescópio Hubble enxerga a estrela mais distante já vista pela humanidade”. • Endereço eletrônico: <https://super.abril.com.br/ciencia/telescopio-hubble-enxerga-a-estrela-mais-distante-ja-vista-pela-humanidade/>. • Redator(a): Felipe Sali. • Data de publicação: 23 de abril de 2019.

<p>5 (cinco)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Título: “A NASA quer enviar o seu nome ao sol”. • Endereço eletrônico: <https://super.abril.com.br/ciencia/a-nasa-quer-enviar-o-seu-nome-ao-sol/>. • Redator(a): Felipe Sali. • Data de publicação: 12 de março de 2018.
<p>6 (seis)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Título: “Afinal, a fumaça que deixou São Paulo no escuro veio mesmo da Amazônia?”. • Endereço eletrônico: <https://super.abril.com.br/ciencia/afinal-a-fumaca-que-deixou-sao-paulo-no-escuro-veio-mesmo-da-amazonia/>. • Redator(a): Guilherme Eler. • Data de publicação: 21 de agosto de 2019.
<p>7 (sete)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Título: “O que é a Área 51, que 1 milhão de pessoas querem invadir para ‘caçar ETs’”. • Endereço eletrônico: <https://super.abril.com.br/ciencia/o-que-e-a-area-51-que-1-milhao-de-pessoas-querem-invadir-para-cacar-ets/>. • Redator(a): Ingrid Luisa. • Data de publicação: 15 de julho de 2019.

8 (oito)	<ul style="list-style-type: none"> • Título: “Relâmpago que atingiu Rio Grande do Sul pode ter sido o maior da história”. • Endereço eletrônico: <https://super.abril.com.br/ciencia/relampago-que-atingiu-rio-grande-do-sul-pode-ter-sido-o-maior-da-historia/>. • Redator(a): Guilherme Eler. • Data de publicação: 14 de janeiro de 2020.
-----------------	--

Fonte: Elaboração própria.

6.2 Características gerais dos textos do *corpus*

Antes de apresentarmos a análise dos textos individualmente, é válido ressaltar alguns aspectos gerais referentes ao *corpus*. Essas características são comuns aos textos aqui analisados. Reservamos, então, o tópico 6.2 para refletir sobre elas.

A *Superinteressante* é uma revista que mescla a linguagem coloquializada e a linguagem técnica, a fim de seduzir o leitor para uma leitura que se mostra fluida e que agrega conhecimento à sua bagagem cultural. No início do Texto 1 (subtópico 6.3.1), por exemplo, o leitor poderá notar menção a uma teoria científica intitulada “Paradoxo de Olbers”, o que constitui linguagem técnico-científica; no entanto, a forma como essa informação é tratada na reportagem possui fluidez, como se pode observar no seguinte trecho: “[...] quando *olhamos para o alto*, vemos grandes quantidades de escuridão, e só *um ou outro pontinho brilhante aqui e ali*”. O uso de diminutivos e pronomes em primeira pessoa, além de constituir uma forma de escrever bem próxima da fala cotidiana, contribui para a aproximação entre a ciência e o leitor. Esse leitor, conforme mencionado anteriormente, seria, sobretudo, o jovem e o adulto jovem interessados por ciência, que podem, inclusive, interessar-se em seguir determinada carreira, tendo como um dos motivos causadores dessa decisão a própria leitura da revista. Não se pode subestimar, portanto, a força social modificadora que esse periódico possui na sociedade, principalmente, por tratar-se de uma revista popular.

Quando o redator da *Superinteressante* opta por utilizar linguagem popularizada, ele faz uso de conhecimentos linguísticos armazenados em sua memória (KOCH; ELIAS, 2012). Não só ele se vale de seus próprios conhecimentos, como ele infere, também, o que acredita

que será compreensível para o seu interlocutor, que, nesse caso, é o leitor da revista. Além disso, pode-se inferir que o objetivo mais contundente do periódico tenha a ver com a ampliação do conhecimento enciclopédico do leitor (KOCH; ELIAS, 2012), visto que, por tratar-se de uma revista de popularização da ciência, espera-se contribuir para o acúmulo de saber na mente do interlocutor, sendo essa bagagem cultural denominada por Koch e Elias (2012) de conhecimento enciclopédico (ou de mundo).

Além do conhecimento de mundo, há outros presentes nesse jogo de saberes entre a revista e o leitor. O conhecimento de textos, conforme mencionado por Koch e Elias (2012), tem a ver com o saber que os interlocutores possuem da própria constituição do texto em si, do gênero textual no qual o texto se enquadra etc. Para a Linguística Textual, analisar os gêneros textuais é uma forma íntegra de trabalhar o texto. Isso porque gêneros são formas de um texto se apresentar levando em conta aspectos socioculturais e contextuais (MARCUSCHI, 2008). No caso da revista, os leitores, sabendo tratar-se de reportagens que têm como objetivo popularizar a ciência, já esperam encontrar uma linguagem divertida e que lhes forneça conhecimentos novos, sendo esta, em alguns momentos, carregada, até mesmo, de efeito cômico, conforme se pode verificar na análise do Texto 7 do *corpus* (tópico 6.3.7). Ademais, o suporte no qual o texto está inserido também conta para a constituição de um gênero textual, podendo fazer parte dos conhecimentos de textos armazenados na memória dos interlocutores. A revista, que é significativamente reconhecida, é um suporte que pressupõe fluidez na leitura, uma vez que a própria se define como um periódico que tem como intenção passar informações de forma leve. É provável que o leitor, já sabendo dessa intencionalidade da revista, opte pela leitura desta. Outro fator relacionado ao conhecimento textual é que, em muitos momentos, é comum que o redator faça referências, dentro do texto, a alguma informação presente no título ou no subtítulo, o que denota seu conhecimento textual e linguístico, e também do leitor, visto que o autor se valerá do fato de o interlocutor provavelmente entender o que ele quer dizer antes de fazer suas escolhas textuais e linguísticas no momento de produção da reportagem.

O conhecimento linguístico é de extrema importância para a nossa análise, já que é justamente por causa dele que o produtor textual fará suas escolhas lexicais e gramaticais e, ainda, irá pressupor o que será acessível ao interlocutor. São exemplos disso: as brincadeiras realizadas com palavras de escrita e sonoridade semelhantes; as descrições nominais, visando a maior aproximação em relação ao leitor; as formações de anáforas associativas, indiretas e encapsulamentos anafóricos; as expressões fixadas pelo uso; os elementos dêiticos etc. Dessa

forma, pode-se dizer que o conhecimento mencionado está intimamente relacionado a nossa análise a respeito dos encapsulamentos anafóricos.

O último dos conhecimentos apresentados por Koch e Elias (2012) é o interacional, que faz com que o leitor perceba a intencionalidade do redator da revista (e do próprio periódico) em transmitir uma mensagem divertida e que acrescente cultura. Esse conhecimento diz respeito à negociação silenciosa entre redator e leitor, haja vista que, mesmo que os interlocutores não se conheçam pessoalmente, o produtor textual já pressupõe o que pode ser acessível ao leitor e o que será uma informação nova, optando, assim, pela mesclagem dessas informações. Ao escrever, o produtor faz escolhas linguísticas baseado em conhecimentos que utiliza intuitivamente e, às vezes, de forma consciente. O fato é que, ainda que utilize essas habilidades conscientemente, muitas vezes o redator não está atento aos motivos pelos quais acredita que o leitor compreenderá a escolha de uma determinada seleção lexical, demonstrando, então, que o conhecimento fica enraizado, sendo, quase sempre, utilizado de forma intuitiva.

Como se pode notar, os conhecimentos estão ligados entre si, sendo separados aqui, nesta análise, apenas para efeitos de teorização. O conhecimento interacional, por exemplo, está incluso no fato de o produtor textual optar por determinada quantidade e extensão textual que ele utilizará para transmitir determinada informação. Esse mesmo fator está relacionado ao conhecimento de texto, ou seja, ao gênero, visto que este determinará, também, a extensão da reportagem. Outro exemplo é a variedade linguística utilizada pelo redator, que estará relacionada à intencionalidade deste, que fará suas escolhas lexicais e gramaticais, como também estará ligada ao conhecimento linguístico partilhado entre locutor e interlocutor e ao conhecimento de texto, já que este determinará a variedade mais adequada à situação comunicativa. (KOCH; ELIAS, 2012)

Os textos do *corpus* apresentam uma preocupação do produtor textual em criar aproximação de si mesmo e da ciência com o leitor. No quinto parágrafo do Texto 1 (subtópico 6.3.1), percebemos a preocupação do produtor textual com o entendimento do leitor, além de ele se dirigir diretamente a este, conforme vemos no trecho a seguir: “Nessa altura do campeonato, *o leitor já deve ter percebido* que, enquanto a luz anda, o tempo passa”. Além de diálogo com o leitor, é comum, nos textos do *corpus*, em geral, o emprego de primeira pessoa do plural, denotando maior aproximação entre o redator e o leitor do texto, como em “Isso significa, em outras palavras, que *nós a observamos* da maneira como ela era 4 anos atrás, e vice-versa”. Outro fator comum, observado, é o emprego de vocábulos dêiticos, como no caso: “Pegue, por exemplo, a estrela mais próxima do Sol, adequadamente

batizada de Proxima Centauri. [...] Um alienígena hipotético, estudando a Terra de *lá*, veria um mundo em que Obama ainda é presidente dos EUA, e Dilma, do Brasil”. O dêitico “lá” é usado para retomar “Proxima Centauri”.

6.3 Análise dos dados de encapsulamento anafórico

As análises dos dados de encapsulamento anafórico da revista *Superinteressante* foram realizadas tendo como base os autores teóricos, entre outros, e os parâmetros de análise, mencionados no tópico 6.1 (“Procedimentos metodológicos”). A seguir, encontram-se os textos, na íntegra, e, logo em seguida a cada um dos textos, apresentamos suas respectivas análises.

6.3.1 Texto 1

SE O UNIVERSO É INFINITO, POR QUE O CÉU NÃO É TODINHO FORRADO DE ESTRELAS?

Bem-vindo ao paradoxo de Olbers, cuja resposta é uma viagem às origens do Universo

[...]

[1º parágrafo] Se o Universo é infinito, então o número de estrelas que ele contém também é infinito. E se o número de estrelas é infinito, então o céu deveria ser preenchido uniformemente por elas, sem nenhum vão. Mesmo assim, quando olhamos para o alto, vemos grandes quantidades de escuridão, e só um ou outro pontinho brilhante aqui e ali. Como é que pode?

[2º parágrafo] O enunciado mais célebre desse problema – e que acabou lhe dando nome – é do astrônomo Heinrich Olbers, em 1823. Mas o alemão está longe de ter sido o primeiro a propô-lo. Ao que consta, Edmond Halley (que batizou o cometa mais famoso do Sistema Solar) e Johannes Kepler já haviam percebido a contradição cósmica algumas centenas de anos antes dele.

[3º parágrafo] A física precisou avançar um bocado para encontrarmos uma explicação plenamente satisfatória para o devaneio de Olbers. Vamos a ela: para começo de conversa, a

luz, apesar de rápida – 1,08 bilhão de quilômetros por hora! –, não é instantânea. O Universo, até onde se sabe, tem 13,8 bilhões de anos de idade. A radiação de estrelas que estão muito distantes de nós ainda não teve tempo de alcançar nossos olhos, por mais rápida que ela seja.

[4º parágrafo] A distância que a luz percorre em um ano – 9,5 trilhões de quilômetros – é usada como unidade de medida por astrônomos. Se chama, naturalmente, “ano-luz”. Usando essa unidade de referência, a estrela mais distante que nós teoricamente podemos observar está a 13,8 bilhões de anos-luz da Terra – a radiação emitida por qualquer astro mais distante do que isso ainda precisará de mais alguns anos para nos alcançar (quem entende do assunto sabe que este número ainda não está *totalmente* correto por causa da expansão do Universo, mas calma: chegaremos a isso em um segundo).

[5º parágrafo] Nessa altura do campeonato, o leitor já deve ter percebido que, enquanto a luz anda, o tempo passa. Pegue, por exemplo, a estrela mais próxima do Sol, adequadamente batizada de Proxima Centauri. Ela está a 4,22 anos-luz de nós. Isso significa, em outras palavras, que nós a observamos da maneira como ela era 4 anos atrás, e vice-versa. Um alienígena hipotético, estudando a Terra de lá, veria um mundo em que Obama ainda é presidente dos EUA, e Dilma, do Brasil.

[6º parágrafo] Conforme aumenta a distância, aumenta a viagem no tempo. Do ponto de vista de ETs hipotéticos que vivessem ao redor de Antares (a mais ou menos 600 anos-luz), a Europa ainda está se recuperando da peste negra, e Cabral ainda não chegou ao Brasil. Uma criatura em Sirius (a 8 mil anos-luz) vê uma Terra selvagem, em que estão prestes a surgir as primeiras civilizações de respeito.

[7º parágrafo] Seguindo esse raciocínio, quando nós tentamos ver algo a 13,8 bilhões de anos-luz, na verdade estamos vendo a origem do cosmos. A infância do Universo, quando as primeiras estrelas ainda estavam por se formar. De fato, uma parcela pequena da interferência cinzenta que polui a tela da TV quando você está tentando sintonizar canais abertos é culpa da radiação cósmica de fundo: micro-ondas que foram emitidas na época do *Big Bang* e ainda estão nos alcançando. Não fique bravo, portanto, quando a Globo não pegar numa TV de tubo velha. É sua oportunidade de assistir ao vivo à gênese de tudo que existe.

Universo em expansão

[8º parágrafo] É importante entender que essas micro-ondas, originalmente, eram formas de radiação eletromagnética muito mais energéticas e nocivas. O *Big Bang* não foi um fenômeno agradável de assistir. Nos primeiros estágios de expansão, o Universo era um lugar com tanta matéria espremida em um espaço tão pequeno que tudo que existe, inclusive os átomos que hoje compõem o meu corpo e o seu, estavam aquecidos a temperaturas que deixariam a superfície de muita estrela contemporânea no chinelo. **Esse brilho da criação**, porém, se cansou depois de passar 13,8 bilhões de anos viajando pelos céus. Ele sofre um processo chamado *redshift*, e chega aqui capenga, respirando com a ajuda de aparelhos.

[9º parágrafo] Para entender *redshift*, é só lembrar do efeito Doppler. Sabe quando você está tentando dormir e passa um carro de polícia com a sirene ligada na rua? Conforme ele se afasta, o ruído diminui de volume e vai ficando distorcido, mais grave. Isso acontece porque as ondas sonoras que alcançam seu ouvido estão se movimentando na direção oposta do movimento do veículo.

[10º parágrafo] Como o som, a luz é uma onda. Os indícios da época do *Big Bang* que alcançam a Terra estão resistindo ao movimento de expansão do Universo no sentido contrário. É como tentar subir uma escada rolante que está descendo – até dá para chegar lá em cima, mas demora e é exaustivo. O que começou a carreira como um intenso raio-x ou raio gama chega a nós como uma discreta micro-onda. Todo astro distante o suficiente sofre um *redshift* pesado. A luz que vem de longe, além de vir do passado, vem cansada. Não consegue acender o céu todo da maneira como Olbers imaginou.

[11º parágrafo] É claro que há outros fatores em jogo, alguns um pouco mais práticos e simples de entender. Por exemplo: o céu seria bem mais brilhante se não fosse a enorme quantidade de poeira e gás no espaço interestelar – que bloqueia parcelas consideráveis da radiação de estrelas que seriam, em princípio, próximas e brilhantes o suficiente para serem vistas. Outros estão em um grau de brisa que não cabe nesse post. Para dar uma palhinha: como o Universo está em expansão, a parcela dele que podemos ver é maior hoje do que era no passado. Embora a luz só tenha tido 13,8 bilhões de anos para chegar aos nossos olhos, a região do céu que podemos ver, na prática, tem 45,6 bilhões de anos-luz de raio.

[12º parágrafo] Para não falar, é claro, no fato de que sequer sabemos se o universo é ou não infinito. Talvez a dúvida de Olbers nem se justifique – e o céu, na verdade, tenha um fim.

Análise do Texto 1

Antes do início das análises, informamos que os encapsuladores anafóricos estão marcados em negrito e sublinhados nos textos do *corpus* para fácil visualização. Logo no subtítulo do Texto 1, há presença de um sintagma nominal (“o paradoxo de Olbers”) fazendo remissão a todo o título. A escolha lexical simplesmente se trata do próprio nome científico dado a teoria exposta no título. Ao continuar a leitura do texto, o produtor aprofundará os conhecimentos do leitor ao que seria esse paradoxo. O subtítulo, portanto, nada mais é do que uma explicação a mais do que está contido no título e uma introdução do que será abordado, a seguir, no texto. O produtor textual se vale dos conhecimentos textuais e de gênero do leitor, a respeito do que seria um título e um subtítulo, para fazer esse jogo de palavra que envolve a remissão causada por um elemento presente em uma parte do texto (subtítulo) a outro trecho pertencente a outra parte do texto (título). Quanto à escolha vocabular do nome técnico, pode-se dizer que é de fácil entendimento para o leitor, uma vez que o título já apresenta uma informação, que, depois, surge denominada por meio do encapsulamento anafórico. O leitor, portanto, não fica alheio ao que seria o nome científico empregado no texto. Além disso, o produtor textual, ao escolher dar uma definição no título e sumariá-la por meio da nomeação técnico-científica no subtítulo, já contribui para a ampliação dos conhecimentos armazenados na memória do leitor.

O sintagma nominal não apresenta uso de pronome demonstrativo, pois subtítulos pressupõem um tamanho, literalmente, menor de vocábulos utilizados, além de apresentar o título através do subtítulo pressupondo que aquele se faz nitidamente presente aos olhos do leitor. Ou seja, por conta do tamanho compacto do subtítulo, pode-se dizer que a possibilidade do emprego de artigos definidos nos encapsuladores, em detrimento dos pronomes demonstrativos, é mais provável. Em outras palavras, seria excessivo o uso de um pronome demonstrativo.

No segundo parágrafo do Texto 1, percebemos que “desse problema” encapsula todo o parágrafo anterior, recategorizando-o no vocábulo “problema”. O leitor, a partir de conhecimentos prévios linguísticos e de mundo do que seria um “problema”, consegue compreender e compartilhar com o produtor do texto a ideia que quer ser transmitida por este ao utilizar essa palavra. Cabe lembrar, aqui, que as escolhas lexicais dos produtores textuais

não ocorrem de forma arbitrária, sendo, portanto, uma escolha condicionada por seus conhecimentos linguísticos e de mundo. No caso de “desse problema” (segundo parágrafo), há grau elevado de recategorização por englobar todo um trecho anterior, em um pequeno sintagma nominal, mas vale notar que a palavra “problema”, por si mesma, mostra-se menos carregada de sentido em relação ao dado que analisaremos adiante, também presente no segundo parágrafo do Texto 1. Isso demonstra que há fluidez entre o que seria mais ou menos recategorizador dentro dos próprios casos de encapsulamento, visto que o dado, analisado, a seguir, possui maior expressividade de sentido dentro do próprio sintagma nominal encapsulador. Ou seja, ele possui maior capacidade rotuladora.

Em “desse problema”, o vocábulo “problema” surge acompanhado do pronome demonstrativo dêitico “desse”, facilitando ao leitor a remissão ao trecho imediatamente anterior englobado pelo sintagma nominal encapsulador. É importante recordar que os pronomes demonstrativos são presença comum nos sintagmas encapsuladores. A escolha de pronomes demonstrativos para integrar o sintagma nominal está ligada ao caráter organizador dos encapsulamentos. Esse dado do *corpus* é um caso do que Cavalcante, Filho e Brito (2014, p. 95) chamam de dêitico textual. Segundo os autores,

[...] quando são utilizados dêiticos textuais do tipo “o parágrafo anterior”, por exemplo, dá-se um processo de retomada anafórica do referente que representa esse parágrafo. Especificamente neste caso, estamos diante de uma anáfora encapsuladora que desempenha também a função de dêitico textual, simultaneamente. Os dêiticos textuais, de acordo com Apothéloz (1995), exercem, por isso, uma função metatextual (e, poderíamos dizer mais amplamente, metadiscursiva), pois permitem a organização do espaço do texto e facilitam, assim, a orientação do receptor dentro dele.

Além da função como dêitico em uma anáfora, os pronomes demonstrativos também funcionam como organizadores textuais quando fazem remissão a uma informação já escrita no texto anteriormente e servem como ponto de partida para uma informação nova que virá adiante. Em outras palavras, eles funcionam como um elo que liga o eixo velho do texto ao novo (CONTE, 2003). Neste caso, observa-se que o pronome “desse” poderia ser substituído pelo artigo definido “o” sem grandes prejuízos de sentido, mas, de forma cognitiva e considerando o caráter dêitico do pronome, é possível dizer que sua presença contribui para a facilitação da remissão ao trecho encapsulado. É válido mencionar, também, que os encapsulamentos anafóricos, que costumam se apresentar em inícios de parágrafo, podem aparecer, também, até mesmo no fim de um parágrafo. Em “desse problema”, o encapsulador

surge no início do parágrafo, mas não exatamente no início, e faz parte de um sintagma nominal maior.

Ainda no segundo parágrafo do Texto 1, o trecho “a contradição cósmica” possui duas leituras: como anáfora direta ou encapsulador anafórico. No primeiro caso, “a contradição cósmica” retoma “desse problema”, tendo, portanto, maior nível de correferencialidade em relação ao caso analisado anteriormente (o encapsulamento propiciado por “desse problema”), pois funciona como um objeto anafórico que retoma, diretamente, um pequeno sintagma nominal localizado dentro do texto (“desse problema”), estando este, inclusive, no mesmo parágrafo, demandando um menor processamento cognitivo do leitor para o estabelecimento da relação entre o trecho retomado e o que o retoma. Ainda assim, é importante ressaltar que, neste caso, há uma construção lexical mais complexa, no próprio sintagma nominal “a contradição cósmica”, do que em “desse problema”. O núcleo do sintagma nominal (“contradição”) especifica o “problema” que havia sido mencionado anteriormente e, por este se tratar de uma problemática referente ao universo cósmico em que vivemos, o produtor textual opta pela adjetivação “cósmica”. Tudo isso é inferido pelo leitor, de forma automática, e o produtor do texto se vale dessa inferência ao fazer suas escolhas linguísticas.

Ainda que “a contradição cósmica” retome “desse problema” como anáfora direta, ela, concomitantemente, pode ser encarada pelo leitor como um encapsulador do parágrafo anterior, assim como ocorre com o sumariador “desse problema”. Isso porque o leitor, ao ler “a contradição cósmica”, pode retornar, por anáfora direta, ao trecho “desse problema”, mas, também, seria comum que, cognitivamente, fosse remetido de uma vez ao parágrafo anterior sem passar pelo sintagma “desse problema”, constituindo, assim, um caso de encapsulamento anafórico. É possível dizer que, cognitivamente, é mais provável que o leitor retorne diretamente ao primeiro parágrafo do Texto 1 sem precisar passar pelo outro caso de encapsulamento (“desse problema”). Isso porque, em vez de o leitor realizar maior trabalho mental retomando “desse problema” e, depois, lembrando o trecho ao qual “desse problema” faz referência, há maior possibilidade de que o leitor se volte, de uma vez, mais especificamente para o trecho onde se encontra a informação principal. O leitor realiza essa leitura de forma automática e não consciente, o que faz com que a mente opte pela opção menos trabalhosa e mais eficaz para sua compreensão do texto.

No caso de “a contradição cósmica”, as escolhas lexicais desse encapsulador, semanticamente, fazem menção, com a escolha da palavra “contradição”, ao paradoxo de Olbers, mencionado no subtítulo, e, com “cósmica”, ao próprio universo. Dessa forma, nota-se que não há escolha aleatória de vocábulos para integrarem o sumariador anafórico,

sobretudo no que diz respeito ao termo “contradição”. Em relação a esse dado do *corpus*, notamos que o produtor textual optou pelo uso de artigo definido “a” para integrar o sintagma nominal encapsulador, em vez de pronome demonstrativo. A substituição do artigo definido por pronome não acarretaria grandes prejuízos de sentido, mas é possível afirmar que a escolha do artigo tenha sido motivada pela posição do encapsulador, já quase no final do parágrafo, visto que, em encapsuladores que estão localizados em início de parágrafo, seria mais comum o uso de um pronome demonstrativo para remissão a parágrafo anterior.

Já no sétimo parágrafo do Texto 1, temos outro caso de encapsulamento, com “esse raciocínio” fazendo referência aos dois parágrafos imediatamente anteriores. Após explicitar toda uma ideia em que tenta explicar ao leitor uma determinada teoria científica, o produtor do texto opta por utilizar o vocábulo “raciocínio” para recategorizar e encapsular uma grande extensão de trecho anterior. É importante notar que a palavra “raciocínio” pressupõe que foi realizado trabalho mental do produtor textual em explicar uma teoria e do leitor em acompanhá-la. Essa escolha lexical pressupõe uma atividade que demandou determinado tempo e esforço para ser cognitivamente realizada.

Além disso, há uso do pronome demonstrativo “esse”. Observa-se que ele está incluído em um sintagma nominal que está presente em início de parágrafo. Relembramos que é muito comum que haja uso de pronomes demonstrativos em casos de encapsulamento, já que estes contribuem para que o leitor do texto localize de forma mais efetiva o trecho que o autor do texto quer englobar. Neste caso, é utilizado o pronome demonstrativo “esse”, muito utilizado pela norma culta formal para a remissão anafórica a grandes trechos prévios nos textos.

No oitavo parágrafo do Texto 1, o sintagma “[...] Esse brilho da criação”, presente em início de oração, remete a um trecho do período anterior, localizado no mesmo parágrafo: “[...] tudo que existe, inclusive os átomos que hoje compõem o meu corpo e o seu, estavam aquecidos a temperaturas que deixariam a superfície de muita estrela contemporânea no chinelo”. Os vocábulos “brilho” e “criação” mais uma vez evidenciam que não há escolha lexical arbitrária por parte do produtor textual. Enquanto o primeiro faz menção à temperatura elevada desses átomos, o segundo se refere ao fato de isso estar relacionado ao *Big Bang*, nome dado ao período do surgimento do universo, a partir de uma explosão acarretada pelas altas temperaturas de corpos celestes que estavam comprimidos, causando, assim, expansão de novos corpos cósmicos formados pela explosão.

Há uso, no sintagma “[...] Esse brilho da criação”, de pronome demonstrativo. Note que a substituição dele por artigo definido “o”, mesmo remetendo a um trecho imediatamente

anterior, provavelmente causaria confusão ao leitor, que poderia ser perguntar “a que se refere *brilho da criação?*”. Assim, o produtor emprega o pronome “esse”, facilitando a compreensão leitora. O uso do pronome demonstrativo, portanto, não se dá por acaso. Ainda neste dado do *corpus*, o encapsulador está presente quase em fim de parágrafo, contudo ele não retoma um parágrafo anterior, mas um trecho imediatamente anterior presente no mesmo parágrafo.

6.3.2 Texto 2

FOGUETE DA SPACEX SERÁ LANÇADO HOJE – LEVANDO UM CATADOR DE LIXO ESPACIAL

Gadget irá usar uma rede e um arpão para tentar pegar pedaços de entulho que estão na órbita da Terra e ameaçam a Estação Espacial Internacional

[...]

[1º parágrafo] O dispositivo se chama RemoveDebris (“removedor de entulho”, em inglês), e irá ao espaço em um foguete Falcon 9, da SpaceX, cujo lançamento está marcado para hoje às 17h30, na Flórida. O objetivo principal **da missão** é carregar 2 toneladas de suprimentos até a Estação Espacial Internacional – cuja segurança o RemoveDebris irá ajudar a defender.

[2º parágrafo] Estima-se que haja 7.600 toneladas de lixo espacial na órbita terrestre. São 750 mil peças e fragmentos de satélites, que se deslocam a mais de 40 mil km/h e podem causar danos sérios à ISS (em 2016, uma janela da estação chegou a trincar após ser atingida por um deles).

[3º parágrafo] O coletor de lixo foi desenvolvido pela Universidade de Surrey (Inglaterra) em parceria com a Airbus, pesa 100 kg e tem o tamanho de uma caixa grande (mede 55 × 55 × 76 cm). Ele será levado por uma cápsula Dragon, da SpaceX, até a Estação Espacial, onde será pinçado e liberado por um braço mecânico.

[4º parágrafo] O RemoveDebris se deslocará na órbita terrestre, e soltará um pequeno satélite – que fará o papel de lixo de espacial, e ele tentará capturar usando uma rede e um arpão. Ao final **da missão**, o catador de lixo acionará uma segunda rede, que o fará reentrar na atmosfera

terrestre, onde ele e o lixo espacial serão queimados. Se **o teste** der certo, o dispositivo poderá ser produzido e liberado em grande escala para ajudar a limpar a órbita da Terra. [...]

Análise do Texto 2

No primeiro parágrafo do Texto 1, o encapsulador anafórico “a missão” faz remissão ao título, ao subtítulo e a períodos imediatamente antecedentes do primeiro parágrafo, valendo-se do uso de uma expressão comum no meio de trabalho retratado na reportagem da *Superinteressante*: as pesquisas espaciais. Antes de uma maior abordagem sobre esse encapsulador, gostaríamos de mencionar as ligações semânticas e linguísticas estabelecidas entre título, subtítulo e primeiro parágrafo do texto.

Enquanto o título apresenta, de forma sucinta, um dispositivo e o trabalho a ser realizado por este, o subtítulo especifica esse trabalho a ser realizado, dando mais informações do que o título, além de introduzir o assunto que será abordado no texto. Vale notar que, no título, há uma descrição nominal (“um catador de lixo espacial”), que é retomada, através de anáfora direta, por “*gadget*” no subtítulo, formando um jogo de palavras entre o título e o subtítulo. Já no primeiro parágrafo, há presença do sintagma nominal “o dispositivo” retomando, também por anáfora direta, a palavra “*gadget*”, localizada no subtítulo, demonstrando mais uma vez a ligação entre as partes do texto realizada pelo produtor textual, a qual o gênero permite que seja realizada. Ao realizar essas escolhas linguísticas, o produtor se vale da compreensão do leitor a respeito dessas partes do texto (conhecimento de textos). Para concluir essa reflexão, observamos que o trecho “o dispositivo” (sujeito de uma oração), que retoma “*gadget*” por anáfora direta, dará prosseguimento ao texto e, a partir de seu predicado, irá apresentar o nome do tal *gadget*: *RemoveDebris*. Há, portanto, na primeira frase do primeiro parágrafo, mais informações sobre o dispositivo, que complementam o que foi dito sobre ele no subtítulo.

Sobre o encapsulador “a missão” (primeiro parágrafo), nota-se que engloba toda a parte anterior do texto, incluindo título, subtítulo e trechos anteriores do primeiro parágrafo. Dessa forma, “a missão” faz menção a toda a viagem, que tem como objetivo principal levar alimentos até a Estação Espacial Internacional e que, para isso, contará com o auxílio desse dispositivo coletor de lixo espacial. Sobre o uso de artigo definido no sintagma nominal “a missão”, pode-se dizer que poderia ser substituído por pronome demonstrativo sem prejuízo de sentido. Além disso, apesar de estar localizado no meio do parágrafo, ele retoma trechos imediatamente anteriores, incluindo o título e o subtítulo.

No quarto parágrafo, há presença de outro encapsulador anafórico “a missão” remetendo a um trecho imediatamente anterior dentro do mesmo parágrafo. O sintagma “a missão” atua como um organizador textual, que tem como função situar o leitor a respeito das informações que estão sendo repassadas pelo autor do texto, além de introduzir outra série de informações que surgem logo após. É importante observar que o sentido é o mesmo em relação ao primeiro encapsulador que utilizou o núcleo “missão”. Neste segundo dado, “missão” também se refere a toda a viagem, da qual o dispositivo fará parte. Inferimos disso, portanto, que a escolha lexical realizada pelo produtor do texto não foi aleatória. Logo após, no mesmo parágrafo, há presença do encapsulador “o teste”, remetendo a todo o trecho anterior do parágrafo, incluindo o trecho em que está presente o encapsulador “a missão”. O sumário “o teste” engloba, conforme bem evidenciado pela escolha lexical do produtor textual, verificar como se dará o funcionamento do aparelho no espaço ao recolher lixo espacial, incluindo a sua entrada na atmosfera após a coleta.

Além disso, “teste” também funciona como organizador textual, ocupando, desta vez, posição de sujeito em uma oração condicional, dando espaço para que o produtor do texto mencione o que poderia acontecer se determinada hipótese se realizasse. Trata-se de um encapsulador que retoma dois períodos imediatamente antecedentes do mesmo parágrafo.

Ainda sobre o sentido das palavras “missão” e “teste”, apresentamos algumas definições do dicionário *Michaelis* para aprofundar a reflexão acerca da escolha lexical adotada pelo produtor do Texto 1. Ao consultar o dicionário, encontramos, entre outras, estas definições para o vocábulo “missão”: “Tarefa que é dever de alguém realizar; encargo, incumbência” e “Aquilo que se tornou responsabilidade de alguém; compromisso imposto ou adquirido, obrigação”²⁶. Podemos considerar, portanto, partindo dessas definições e da inferência do uso da palavra no texto da *Superinteressante*, que o termo em questão, no caso de viagens espaciais, é utilizado para se referir a tarefas que possuem um objetivo, o qual deve ser cumprido. Já a palavra “teste” tem, entre suas acepções encontradas no dicionário, os significados de “Exame crítico ou prova das qualidades de uma pessoa ou coisa” e “Processo de investigação da autenticidade ou precisão de fatos, afirmações etc.; ensaio, verificação”²⁷. A partir disso, podemos relacionar os sentidos do vocábulo “teste” extraídos do dicionário com o que é adotado no texto, o qual menciona um catador de lixo espacial que terá a funcionalidade experimentada, verificada, examinada, isto é, testada.

26 Definições de “missão”. *Dicionário Michaelis*. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/miss%C3%A3o/>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

27 Definições de “teste”. *Dicionário Michaelis*. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/palavra/b9zb7/teste-2/>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

6.3.3 Texto 3

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ENCONTRA 6.000 NOVAS CRATERAS NA LUA

Bastou alimentar a inteligência artificial com dados sobre crateras já observadas e esperar que ela encontrasse milhares de outras crateras desconhecidas

[...]

[1º parágrafo] Não é difícil adivinhar qual é o maior desafio da astronomia: o espaço é grande demais para ser observado. Por isso, a inteligência artificial foi abraçada tão rapidamente pelos cientistas da área. Este mês, pesquisadores de universidades de Toronto, no Canadá, e da Pensilvânia e de Arizona, nos EUA, usaram a mesma tecnologia de visão de IA usadas em carros autônomos para identificar 6.000 novas crateras na Lua.

[2º parágrafo] O nome da ferramenta é rede neural convolucional (CNN, na sigla em inglês) e é a mais eficiente hoje em dia para classificação de dados visuais. Bastou que os pesquisadores alimentassem a inteligência artificial com dados sobre crateras lunares já identificadas para ela fazer um mapeamento inédito.

[3º parágrafo] Se você ficou com a impressão de que isso não é lá grande coisa, não se sinta mal. Realmente, apesar de nunca terem sido localizadas, era de se esperar que a Lua tivesse outras milhares de crateras. O que é realmente importante para a ciência é descobrir uma maneira de automatizar **este tipo de observação** que, até hoje, era feita somente por humanos.

[4º parágrafo] A tecnologia pode auxiliar os astrônomos na coleta de dados visuais superficiais enquanto eles se concentram em processar outras informações da região que está sendo estudada. O Universo é bem grande, mas agora os astrônomos ganharam reforços para explorá-lo.

Análise do Texto 3

O encapsulamento anafórico “este tipo de observação” (terceiro parágrafo) apresenta a escolha lexical “observação”, um termo comum na área das ciências no que diz respeito à realização de experiências, sobretudo em relação ao campo da Astronomia, que lida com

observação do espaço sideral. Além disso, a escolha de “tipo” demonstra que a experiência faz parte de um determinado conjunto de experiências que possuem características em comum, ou seja, observar corpos celestes. Pode-se dizer, também, que construções como “este tipo de” são muito comuns no cotidiano dos leitores, o que facilita a leitura destes.

É interessante, no caso do encapsulador “este tipo de observação”, que ele não engloba um trecho textual localizado exatamente antes do encapsulamento; ele sumariza um grande trecho um pouco mais precedente no espaço textual, sendo este composto pelos seguintes períodos do primeiro e do segundo parágrafo:

Este mês, pesquisadores de universidades de Toronto, no Canadá, e da Pensilvânia e de Arizona, nos EUA, usaram a mesma tecnologia de visão de IA usadas em carros autônomos para identificar 6.000 novas crateras na Lua.

O nome da ferramenta é rede neural convolucional (CNN, na sigla em inglês) e é a mais eficiente hoje em dia para classificação de dados visuais. Bastou que os pesquisadores alimentassem a inteligência artificial com dados sobre crateras lunares já identificadas para ela fazer um mapeamento inédito.

Este dado do *corpus* evidencia que o encapsulamento não necessariamente engloba o que está exatamente antes dele. Nesse exemplo, o leitor se vale de uma atividade cognitiva complexa, tendo sua atenção imediatamente direcionada para o trecho pretendido pelo produtor textual. O redator do texto sabe que, ao utilizar o encapsulamento, o leitor será remetido à parte do texto pretendida por ele, e isso realmente se mostra evidente no ato de leitura do texto. Há aqui conhecimentos linguísticos e textuais complexos por parte dos falantes de língua portuguesa no ato de compreensão e produção do texto.

Além disso, o encapsulador contém um pronome demonstrativo, sendo os pronomes demonstrativos muito frequentes em dados de anáforas encapsuladoras, visto que contribuem para que o leitor se situe dentro de um determinado texto, sendo o pronome, portanto, um organizador textual. É interessante observar que, mesmo não retomando um trecho imediatamente anterior, é empregado o uso de pronome demonstrativo “este”, que, na norma culta formal da língua, não seria utilizado em função anafórica para retomar um trecho mais distante, sendo esta função pertencente ao pronome “esse” e suas variantes. De acordo com a norma culta formal, o pronome demonstrativo “este”, e suas variantes “estes, esta, estas”, são usados, anaforicamente, para retomada e remissão a trechos e elementos imediatamente próximos a ele. Ademais, a substituição do pronome demonstrativo por artigo definido “o” poderia causar estranhamento ao leitor, denotando uma relação mais fixa entre o pronome e o vocábulo “tipo”, neste dado.

Vale ressaltar também que não só o encapsulamento aqui estudado engloba o trecho citado, mas também há um pronome demonstrativo (“isso”), presente no início do último parágrafo do exemplo, que, sozinho, exerce função encapsuladora. Nesta pesquisa, tratamos apenas de anáforas encapsuladoras que rotulam e resumizam trechos anteriores através de escolhas lexicais materializadas em sintagmas nominais, mas é importante notar os casos de pronomes demonstrativos que, apesar de possuírem função menos recategorizadora do que os casos aqui estudados, funcionam, sozinhos, como encapsuladores e são um campo rico para estudos dentro da Linguística Textual, já tendo sido inclusive mencionados por autores como Mônica Cavalcante (2014) e Denis Apótheloz (2003).

6.3.4 Texto 4

TELESCÓPIO HUBBLE ENXERGA A ESTRELA MAIS DISTANTE JÁ VISTA PELA HUMANIDADE

Batizado de Icarus, o astro está tão distante que sua luz levou 9 bilhões de anos para chegar à Terra. E **a descoberta** foi feita por acidente

[...]

[1º parágrafo] Desde que foi lançado, no começo dos anos 90, o telescópio Hubble é o queridinho de cientistas do mundo inteiro. Por ficar no espaço, ele está livre de interferências da atmosfera terrestre e consegue as melhores imagens do universo. Nesta semana, ele foi responsável por mais um feito: encontrou a estrela mais distante já vista pela humanidade.

[2º parágrafo] Batizado oficialmente de MACS J1149+2223 Lensed Star 1, mas também conhecido como Icarus, o astro fica a nove bilhões de anos-luz da Terra. O mais interessante é que **a descoberta** foi feita por acidente. Os pesquisadores da Universidade de Berkeley, na Califórnia, estavam usando o Hubble para observar um aglomerado de galáxias quando notaram uma luz ao fundo da imagem. Era Icarus dando oi.

[3º parágrafo] As imagens foram registradas em abril de 2016, mas só agora foi possível dizer com certeza o que o brilho significava. Para ver a imagem em alta resolução, clique aqui.

[4º parágrafo] Descobrir estrelas isoladas é uma coisa rara de acontecer, principalmente por conta do brilho fraco que elas emitem. Neste caso, houve um fenômeno que trabalhou a favor dos pesquisadores – a chamada “lente gravitacional”. Quando isso acontece, o brilho de uma estrela é ampliado pela gravidade de um aglomerado de galáxias. O universo jogou a favor.

[5º parágrafo] Os cientistas acreditam que Icarus morreu há muito tempo, já que o que foi observado é uma imagem de 9 bilhões de anos. Se considerarmos que o universo tem cerca de 13,8 bilhões de anos, o astro estaria a 3/4 do caminho do *Big Bang*. Além disso, ele está 100 vezes mais longe do que a estrela individual mais distante que já havia sido observada.

Análise do Texto 4

No subtítulo, há presença do encapsulador anafórico “a descoberta”, fazendo remissão a todo o título. Este dado evidencia a possibilidade de o produtor textual conectar partes integrantes do gênero textual reportagem. Há, portanto, conhecimento do gênero do texto por parte dos interlocutores – tanto do produtor, quando constrói o texto, quanto do leitor, em sua compreensão leitora. A escolha vocabular de “descoberta” nada mais é do que o vocábulo em seu sentido mais literal para se referir ao que de fato o texto apresenta, que é uma descoberta científica. Já a presença de artigo definido “o” em lugar de pronome demonstrativo pode ser atribuída ao caráter sucinto e resumitivo de um subtítulo. Poderia haver substituição por pronome demonstrativo, mas isso poderia causar estranhamento, dada a quebra desse viés resumitivo do subtítulo.

Já no segundo parágrafo, temos novamente o sintagma nominal “a descoberta”, dessa vez encapsulando o trecho “[...] encontrou a estrela mais distante já vista pela humanidade”, uma parte final do primeiro parágrafo. A semântica é a mesma da presente no encapsulador do subtítulo. Nesse caso, a substituição por pronome demonstrativo não causaria prejuízo de sentido. Além disso, esse sumarizador se apresenta em meio de parágrafo, retomando um trecho mais precedente no texto, e não imediatamente anterior.

6.3.5 Texto 5

A NASA QUER ENVIAR O SEU NOME AO SOL

Tudo que você precisa fazer é acessar o site [da missão](#) e preencher um cadastro simples

[...]

[1º parágrafo] O auge da carreira do ator William Shatner foi com a série de ficção científica *Star Trek*, interpretando James T. Kirk, capitão da nave Enterprise. Depois disso, ele experimentou uma longa decadência fazendo pontas em diversos filmes, até o dia em que foi chamado para estreitar a série *Boston Legal*, onde chegou a ganhar dois Emmys. Para o grande público, de qualquer forma, Shatner sempre será o capitão Kirk.

[2º parágrafo] Por isso, ele foi chamado para ser o garoto propaganda da nova missão da NASA: enviar uma sonda para estudar o Sol como nunca foi feito antes. Mas não só isso. No vídeo divulgado pela agência, William explica que o equipamento levará consigo um microchip com o nome de milhões de terráqueos – e o seu pode ser um deles.

[3º parágrafo] Para participar [desta jornada nas estrelas](#), basta acessar o site oficial da missão e fazer o seu cadastro até o dia 27 de abril. Nós fizemos [o teste](#) e todo o processo durou menos de 10 minutos para ser concluído.

[4º parágrafo] A missão se chama Parker Solar Probe, em homenagem a Eugene Parker, um astrofísico aposentado da Universidade de Chicago, e será lançada no Kennedy Space Center, na Flórida, entre 13 de julho e 19 de agosto. A sonda (e nossos nomes) irá orbitar o sol durante sete anos coletando informações. O principal objetivo dos cientistas é descobrir como os ventos solares são acelerados.

[5º parágrafo] Para aguentar as temperaturas brutais a que será submetida, a sonda foi equipada com um escudo de carbono com 11 cm de espessura. Já o microchip com os nomes é uma ação de divulgação científica para incentivar o interesse das pessoas em explorações espaciais. Parece que funcionou: até o momento, mais de três milhões de nomes já foram incluídos na lista.

Análise do Texto 5

No subtítulo, há presença do encapsulador anafórico “a missão”, fazendo remissão a todo o título da reportagem. O vocábulo é comum em se tratando de contextos de viagens espaciais. O produtor do texto se vale da escolha dessa palavra para se referir ao fato de a NASA enviar uma sonda com nomes de pessoas ao Sol, conforme mencionado no título. A escolha de artigo definido pode ser atribuída, como em outros dados de encapsulamentos presentes em subtítulos, ao caráter resumitivo dessa parte do texto. A troca por pronome demonstrativo não acarretaria mudanças significativas no sentido.

O terceiro parágrafo apresenta dois casos de encapsulamentos. No primeiro caso (“desta jornada nas estrelas”), as escolhas lexicais do produtor textual revelam intertextualidade. O autor do texto realiza uma brincadeira, ao fazer determinadas escolhas lexicais para se referir à missão da NASA, motivado pelo fato de que o garoto-propaganda escolhido é um ator da série *Star Trek* (em português, *Jornada nas Estrelas*). Ou seja, o redator se vale de um uso de intertextualidade/alusão utilizando a tradução do nome da série cinematográfica *Star Trek* para fazer uma brincadeira, tornando o texto mais coloquial e aproximando a informação científica do leitor, que não, raramente, pode ser um fã da série de filmes mencionada. O texto menciona o ator William Shatner, que fez parte dos filmes, sendo, pois, compreensível que o produtor do texto se valha disso para fazer uma associação de ideias. Cabe mencionar que essa é uma notável estratégia argumentativa, que pode funcionar como método de persuadir o leitor a participar de determinada experiência, demonstrando, assim, a presença, inclusive, de discurso publicitário dentro dos textos do *corpus*.

O encapsulador está em início de parágrafo e faz remissão completa ao imediatamente anterior. Além disso, o pronome demonstrativo, associado à preposição “de” (“desta”), poderia ser substituído pela preposição “da” (preposição “de” + artigo definido “a”) sem prejuízo no sentido. Por fim, o encapsulador funciona como um organizador textual, dando prosseguimento ao texto.

O segundo caso de encapsulamento do terceiro parágrafo (“o teste”) apresenta escolha vocabular de “teste” para fazer menção ao primeiro período do parágrafo, sendo este um antecedente imediato: “Para participar desta jornada nas estrelas, basta acessar o site oficial da missão e fazer o seu cadastro até o dia 27 de abril”. A escolha dessa palavra, portanto, demonstra que ela foi utilizada para se referir ao processo de cadastro realizado no site que leva à participação da missão da NASA. Quanto ao artigo definido do encapsulador, não haveria prejuízo no sentido, se substituído por pronome demonstrativo. É importante observar

que “todo o processo” (terceiro parágrafo) também pode ser encarado como encapsulador, remetendo ao mesmo trecho de “o teste”, mas, cognitivamente, é mais provável que funcione como anáfora direta de “o teste”. O mesmo ocorre com “a missão” (terceiro parágrafo), que poderia remeter a trecho precedente, mas é mais provável que retome “desta jornada nas estrelas”.

6.3.6 Texto 6

AFINAL, A FUMAÇA QUE DEIXOU SÃO PAULO NO ESCURO VEIO MESMO DA AMAZÔNIA?

Institutos de pesquisa divergem sobre o tamanho da influência de incêndios da região norte no fenômeno. Mas uma coisa é certa: queimadas mudam, sim, o céu de cidades pelo Brasil.

[...]

[1º parágrafo] Na última segunda-feira (19), a cidade de São Paulo experimentou algumas horas de escuridão já no meio da tarde. Próximo às 15h, o céu ficou preto, como se alguém tivesse desligado o Sol – o que motivou diversas postagens nas redes sociais.

[2º parágrafo] O fenômeno foi explicado por uma combinação atípica: a chegada de uma frente fria vinda do litoral do estado (que trouxe umidade do oceano), nuvens baixas carregadas e, principalmente, a presença de névoa seca. Com partículas de detritos em suspensão, essa camada densa impedia a chegada de luz do Sol e prejudicava a visibilidade.

[3º parágrafo] Para notar a tal frente fria, bastava olhar os termômetros. Segundo o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia), na tarde do domingo (18), a temperatura às 15h era de 28,4°C. No mesmo horário do dia seguinte (19), registrou-se 15,3°C – um declínio de 13°C. Isso deixou o dia encoberto e com garoa em diferentes cidades do estado de São Paulo já no começo da segunda-feira. Mas faltava entender a origem da camada densa, que fez o dia virar noite.

[4º parágrafo] Institutos brasileiros de pesquisa climática deram explicações diferentes para o problema. De acordo com o Climatempo, a fumaça originada por queimadas na região amazônica teria sua parcela de culpa no problema. Em texto assinado pela meteorologista

Josélia Pegorim, o instituto atribui **o fenômeno** a “grandes focos de queimadas que há vários dias são observados sobre a Bolívia, em Rondônia, no Acre e no Paraguai”.

[5º parágrafo] Segundo o documento, a passagem da frente fria fez o vento de camadas mais altas da atmosfera (entre mil metros e 5 mil metros de altitude) mudar de direção. Com isso, a fumaça acabou “direcionada para o estado de São Paulo, mas também para a região sul de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná”. O texto destaca, ainda, que o satélite Terra/MODIS, operado pela Nasa, detectou que uma grande quantidade de fumaça vinda da Bolívia e de Rondônia se encaminhava ao sul do Brasil no dia 17 de agosto. A fumaça, antes concentrada do sul do país, teria ganhado Paraná e Mato Grosso do Sul e alcançado São Paulo no dia 19 de agosto – justamente quando a tarde ficou escura na capital paulistana.

[6º parágrafo] Especialistas do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), no entanto, deram uma explicação diferente: a formação de nuvens baixas e densas já seria suficiente para explicar o céu preto. A influência dos incêndios, e do corredor de fumaça que eles formaram no centro-sul, foi descartada pelo instituto: “O vento até pode trazer essa fumaça de queimadas, mas teria que ser bem intenso o incêndio. Geralmente, isso ocorre mais com fumaça de vulcões”, afirmou Caroline Vidal, meteorologista do Inpe, em entrevista ao G1.

[7º parágrafo] Para meteorologistas do Inmet, porém, partículas de fumaça teriam, sim, culpa no cartório. Mas não somente as que vieram da região norte do país. Segundo o órgão, foram as queimadas entre a Bolívia e o Paraguai que transportaram a maior parte da fumaça até os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo – restringindo a visibilidade no céu da capital paulistana.

[8º parágrafo] “Parte deste material é de origem local e oriundo da Amazônia, mas outra parte considerável, talvez a predominante, de queimadas de grandes proporções, originadas nos últimos dias perto da tríplice fronteira [Bolívia, Paraguai e Brasil], próximo da região de Corumbá, no Pantanal Sul-Mato-Grossense”, disse o Inmet, em nota técnica enviada à SUPER. Dados do Inpe mostram que entre os dias 17 e 18 de agosto, foram contabilizados 180 focos de incêndio em Corumbá. Nenhum outro lugar do país queimou tanto no mesmo período.

[9º parágrafo] Um fenômeno parecido ao que paulistas experimentaram na última segunda é comum no centro-oeste e norte do país. Não só no Mato Grosso do Sul, mas também em Mato Grosso, Acre, Rondônia, sul do Pará e Maranhão, segundo destaca o Climatempo, isso se repete com frequência sobretudo no fim do inverno. A época costuma ser marcada por grande

número de queimadas, que espalham fumaça pela região. A ausência de chuvas faz o ar ficar seco e quase sem nuvens – o que contribui para esconder o Sol e deixar o céu com tons mais opacos.

[10º parágrafo] Ainda assim, o fato é que as análises definitivas sobre o que causou a escuridão em São Paulo só devem sair nos próximos dias. “Nenhuma das duas hipóteses [incêndios na Amazônia ou na região do Pantanal] podem ser conclusivas. Se isso tem totalmente a ver, qual o percentual representa, é algo que ainda precisa ser estudado”, disse Marcelo Schneider, meteorologista do Inmet, à SUPER.

[11º parágrafo] O ano de 2019 já soma mais de 71 mil focos de incêndio, segundo o Programa Queimadas do Inpe – um aumento de 82% em relação a 2018. É o maior número registrado no país em 7 anos de medições.

Análise do Texto 6

No subtítulo, há presença do encapsulador anafórico “o fenômeno”. A escolha vocabular denota uma opção lexical muito associada a contextos meteorológicos, do qual o assunto da matéria faz parte. Pode-se dizer que o encapsulador remete a parte do título (“[...] a fumaça que deixou São Paulo no escuro [...]”), e não ao título inteiro, já que se trata de uma pergunta sobre o tal fenômeno, que é São Paulo ter sido coberto por uma fumaça, prejudicando a visibilidade de quem estava na região. Quanto ao emprego de artigo definido, mais uma vez notamos a opção por artigo em detrimento de pronome demonstrativo, quando o encapsulador está no subtítulo.

É interessante observar a função do pronome relativo “o que” como encapsulador no segundo parágrafo do texto. Neste trabalho, optamos por analisar sintagmas nominais, mas é interessante que estudos sejam realizados não só sobre casos em que pronomes demonstrativos funcionam sozinhos como encapsuladores, mas também sobre pronomes relativos (“o que”) com essa função, visto que estes são encontrados em textos com função sumarizadora. Neste caso, “o que”, justamente por ser um pronome relativo, retoma um trecho imediatamente anterior: “Próximo às 15h, o céu ficou preto, como se alguém tivesse desligado o Sol”. Há outro caso como este no nono parágrafo do texto.

No segundo parágrafo, novamente há escolha lexical de “o fenômeno” para remeter a um trecho anterior que trata da escuridão na cidade de São Paulo ocasionada pela fumaça. O encapsulador remete ao trecho presente no primeiro parágrafo: “Na última segunda-feira (19),

a cidade de São Paulo experimentou algumas horas de escuridão já no meio da tarde. Próximo às 15h, o céu ficou preto, como se alguém tivesse desligado o Sol”. Optamos por retirar da remissão a parte que menciona postagens em redes sociais, já que o vocábulo “fenômeno” não se liga a essa informação. Ademais, não haveria prejuízo de sentido em caso de substituição por pronome demonstrativo. O encapsulador, portanto, funciona com organizador textual, uma vez que serve como ponto de partida para o acréscimo de mais informações a respeito do fenômeno mencionado.

No quarto parágrafo, há presença do encapsulador “o problema”. Pode-se dizer que ele está retomando um trecho do parágrafo anterior: “[...] camada densa, que fez o dia virar noite”. Neste dado, nota-se a atribuição do sentido de “problema” ao ocorrido, pois a presença de fumaça pressupõe poluição, incêndios, entre outros fatores negativos ao meio ambiente. Não haveria prejuízo de sentido na mudança de artigo definido “o” para pronome demonstrativo.

Ainda no quarto parágrafo, podemos atribuir ao outro caso de “o problema” e ao caso de “o fenômeno” a função de encapsuladores também do trecho “[...] camada densa, que fez o dia virar noite”. Em nenhum dos casos haveria mudança relevante de sentido por meio da troca por pronome demonstrativo. Já o vocábulo “fenômeno” surge sendo utilizado novamente no texto para se referir à problemática ocorrida em São Paulo, assim como ocorre com a palavra “problema”, que é empregada mais de uma vez pelo produtor textual para se referir ao acontecimento.

6.3.7 Texto 7

O QUE É A ÁREA 51, QUE 1 MILHÃO DE PESSOAS QUEREM INVADIR PARA “CAÇAR ETS”

Até a Força Aérea americana se pronunciou sobre o evento de Facebook que propôs uma
"invasão" à base. Mas afinal, o que é que tem lá?

[...]

[1º parágrafo] A Área 51 é a Meca das especulações ufológicas. Recentemente, ela voltou aos holofotes graças a uma inusitada proposta: a de reunir todos aqueles que “questionam” os propósitos da base aérea americana para uma visita forçada às premissas.

[2° parágrafo] Essa “ideia” surgiu na última sexta à noite e invadiu a internet no fim de semana. Se você estava pelo Twitter nos últimos dias, com certeza deve ter se deparado com algum *meme* sobre o assunto.

[...]

[3° parágrafo] Bem, essa maluquice toda começou quando a *streamer* de *video-games* SmyleeKun achou que seria uma boa ideia criar um evento no Facebook propondo uma invasão em massa à Área 51 para “resgatar alienígenas”. Se todo mundo que interagiu com o evento aparecesse lá, seriam 2 milhões de pessoas indo até o remoto Condado de Lincoln, em Nevada, com o único propósito de invadir essa misteriosa área.

[4° parágrafo] Com o nome “Assalto a Área 51, eles não podem deter todos nós”, o evento marca para 20 de setembro a realização dessa empreitada. E, na descrição, elabora até um plano de ação: “Todos nos encontraremos na atração turística *Área 51 Alien Center* e coordenaremos nossa entrada. Se corrermos como o Naruto, podemos nos mover mais rápido que as balas deles. Vamos ver uns *aliens*”.

[5° parágrafo] É claro que, mesmo em um evento normal, os números do Facebook não costumam corresponder à quantidade de gente disposta a aparecer de verdade. E a própria linguagem do evento deixa transparente que ele não tem a intenção de ser levado a sério.

[6° parágrafo] Só que a história ganhou uma dimensão bem mais interessante (e ainda mais engraçada) quando a própria Força Aérea dos Estados Unidos, a responsável oficial pela Área 51, resolveu se pronunciar sobre o assunto.

[...]

[7° parágrafo] A porta-voz da Força Aérea, Laura McAndrews, disse, ao *Washington Post*, que não apenas as autoridades sabiam do evento, como também estavam preparadas para reagir: “[a Área 51] é um campo de treinamento aberto para a Força Aérea dos EUA, e nós desencorajamos qualquer um de tentar entrar na área onde treinamos as forças armadas americanas. A Força Aérea dos EUA sempre está pronta para proteger os EUA e seus ativos”.

Mas, afinal, o que é que tem na Área 51?

[8º parágrafo] A Área 51 nada mais é que uma base militar de segurança máxima, localizada no meio do deserto de Nevada, nos Estados Unidos, a 133 km de Las Vegas. Embora a instalação não seja acessível ao público, a região ao redor da Área 51 é um destino turístico popular, repleto de hotéis, museus e restaurantes com temática alienígena – em 1996, inclusive, Nevada trocou o nome da rodovia Rota 375 para “*Extraterrestrial Highway*”.

[9º parágrafo] Mas o auê turístico, lógico, tem um limite: aqueles que se aventuram muito longe nas terras em torno da base são recebidos com sinais de alerta indicando que poderiam ser multados ou até mesmo presos por invadir e tirar fotos.

[10º parágrafo] Se essa área é envolta em mistérios extraterrestres, no entanto, grande parte dessa culpa é dos próprios EUA. Para você ter uma ideia, o governo apenas confirmou a existência da área em 2013, quando a CIA liberou documentos sobre a base para um pedido de registro público pela Universidade George Washington. Antes disso, ninguém sequer admitia que existia um lugar chamado Área 51 – o que só deu força à lenda.

[11º parágrafo] Essa história toda começou em 1955, em plena Guerra Fria, quando a base foi oficialmente criada. Acredita-se que o surgimento dela esteja intimamente atrelado ao programa de desenvolvimento do avião espião Lockheed U-2, que chegaria a altas altitudes para conseguir espionar os soviéticos.

[12º parágrafo] Um dos primeiros passos para tirar o avião do papel era encontrar uma localização secreta para realizar os testes da nova aeronave. Assim, o governo escolheu um local no deserto de Nevada, perto de um lago seco, chamado Groom Lake, que serviria como uma boa pista de pouso.

[13º parágrafo] Os primeiros testes do U-2 já foram em 1955, e com isso, já surgiram relatos de pessoas que diziam ter visto *objetos voadores misteriosos*. Quem sabia que era o U-2 não podia abrir a boca, pois o avião (e o programa) era absolutamente secreto.

[14º parágrafo] Como se já não bastasse, o governo ainda tentou justificar essas aparições “misteriosas” com histórias relacionadas a fenômenos naturais ou pesquisas meteorológicas. Essa lorota toda começou a dar lugar a suspeitas ufológicas.

[15º parágrafo] As especulações chegaram ao auge no final da década de 80: o autodenominado físico Robert “Bob” Lazar foi à mídia dizendo ser um ex-funcionário da base

militar. Ele categoricamente afirmou que sua função lá era realizar engenharia reversa em espaçonaves extraterrestres: o objetivo era se apropriar da tecnologia usada pelos *aliens*.

[16º parágrafo] Daí para o surgimento de teorias de que os EUA estavam criando seres híbridos entre homens e ETs foi um pulo. É lógico que nada disso tem a ver com o que rolava na base de verdade. Ex-funcionários (reais) da base confirmaram que faziam, sim, engenharia reversa – mas em aviões de guerra estrangeiros, não em naves. Desde 2013, a CIA publica informações sobre voos de teste que aconteceram lá ao longo dessas décadas, e os aspectos alienígenas dessas teorias foram desmascarados.

[17º parágrafo] Hoje, a área se divide entre testes militares importantes e turistas curiosos por *aliens*. Só se espera que, em setembro, nenhum amalucado apareça por lá, estimulado pelos milhões de pessoas que curtiram o evento... Por aqui já deixamos avisado: é meme!!

Análise do Texto 7

No segundo parágrafo, além de o encapsulador anafórico “Essa ‘ideia’” surgir logo em início de parágrafo, ele faz remissão ao último período do parágrafo anterior; tem-se, portanto, uma remissão a um antecedente imediato. Sendo este um texto com linguagem bastante coloquializada em relação aos demais do *corpus*, nota-se o emprego da palavra “ideia” entre aspas, expondo uma interpretação intencional do produtor textual. Uma das leituras possíveis para o uso das aspas é o fato de a tal ideia não se tratar de um acontecimento que intencionava ser real, mas apenas de uma brincadeira por parte de usuários da internet. Outra interpretação poderia ser o julgamento do produtor do texto dessa tal ideia de forma pejorativa, como sendo esta uma má ideia.

Essa segunda interpretação pode ser reforçada quando nos deparamos com o segundo encapsulamento anafórico do texto, presente no início do terceiro parágrafo: “Essa maluquice toda”. O produtor textual se vale de uma palavra bastante conhecida e coloquializada para categorizar o evento mencionado no texto como uma “maluquice” e, ainda, utiliza o vocábulo “toda” para reforçar a noção de que a tal ideia dos usuários da internet é bastante e completamente insana. O encapsulador “Essa maluquice toda” surge em início de parágrafo, remetendo a trechos imediatamente antecedentes do primeiro e do segundo parágrafos.

Na metade do quarto parágrafo, encontra-se o encapsulador “dessa empreitada”, remetendo a quase todo o parágrafo anterior. O uso do vocábulo “empreitada” também pode transmitir uma interpretação do produtor textual, em relação ao evento, a partir de uma visão

pejorativa e humorística. É interessante notar que, apesar do que se poderia esperar, o encapsulador, que inclui pronome demonstrativo, não engloba trecho imediatamente anterior, mostrando, então, uma versatilidade no uso do pronome demonstrativo nos casos de encapsulamentos anafóricos.

No nono parágrafo, há o encapsulador anafórico “o auê turístico”, com escolha lexical bastante coloquializada (“auê”), para remeter a grande parte do parágrafo imediatamente antecedente: “Embora a instalação não seja acessível ao público, a região ao redor da Área 51 é um destino turístico popular, repleto de hotéis, museus e restaurantes com temática alienígena – em 1996, inclusive, Nevada trocou o nome da rodovia Rota 375 para ‘*Extraterrestrial Highway*’”. A partir da escolha vocabular de “auê” e da leitura de todo o texto, percebe-se a provável intenção do produtor textual de abordar o texto com uma conotação leve, divertida e humorística, a fim de causar efeito cômico e divertir o leitor. A palavra “auê” demonstra que o redator, possivelmente, a selecionou para englobar a grande movimentação da atividade turística na região, dado o grau de atratividade do mistério que ronda a Área 51. Além disso, o termo “turístico” é empregado em seu sentido literal para tornar mais evidente a que se refere o encapsulador anafórico, que, inclusive, surge em início de parágrafo.

No início do décimo primeiro parágrafo, há a presença de encapsulador anafórico “Essa história toda”, recuperando todo o parágrafo imediatamente anterior. Por conta do posicionamento no parágrafo, trata-se, portanto, de uma construção mais prototípica do que é considerado um encapsulamento anafórico. O termo “história” se refere a menções narradas pelo produtor textual de como começou o mistério a respeito da Área 51, enquanto o termo “toda”, ao funcionar como adjetivo, transmite a possível interpretação que o produtor faz da história como sendo fantasiosa, mirabolante e grandiosa, o que engloba, inclusive, a noção de como o grande mistério a respeito da região atraiu as pessoas, transformando-se em um interesse de proporções mundiais. É interessante notar que, no texto da revista, toda a escolha lexical contribui para a compreensão do leitor, levando em conta um viés cômico, além de demonstrar que o simples acréscimo de vocábulos como “toda”, fora de seu sentido usual e pressupondo um significado mais coloquializado, pode propiciar ênfase à informação. A palavra “toda”, que possui, em sentido literal, a função de completude, apresenta, nesse dado, o sentido de ênfase, dando noção de magnitude e atribuindo um juízo de valor a uma informação. Além disso, a escolha desse vocábulo, utilizado de forma popularizada, contribui para a capacidade de leitura do receptor do texto.

No décimo quarto parágrafo, há presença do encapsulador “essas aparições ‘misteriosas’” para se referir ao parágrafo anterior. O sumário surge em meio de parágrafo, não remetendo, então, a trecho imediatamente anterior. A escolha de “aparições” é uma referência ao que é abordado no parágrafo anterior, que são suspeitas de encontros de OVNI (objetos voadores não identificados). Já o vocábulo “misteriosas” entre aspas pode apresentar uma interpretação irônica por parte do redator do texto, que, provavelmente, pressupõe que as aparições de misteriosas não possuem nada, sendo nada mais do que eventos comuns confundidos com experiências alienígenas. É importante mencionar que, de forma geral, o recurso linguístico das aspas também é usado para se referir a um vocábulo julgado pelo redator de um texto como mais coloquializado ou para dar ênfase a uma palavra.

Ainda no décimo quarto parágrafo, no fim deste, o produtor textual utiliza o encapsulador “essa lorota toda”, com linguagem bastante coloquializada e próxima do leitor, para fazer menção a trechos imediatamente anteriores do próprio parágrafo e do anterior. O vocábulo “toda” surge, mais uma vez, com possível intenção de ênfase, dando a ideia de que a mentira contada possui grandes proporções. Já o emprego de pronome demonstrativo para remeter a trechos antecedentes imediatos pode ser um indicativo da preferência destes quando há maior proximidade com o trecho englobado. Cabem estudos mais aprofundados a respeito dos artigos definidos e dos pronomes demonstrativos nos casos de encapsulamentos anafóricos.

6.3.8 Texto 8

RELÂMPAGO QUE ATINGIU RIO GRANDE DO SUL PODE TER SIDO O MAIOR DA HISTÓRIA

O recorde anterior – de um raio com 500 km de tamanho que despencou nos EUA em 2017 – teria sido superado por outro clarão, avistado no Brasil.

[...]

[1º parágrafo] A maioria dos relâmpagos que despontam na atmosfera terrestre tem entre 6 e 10 quilômetros de altura. Mas, desde a década de 1950, cientistas sabem que descargas elétricas podem alcançar uma extensão ainda maior – superando fácil a marca dos 100 km de *largura* quando se espalham horizontalmente pelo céu.

[2º parágrafo] Décadas mais tarde, com a ajuda de satélites de medição mais precisos e a descoberta dos *sprites*, clarões que ocorrem durante tempestades em altitudes de até 90 km da superfície, despontaram evidências de raios bem mais compridos. Em 2007, um relâmpago com 321 km de largura foi registrado no estado de Oklahoma, nos Estados Unidos.

[3º parágrafo] **Esse recorde** foi novamente superado dois anos atrás – de novo, com um relâmpago avistado no estado americano de Oklahoma. É o que pesquisadores descrevem em um novo estudo, publicado na revista da Sociedade Meteorológica Americana no último dia 16 de outubro.

[4º parágrafo] Um relâmpago com 500 quilômetros atingiu o norte do Texas na manhã do dia 22 de outubro de 2017 – mais precisamente 1:13 da manhã, fruto de uma sequência de tempestades que se formaram a partir de uma frente fria. O clarão se estendeu pelos estados de Oklahoma e Kansas, no sudoeste dos Estados Unidos, iluminando no total 67,845 quilômetros quadrados. Não é pouca coisa. A distância percorrida pelo raio seria suficiente para cruzar a Suécia de leste a oeste – ou fazer o percurso entre a cidade de Campinas, no interior de São Paulo, até o Rio de Janeiro.

[5º parágrafo] Além de usar detectores posicionados em estações de observação na Terra, a equipe envolvida na pesquisa analisou dados captados pelo GLM (sigla em inglês para Mapeador de Relâmpagos Geoestacionário). A ferramenta está a bordo de dois satélites, GOES 16 e GOES 17, lançados ao espaço em 2017 e 2018, respectivamente.

[6º parágrafo] A peculiaridade **da descoberta** fez a imprensa mundial tratar o tal relâmpago como o mais extenso da história – como você pode conferir no título deste texto [[link para outro texto](#)] ou deste outro [[link para outro texto](#)]. O problema é que o tamanho do megarraio descrito no estudo não foi reconhecido pela Organização Meteorológica Mundial. Então, ainda não dá para configurá-lo como um recorde oficial.

[7º parágrafo] E antes mesmo que se estabeleça como o novo número a ser batido, o tal raio americano de 500 quilômetros já teve seu posto ameaçado. Isso porque há outros dados reunidos pelo GLM que contestam a marca – elegendo, inclusive, um relâmpago *made in Brazil* para o título de maior clarão da história.

[8º parágrafo] O raio em questão teria atingido o estado do Rio Grande do Sul em 31 de outubro de 2018. Com início às 5h40, ele se espalhou por 673 quilômetros ao todo, iluminando o céu por 7 segundos e alcançando uma área de mais de 100 mil quilômetros quadrados. Um estudo científico que comenta o fenômeno foi publicado em agosto de 2019, e

está disponível neste link [*link* para outro texto]. Como no caso do relâmpago americano, falta ainda uma confirmação da Organização Meteorológica Mundial para os brasileiros comemorarem o primeiro lugar no pódio.

[9º parágrafo] O Brasil, aliás, é o país que recebe mais raios em todo o mundo. Só entre os anos de 2010 e 2016 foram pelo menos 78 milhões, em média, segundo dados do INPE. O destaque vai para 2012, período que somou 94,3 milhões de relâmpagos.

[10º parágrafo] É bem provável que essa mudança recente de recorde também não seja a última – e que mais megarelâmpagos deem as caras em diferentes pontos do planeta nos próximos anos. No fim das contas, vale o que escreveram os autores americanos no estudo mais recente [*link* para outro texto]. “É possível que um próximo megarelâmpago atinja a marca dos 1.000 quilômetros de tamanho? Nós não apostaríamos contra isso. Que a busca comece”.

Análise do Texto 8

No terceiro parágrafo, o encapsulador anafórico “Esse recorde”, que se apresenta logo no início, faz remissão ao último período do parágrafo anterior: “Em 2007, um relâmpago com 321 km de largura foi registrado no estado de Oklahoma, nos Estados Unidos”. Como o próprio vocábulo escolhido pelo autor do texto (“recorde”) pressupõe, em seu sentido literal, a informação que é trazida à tona por meio do encapsulador se trata de um recorde, ou seja, menciona o maior relâmpago registrado até determinado momento (o ano de 2007). Em relação ao pronome demonstrativo empregado no sumarizador anafórico, não haveria prejuízo de sentido se substituído por artigo definido “o”.

No sexto parágrafo, o encapsulador anafórico “a descoberta” faz remissão a todo o quarto parágrafo (não sendo este, portanto, um antecedente imediato), que menciona um relâmpago que atingiu o norte do Texas, chegando a ter seu clarão estendido a outros estados norte-americanos. Dada a escolha do vocábulo “descoberta”, nota-se que, apesar de toda a tecnologia para o monitoramento desse tipo de fenômeno meteorológico, o mapeamento de casos como este ainda pode ser visto como algo relativamente incerto, provavelmente por conta de algumas variáveis que tenham relação com as próprias mudanças climáticas. Essa, portanto, é uma possível leitura que o leitor pode fazer, inconscientemente, ao se deparar com essa escolha vocabular por parte do produtor textual. E ainda, ao escolher essa palavra, o

redator direciona o leitor para uma determinada interpretação da informação. Quanto à posição do encapsulador, mais uma vez ele surge em início de parágrafo, embora esse tipo de anáfora tenha se mostrado fluido em relação à posição dentro do parágrafo. Ademais, os encapsuladores muitas vezes recuperam trechos distantes, que não estão imediatamente próximos, sem que haja comprometimento da compreensão. Há, nesse caso, um conhecimento linguístico implícito por parte do redator e do leitor, visto que o primeiro possui a capacidade de redigir uma construção linguística como esta, além de pressupor que será de fácil compreensão para quem lê. Por fim, não haveria mudança significativa de sentido se o artigo definido “a” do sumário fosse trocado por pronome demonstrativo “essa”, já que, embora possamos pressupor que o pronome demonstrativo funcionaria bem com um trecho anterior imediatamente mais próximo, o uso dele poderia caber no texto, dado o fato de que, apesar de o encapsulador remeter a um trecho um pouco mais distante, o parágrafo entre ele e o trecho referenciado é um complemento deste, portanto, não há acréscimo de informação diferente, mas um complemento de uma que já estava sendo abordada.

No décimo parágrafo, há presença do encapsulador anafórico “essa mudança recente de recorde”, que remete ao sétimo e ao oitavo parágrafo, os quais mencionam um raio que atingiu o estado do Rio Grande Sul, superando recordes mundiais. Justamente por isso, a palavra “recorde”, comum no texto por tratar de níveis de extensão de raios e relâmpagos em escala mundial, surge mais uma vez como encapsulador. Há presença do pronome demonstrativo “essa”, que, apesar de remeter a parágrafos não imediatamente anteriores, apenas demonstra que, entre ele e os parágrafos, há um acréscimo de uma informação que já estava sendo abordada. Quanto aos vocábulos “mudança” e “recente”, são utilizados em seu sentido literal para tratar de uma mudança na posição de relâmpago como recordista mundial e de algo definido em momento sincrônico à data de publicação da reportagem, o que se adequa ao gênero reportagem, já que este nada mais é do que a publicação de informações atualizadas de acordo com o período que vigora no momento do primeiro contato do público com o texto. O que se nota, aqui, é o uso de palavras literais e que não dificultam a compreensão leitora. Além disso, observa-se, mais uma vez, a correferencialidade entre os encapsuladores e os trechos referenciados como forma de facilitar o entendimento do leitor, sem que para isso as partes do texto precisem estar tão próximas entre si, o que demonstra um alto nível de conhecimentos linguísticos e textuais por parte dos interlocutores. Quanto à posição dentro do texto, o encapsulador surge logo em início de parágrafo, apresentando, assim, um posicionamento mais protípico.

6.4 Conclusões sobre a análise do *corpus*

Os encapsulamentos anafóricos, no que diz respeito ao sentido dos vocábulos que o compõem, podem ser, até mesmo, nomes técnico-científicos, conforme visto na análise do Texto 1, sem que haja dificuldade de interpretação por parte do leitor, já que o produtor textual, nesse caso, optou por dar uma definição logo antes de sumariá-la por meio de um nome técnico. Além disso, os encapsuladores anafóricos podem apresentar diferentes graus de categorização/rotulação. Eles podem aparecer como “desse problema” (Texto 1), mas podem ser ainda mais rotuladores como em “a contradição cósmica” (Texto 1), trecho que inclui palavras menos usuais do que “problema”, englobando, também, mais de uma palavra carregada de sentido, o que demanda um processo cognitivo maior por parte do leitor no ato de compreensão do texto. Vale observar que os produtores textuais se valem de uma pressuposição do possível entendimento dos leitores para fazerem determinada escolha vocabular.

As escolhas vocabulares, como bem sabemos, não são realizadas de forma aleatória, e o *corpus* confirma isso. O produtor textual utiliza determinadas opções para lexicalizar trechos anteriores semanticamente semelhantes ao sentido que o encapsulador transmite (FRANCIS, 2003), além de, muitas vezes, incluir determinada interpretação realizada por si e que será repassada ao leitor por meio da escolha lexical.

Quanto à correferencialidade dos encapsuladores anafóricos, notamos que, embora muitas vezes o encapsulador se encontre distante do trecho retomado, pode-se dizer que isso não compromete a leitura, fazendo, justamente, com que o redator opte por utilizar, consciente ou inconscientemente, esse tipo de estrutura. Sugerimos que sejam realizados estudos mais aprofundados a respeito da compreensão dos encapsuladores que levem em conta o nível de escolaridade dos leitores.

Já quanto à posição dos encapsuladores anafóricos no texto, é interessante observar que há fluidez, fazendo com que surjam em variadas posições dentro dos próprios parágrafos e, até mesmo, em qualquer lugar do texto, apresentando-se, inclusive, em subtítulos, conforme mencionado. O fato de não aparecerem em títulos pode ser atribuído à obviedade de que os encapsulamentos fazem remissão a trechos anteriores, o que explica a sua ausência nos títulos. Contudo, não se pode afirmar com certeza que eles nunca aparecem em títulos, demandando um estudo aprofundado a esse respeito. Embora esta pesquisa não tenha viés quantitativo, para auxiliar em nossa análise qualitativa a respeito das variadas posições ocupadas pelos encapsuladores, optamos por apresentar uma tabela, a seguir, com o número de ocorrências de

cada posição. É importante observar que a posição em meio ou fim de parágrafo ocorria também por conta de remissão a trechos do próprio parágrafo no qual o encapsulador se encontrava, porém, em muitos casos, o encapsulador fazia referência a parágrafos imediatamente anteriores ou até mais distantes.

Tabela 4 – Posição dos encapsuladores anafóricos e número de ocorrências de cada uma.

POSIÇÃO DOS ENCAPSULADORES ANAFÓRICOS NO TEXTO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Em subtítulo	4 (quatro)
Em início de parágrafo	11 (onze)
Em meio de parágrafo	8 (oito)
Em fim de parágrafo	6 (seis)

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à opção de artigos definidos ou pronomes demonstrativos para integrar o encapsulador anafórico, quando em função de subtítulo, as escolhas de artigos definidos se fizeram, totalmente, preferencial. Pode-se atribuir isso ao tamanho compacto dos subtítulos, pressupondo extensão reduzida das próprias palavras. Quando da remissão a trechos imediatamente anteriores, houve preferência por pronome demonstrativo. É importante observar que, majoritariamente, a mudança de artigo definido por pronome demonstrativo, e vice-versa, não ocasionaria prejuízo no sentido. Contudo, pode-se dizer que o grau de proximidade entre encapsulador e trecho que sofre remissão pode demandar preferência por um ou por outro. Sugerimos maiores estudos a respeito desses usos. A seguir, apresentamos uma tabela com o número de ocorrências de escolhas de artigos definidos ou pronomes demonstrativos de acordo com a proximidade com o trecho que sofre remissão.

Tabela 5 – Número de ocorrências de artigos definidos ou pronomes demonstrativos, de acordo com a proximidade com o trecho que sofre remissão.

	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Artigo definido em subtítulo, remetendo ao título ou à parte do título	4 (quatro)
Pronome demonstrativo em subtítulo, remetendo ao título ou à parte do título	0 (zero)
Artigo definido, em início de parágrafo, remetendo a trecho(s) imediatamente anterior(es) de outro(s) parágrafo(s)	2 (duas)
Pronome demonstrativo, em início de parágrafo, remetendo a trecho(s) imediatamente anterior(es) de outro(s) parágrafo(s)	7 (sete)
Artigo definido, em início de parágrafo, remetendo a trecho(s) que não é(são) imediatamente anterior(es) de outro(s) parágrafo(s)	1 (uma)
Pronome demonstrativo, em início de parágrafo, remetendo a trecho(s) que não é(são) imediatamente anterior(es) de outro(s) parágrafo(s)	1 (uma)

<p>Artigo definido, em meio ou fim de parágrafo, remetendo a trecho(s) imediatamente anterior(es) do mesmo parágrafo</p>	<p>4 (quatro)</p>
<p>Pronome demonstrativo, em meio ou fim de parágrafo, remetendo a trecho(s) imediatamente anterior(es) do mesmo parágrafo (e até somando-se a partes de outro parágrafo)</p>	<p>2 (duas)</p>
<p>Artigo definido, em meio ou fim de parágrafo, remetendo a trecho(s) de outro parágrafo (não sendo, portanto, imediatamente anterior)</p>	<p>5 (cinco)</p>
<p>Pronome demonstrativo, em meio ou fim de parágrafo, remetendo a trecho(s) de outro(s) parágrafo(s) (não sendo, portanto, imediatamente anterior)</p>	<p>3 (três)</p>

Fonte: Elaboração própria.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do conceito de categorização, pode-se fazer uma reflexão acerca do uso da linguagem culta informal pela revista *Superinteressante*: se a própria linguagem científica, que presume rigor na escolha do léxico, não é um rótulo da realidade, mas escolhas linguísticas que são feitas com subjetividade para representá-la, logo, a linguagem informalizada, hipoteticamente, se distancia ainda mais dessa realidade. Com isso, alguns cientistas podem desaproveitar o uso de determinadas construções linguísticas que não são específicas da área, em material didático e de popularização da ciência, por acreditarem que essa forma de transmissão do conhecimento acarretará interpretações equivocadas do público. Naturalmente, esse cenário poderia se realizar se houvesse uma dificuldade linguística do locutor de comunicar o seu conhecimento. Conforme evidencia a revista *Superinteressante*, a estratégia linguagem informal/científica, se bem empregada, pode ser eficiente na construção nítida de um saber, visto que o público não entenderia uma linguagem puramente científica e necessita dessa alternância para criar imagens na memória, ao passo que não deve ser subestimado a ponto de não haver, no texto, termos específicos da ciência.

Além disso, a consciência do produtor do texto a respeito do uso da referência, da progressão referencial e de outros mecanismos linguísticos poderia contribuir, de forma relevante, para maior eficiência no ato de popularização da ciência, já que o cientista, muitas vezes, naturaliza os termos de sua profissão e pode apresentar dificuldade em um momento de transmissão desse conhecimento. Cabe mencionar que é interessante para o linguista do texto estudar como o uso consciente da referência e da relação entre os referentes seria útil para o cientista que queira popularizar a ciência em que atua, tendo em vista que a consciência desse mecanismo linguístico poderia levar ao aumento da compreensibilidade e da objetividade do texto, além de aproximar a linguagem do público-alvo, tornando-a mais acessível para este, por meio de mecanismos como, por exemplo, o humor e a associação a conhecimentos culturais prévios dos leitores.

Nesta pesquisa, os conceitos de categorização, inferência e correferencialidade são trabalhados, estando relacionados mais especificamente aos dados de encapsulamentos anafóricos por sintagma nominal. Sabe-se que esses conceitos estão intrinsecamente ligados à noção de encapsulamento, já que não se pode falar deste sem mencioná-los, uma vez que eles estão incluídos no objeto de estudo deste trabalho. Por conta disso, os encapsulamentos funcionam como importantes ferramentas que ajudam a democratizar informações e a tornar

os textos de popularização da ciência do *corpus* mais acessíveis. Suas diversas características, incluindo a de organizador textual, mostraram ser de grande utilidade na transmissão do conteúdo da revista para o leitor desta, tornando o acesso a informações científicas e comuns a ambientes acadêmicos mais fácil para o público.

Nesta pesquisa, alguns parâmetros de análise foram de extrema importância para o exame dos dados, como, por exemplo, a observação de graus de (re)categorização presentes nos encapsulamentos, escolhas lexicais, organização textual propiciada pelos encapsuladores, função de pronomes demonstrativos/artigos definidos nos dados, posição dos sumarizadores nos parágrafos etc. Já como resultado, o *corpus* da pesquisa mostrou-se rico e complexo, qualitativamente, em dados, evidenciando que o encapsulamento, em textos desse gênero, pressupõe: escolhas lexicais conscientes, diferentes localizações dentro de parágrafos, organização textual, motivações para uso de pronomes demonstrativos ou artigos definidos, sobretudo quando em posição de subtítulo, etc.

Embora a pesquisa possua viés apenas qualitativo, é importante observar que os encapsulamentos anafóricos também podem ser rico objeto de estudos, de viés quantitativo e tipológico, para pesquisas futuras sobre este recurso linguístico em textos de popularização da ciência. Sugerimos, também, estudos de natureza quantitativa e qualitativa a respeito desse mecanismo em textos didáticos, de forma geral. Ademais, ainda que a pesquisa possua um foco mais científico em relação ao uso da língua em um determinado gênero textual, ela pode contribuir para futuras análises relacionadas a outros gêneros, além de possivelmente ser útil como forma de instrumentalizar professores de produção e interpretação textual no ambiente de ensino-aprendizagem dentro das escolas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. A coesão como propriedade textual: bases para o ensino do texto. *Calidoscópio*, Unisinos, v. 07, n. 01, p. 62-71, jan./abr. 2009.

ANTUNES, I. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.

APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. *Referenciação*. Coleção Clássicos da Linguística. São Paulo: Contexto, 2003. p. 53-84.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução do russo: Paulo Bezerra. Prefácio da edição francesa: Tzartan Todorov. Coleção Biblioteca Universal. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BENTES, A. C. Linguística Textual. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. *Introdução à Linguística – Vol. 1: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2012.

CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, n. 44, p. 105-118, jan./jun. 2003.

CAVALCANTE, M. M.; FILHO, V. C.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CONTE, M.-E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. *Referenciação*. Coleção Clássicos da Linguística. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.

FELIX, F. Diferença entre matéria e reportagem. *Academia do jornalista*. 2017. Disponível em: <<https://academiadojornalista.com.br/producao-de-texto-jornalistico/diferenca-entre-materia-e-reportagem/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto de coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228.

GERMANO, M. G.; KULESZA, W. A. Popularização da ciência: uma revisão conceitual. *Cad. Bras. Ens. Fís.*, v. 24, n. 1, p. 7-25, abr. 2007.

KOCH, I. G. V. O desenvolvimento da Linguística Textual no Brasil. *DELTA* (Documentação de Estudos de Linguística Teórica e Aplicada), São Paulo, v. 15, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300007>.

_____. Linguística Textual: quo vadis? *DELTA* (Documentação de Estudos de Linguística Teórica e Aplicada), São Paulo, v. 17, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502001000300002>.

_____. Linguística Textual: uma entrevista com Ingedore Villaça Koch. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem (ReVEL)*. v. 01, n. 01, ago. 2003.

_____. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. de (orgs.). *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *A coesão textual*. 22ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. [1993]. *Desvendando os segredos do texto*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2015a.

_____. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Contexto, 2015b.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, E. Qual a diferença entre notícia e reportagem? *Diferença*. Disponível em: <<https://www.diferenca.com/noticia-e-reportagem/>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

MARCUSCHI, L. A. O léxico: lista, rede ou cognição social?. In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. de (orgs.). *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 263-284.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

_____. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. São Paulo: Parábola, 2010. p. 19-38.

MARQUESI, S. C. Referenciação e intencionalidade: considerações sobre escrita e leitura. *Coleção Mestrado em Linguística*, Unifran, 2011.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MOTTA-ROTH, D.; LOVATO, C. dos S. Organização retórica do gênero notícia de popularização da ciência: um estudo comparativo entre português e inglês. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 9, n. 2, Palhoça, Santa Catarina, p. 233- 271, ago. 2019.

MOTTA-ROTH, D.; MARCUZZO, P. Ciência na mídia: análise crítica de gênero de notícias de popularização científica. *RBLA*, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 511-538, 2010.

PERINI, M. A. *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 41-52.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012. p. 34-49.

WERNECK, L. ReVEL na escola: referenciação. *ReVEL*, vol. 13, n. 25, 2015.

WERNECK, L.; BARBALHO, C. Referenciação: uma abordagem crítica em sala de aula. In: SANTOS, J. C. N.; CARVALHO, J. R.; REIS, M. S (orgs.). *Ensino de língua e literatura: gênero textual e letramento*. Aracaju: Criação Editora, 2017.

WERNECK, L.; COLAMARCO, Manuela. Referenciação e ensino: panorama teórico e sugestões de abordagem de leitura. *Gragoatá*, Niterói, n. 36, 2014, p. 43-62.